

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Ricardo da Silva Lucante Bulcão

**O lugar do diálogo e da psicologia no Sistema Penitenciário**

São Paulo

2018

Ricardo da Silva Lucante Bulcão

O lugar do diálogo e da psicologia no Sistema Penitenciário

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em psicologia.

Área de concentração: Psicologia Experimental

Orientadora: Profa. Associada Dra. Livia Mathias Simão.

São Paulo

2018

## FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: BULCÃO, Ricardo da Silva Lucante

Título: O lugar do diálogo e da psicologia no Sistema Penitenciário

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof.Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof.Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

pra ela

sempre que (não) der pé

nonada

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Livia Mathias Simão, que, além de orientadora presente e dedicada, me mostrou que o saber está por toda parte.

Ao David Borges Florsheim, que foi parte essencial para a realização desta pesquisa.

Ao Daniel, Guilherme e Rafael, pela amizade e parceria constantes.

Aos meus pais, pelo apoio, pelo amor e pela presença.

## RESUMO

BULCÃO, Ricardo da Silva Lucante. ***O lugar do diálogo e da psicologia no Sistema Penitenciário***. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O Sistema Penitenciário é objeto de estudos e pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento: direito, educação, assistência social, economia, sociologia, psicologia. Considerando a importância e diversidade das relações eu-outro- mundo que este sistema cria e perpetua, nos propusemos a responder à seguinte indagação: de que forma se dão, e que implicações trazem, as relações eu-outro- mundo no âmbito das relações entre psicólogos e sentenciados do sistema penitenciário no contexto do Exame Criminológico? Levantamos questões e tentamos respondê-las a partir da perspectiva do Construtivismo Semiótico-Cultural (Simão, 2010). A pesquisa se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com psicólogos funcionários desta instituição que realizam ou já realizaram Exames Criminológicos. Os resultados apontaram para a procedência e relevância, para as relações em questão, de se tomar o Exame Criminológico como meio mediacional, desde a perspectiva de Wertsch (1995).

**Palavras-chave:** Sistema Penitenciário; Diálogo; Construtivismo Semiótico-Cultural; Exame Criminológico; Meio Mediacional.

## ABSTRACT

BULCÃO, Ricardo da Silva Lucante. **The place for dialogue and psychology in the Correctional System**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The correctional system is a research and study object in areas as diverse as: law, education, social work, economy, sociology, psychology. Considering the importance and diversity of the I-other-world relations that this system creates and perpetuates, we proposed to address the following issue: how do the I-other-world relations take place in the scope of the relations between psychologists and convicts, in the context of the Criminological Examination, and what are their implications? We put forth questions and attempted to answer them from the perspective of the Semiotic-Cultural Constructivism (Simão, 2010). The research was carried out through semi-structured interviews with psychologists employed in this institution who perform or have performed criminological examinations. The results suggest that the criminological examination is justified and relevant for the relations in question. It is suggested that the criminological examination may be used as a mediational means, from Wertsch's perspective (1995).

**Keywords:** Correctional System; Dialogue; Semiotic-Cultural Constructivism; Criminological Examination; Mediational Means.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	09
1.1. A psicologia no Sistema Penitenciário .....	09
2. JUSTIFICATIVA .....	20
3. OBJETIVOS DA PESQUISA .....	21
4. MATERIAL E MÉTODOS .....	22
4.1 Local .....	22
4.2 Participantes .....	23
4.3 Procedimento de Coleta de Dados .....	25
4.4 Considerações Éticas .....	26
4.4.1 Riscos e Benefícios .....	27
4.5 Procedimento de Análise de Dados .....	27
5. HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E CONSTRUTIVISMO SEMIÓTICO-CULTURAL .....	29
6. AS RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, DIALOGIA E EMERGÊNCIA DE NOVIDADE .....	34
7. ANÁLISES INTERPRETATIVAS DAS ENTREVISTAS .....	43
7.1. Análise Individualizada das entrevistas .....	44
7.2. Exames Criminológicos como meios mediacionais .....	63
7.3. Formação e Cultura Profissional .....	69
8. REFLEXÕES E QUESTIONAMENTOS FINAIS .....	72
9. REFERÊNCIAS .....	82
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	85
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	88
ANEXO 1 - Entrevista com A .....	89
ANEXO 2 - Entrevista com B .....	107
ANEXO 3 - Entrevista com C .....	114

## 1. Introdução

O Sistema Penitenciário é objeto de estudos e pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento: direito, educação, assistência social, economia, sociologia, psicologia e etc. Esta instituição está presente em nosso cotidiano das mais variadas formas, em maior ou menor grau.

Considerando a importância e variedade dos tipos de relação eu-outro-mundo que este sistema cria e perpetua, nos propomos aqui a pensar como a psicologia se insere nesta relação. Ou seja: qual seu papel? que dificuldades enfrenta? e que caminhos pode seguir?

Tal inquietação surgiu a partir da experiência do autor deste trabalho, psicólogo graduado em 2009 e funcionário da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) desde 2011. A partir desta vivência, levantamos questões e tentamos respondê-las a partir da perspectiva do Construtivismo Semiótico-Cultural, apoiados pela Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer. A pesquisa se deu por meio de entrevistas semi-dirigidas com psicólogos funcionários desta instituição que realizam ou já realizaram Exames Criminológicos.

O Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia é uma perspectiva que, em fronteira com algumas filosofias, tematiza questões atinentes à Psicologia, sempre disposto a rever também os seus próprios princípios por meio de uma abertura ao diálogo. Como afirma Simão, esta perspectiva:

(...) foca especialmente no processo de desenvolvimento individual, no qual as interações eu-outro, que se desdobram a partir do espaço cultural, ao mesmo tempo que o formam, têm um papel primordial. Deve estar claro desde o início que o rótulo “construtivismo semiótico-cultural” tem apenas o caráter de guia temporário e flexível de um instrumento para pesquisa qualitativa: isto é, ele não possui o objetivo de ser uma tipologia epistemológica. (Simão, 2005, p. 550)

### 1.1 A psicologia no Sistema Penitenciário

Quando um sentenciado cumpre um sexto de sua pena ele se torna elegível

para progressão de regime, ou seja, pode sair do formato de encarceramento integral para um modelo de Regime Semi-Aberto, onde deve retornar ao presídio em horários determinados, podendo trabalhar fora, ou, outro caso, para o Regime Aberto, quando deve se apresentar apenas de tempos em tempos para comprovar de alguma forma que se mantém em cumprimento com a legislação - neste caso o sujeito está cumprindo o restante de sua pena fora da prisão.

Para que esta Progressão de Regime seja alcançada, é preciso que o Poder Judiciário aprove sua realização - o indivíduo só passará de um regime ao outro por meio de autorização do juiz responsável pelo seu caso. O Poder Judiciário avalia, acertadamente, que não tem todas as informações necessárias para poder tomar uma decisão deste porte e, portanto, solicita da unidade prisional que providencie "laudos" sobre este reeducando. A exigência dos laudos não se restringe unicamente à psicologia. O juiz também pode solicitar laudos de profissionais do serviço social, da psiquiatria e até mesmo da equipe de segurança e disciplina. Assim, a unidade prisional que recebe a solicitação judicial deve garantir que estes relatórios sejam realizados dentro do prazo estipulado pelo poder judiciário.

Um dos problemas mais evidentes nesse processo é a falta de profissionais para a realização destes exames. A maioria das unidades não tem psicólogos ou assistentes sociais suficientes para a produção dos laudos - menos ainda sem que esta tarefa prejudique o cotidiano de atividade. O cotidiano de atividades dos psicólogos das Unidades Prisionais consiste principalmente na construção de projetos para os sentenciados e no atendimento psicológico caso haja necessidade. No entanto, já que a demanda para exames criminológicos é excessiva, sobra pouco espaço para que aquelas funções se concretizem. A atividade de elaborar os laudos não é importante apenas porque permite ou não a progressão de regime, mas também porque faz parte dessa rede.

Desta forma, quando a unidade não possui profissionais suficientes para a realização dos exames, são solicitados profissionais de outras unidades para que prestem auxílio à determinada demanda. Estas limitações já trazem problemas bastante evidentes, como a necessidade de que o profissional, por vezes, faça mais de dez exames num único dia. No entanto, ainda mais relevante são o conteúdo e o

uso destes laudos e as implicações que trazem para os envolvidos: psicólogos e reeducandos.

Ao solicitar o "laudo psicológico", o juiz muitas vezes pede que sejam respondidos quesitos elaborados pelo próprio Poder Judiciário. Estes quesitos podem variar um pouco, mas seu conteúdo se dá basicamente desta forma:

- a. Análise da personalidade;
- b. Introjeção de valores éticos e morais;
- c. Presença de agressividade e impulsividade;
- d. Mecanismos de contenção de impulsos;
- e. Elaboração de crítica sobre os delitos;
- f. Predomínio de atividades impulsivas;
- g. Tolerância a frustrações;
- h. Possibilidade de reincidência.

É importante ressaltar que, ao se negar a responder aos quesitos de forma pragmática, atendo-se aos quesitos, existe a possibilidade de que seja solicitado ao psicólogo que refaça seu relatório, o que implica em atraso e prejuízo para o sentenciado, que aguarda a decisão judicial, e para o psicólogo, que pode precisar responder diretamente ao juiz sob risco de ser processado por não seguir suas indicações. Devemos considerar, ainda, que o laudo será emitido através de um único contato entre psicólogo e sentenciado - o psicólogo pode solicitar um novo encontro com o sentenciado, se desejar, mas a lentidão da burocracia e a dificuldade processual fazem desta uma opção pouco prática.

A partir desta situação nos perguntamos: Quais as implicações colocadas pela elaboração de um relatório psicológico baseado em quesitos previamente estabelecidos pelo Poder Judiciário? O uso deste modelo, junto ao seu conteúdo, poderia dificultar a presença do diálogo entre psicólogos e sentenciados, trazendo consequências negativas para esta relação? Negativas, e essa é a nossa questão, pois poderiam estar limitadas a uma relação protocolar, onde não haveria espaço

para desenvolvimento de nenhuma das partes.

A questão que se coloca, portanto, é: a que tipo de relações eu-outro-mundo corresponde esse tipo de prática (acima descrita) e quais suas possíveis implicações para as relações de pessoas sentenciadas, por serem transgressoras de normas, com a sociedade que tem o poder de sentenciá-las e, geralmente, de fazê-las cumprir a sentença?

As respostas destes quesitos podem determinar se o sujeito será ou não liberado do regime fechado de encarceramento e isso nos traz uma pergunta que também parece relevante: A forma com que se realizam esses Exames Criminológicos teria colocado a psicologia num lugar de “cumprimento de protocolo”, mesmo reconhecendo a responsabilidade que tem para com a vida deste outro?

Que consequências, então, a confluência destas duas realidades - o uso deste modelo e a responsabilidade aí implicada - podem trazer para as relações eu-outro-mundo dos envolvidos? Ou seja, em que implicaria se o psicólogo estivesse “aprisionado” no que diz respeito à sua liberdade de “avaliar” o reeducando ao mesmo tempo em que possui em suas mãos o poder de decisão parcial sobre o destino deste sujeito? Aprisionado, pois teria como possibilidade apenas o caminho do protocolo, do cumprimento de uma tarefa repleta de exigências difíceis de contornar, como as cobranças do judiciário e dos conselhos de psicologia (melhor explicitadas ao longo do trabalho).

Segundo Simão, a relação eu-outro, na perspectiva hermenêutica gadameriana, possui duas direções relevantes, segundo as quais poderemos aqui pensar esta situação da psicologia no Sistema Penitenciário:

Primeiro, o de que o diálogo hermenêutico envolve a assunção, pelo sujeito, de que suas concepções, valores, crenças e palavras em uma conversa formam um todo de significado com as de seu interlocutor ou interlocutora. Sujeito e outro são, assim, um todo com respeito ou conteúdo de sua conversa, assim como quanto às suas posições relativas e momentâneas na interação. Segundo, o processo conversacional guarda, em seu âmago, potencial para emergência de novidade. (Simão, 2010, p, 213)

Tomando essa direção de reflexão sobre o diálogo, se estes aspectos não se

fizerem presentes na relação entre a psicologia e suas funções nesta instituição, o profissional não será capaz de perceber e assumir que está inserido em um formato que pode perpetuar a violência; em consequência, não será também capaz de uma ação propositiva, guiada pela reflexão sobre aspectos psicológicos, em sua participação como profissional no Sistema Penitenciário. Ou seja, ao precisar lidar com o peso dos contornos institucionais que regulam sua profissão e sua atuação específica neste caso, a psicologia corre o risco de uma direção não-reflexiva e não-dialógica, onde não encontraria espaço para se desenvolver na direção do novo.

Cabe esclarecer, entretanto, que não estamos propondo com isso uma compreensão maniqueísta do tema, dizendo que os psicólogos seriam “agentes do mal”; estamos nos perguntando se existe uma ausência do diálogo que poderia ter contribuído para que o modelo institucional, mascarado pela pretensão de uma avaliação neutra, justa e científica, culminasse em uma realidade perversa para com os sentenciados, alheada das ações dos profissionais envolvidos em processos decisórios. Isso implicaria, assim, sobre a impossibilidade de “emergência de novidade”<sup>1</sup>, que poderia se evidenciar, por exemplo, em uma situação onde o diálogo trouxesse algum tipo de transformação em conceitos enrijecidos que as partes têm de si e do outro.

Este aspecto está diretamente relacionado à questão da ética, dentro da perspectiva hermenêutica, como afirma Simão:

(...)a emergência do novo na compreensão hermenêutica não se dá pelo escamotear de concepções, sejam do self ou do outro, mas sim pela sua eventual transformação, reconstruindo-se seletivamente a si mesmo, no continuado confronto dialógico. Nessa perspectiva, a possibilidade de haver compreensão hermenêutica do texto/outro que, como veremos, se desdobra na compreensão de si mesmo, requer de partida um compromisso ético consigo e com o outro: é preciso que ambos tenham voz. (Simão, 2010, p.205)

Ou seja, será que a psicologia estaria cerceando a voz do outro, no caso a do sentenciado, e assim limitando as possibilidades e as vozes de ambas as partes, sua e do sujeito? Doutra parte, será que está sendo cerceada na própria ação, instruída por divergências daquilo que fala a voz do outro?

---

<sup>1</sup> Este conceito será elaborado ao longo do presente trabalho.

Michel Foucault, em uma de suas obras mais importantes, *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões (1975)*, já nos alertava para as consequências do modelo de prisão dos tempos modernos.

Sobre a construção histórica do conceito de prisão, afirma Foucault:

(...) o efeito mais importante talvez do sistema carcerário e de sua extensão bem além da prisão legal é que ele consegue tornar natural e legítimo o poder de punir, baixar pelo menos o limite de tolerância à penalidade. Tende a apagar o que possa haver de exorbitante no exercício do castigo, fazendo funcionar um em relação ao outro os dois registros, em que se divide: um, legal, da justiça, outro extralegal, da disciplina. (Foucault, 2009, p. 286)

É neste âmbito “extralegal”, o mais representativo nesse caso, que a psicologia vem se enquadrando? Neste lugar que compactua com uma relação de poder e submissão do outro? Isso pode ficar mais claro quando compreendemos a relação entre o cárcere e as disposições legais, pois, como Foucault deixa claro, e essa talvez seja uma de suas maiores contribuições, não é a lei que guia as ações deste sistema, mas o contrário:

(...) a prisão não é filha das leis nem dos códigos, nem do aparelho judiciário; (...) não está subordinada ao tribunal como instrumento dócil e inadequado das sentenças que aquela exara e dos efeitos que queria obter; (...) é o tribunal que, em relação a ela, é externo e subordinado. (Foucault, 2009, p. 291)

Tal colocação é de extrema relevância, pois nos dá uma noção bastante importante do significado da tradição e da história. Ou seja, as ações desse sistema, e da psicologia dentro dele, não podem ser pensadas apenas como cumprimento de uma legislação neutra e descompromissada, mas, sim, como parte de uma tradição carregada de concepções que precisam ser explicitadas, reveladas, para que o diálogo possa eventualmente realocá-las em novas compreensões:

Na medida em que a tradição, ao mesmo tempo que preserva os significados, também os aliena no passado, a compreensão hermenêutica será uma tarefa que se fará necessária ao próprio viver com sentido. Se, por um lado, não é possível que, no presente, o passado seja ingenuamente recuperado, como em um efeito de cópia restauradora, os significados devem, entretanto, ser desencarcerados do passado por sua reinterpretação e

reapropriação transformativa no presente. (Simão, 2010, p.190)

Com isso em mente, em nossa pesquisa, procuramos compreender esta situação por um questionamento diferente, a saber: Existe um impedimento do diálogo nas relações entre a psicologia e suas funções no sistema penitenciário? Se sim, qual? E como se daria na relação eu-outro?

Para poder compreender esta realidade, estudaremos também o conceito de *Bildung*, proposto por Gadamer, onde reflete sobre o "formar-se", "vir a ser". Ou seja, na formação da psicologia no sistema penitenciário, passamos a questionar, através do cotidiano do autor nesta instituição, se existiria um abandono do diálogo entre os psicólogos e a instituição em vários aspectos: individuais, inter-relacionais e políticos. E se este distanciamento poderia ter trazido consequências importantes para o que observamos hoje nas ações da psicologia dentro da prisão. Sobre *Bildung* Gadamer afirma que:

*Bildung* significa *formar-se e vir a ser*, mediante uma relação hermenêutica com um dado conteúdo. Não se trata (...) apenas da aquisição de informação acurada sobre algo, mas do processo do sujeito transformar-se pelo envolvimento pessoal com dado conteúdo de um texto ou da fala de um outro. Envolvimento pessoal implica, por sua vez, partir de suas concepções e preconceitos, em uma dada tradição, deixando-se interpelar pela estranheza do texto (outro). (Simão, 2010, p. 207)

Vemos aqui a importância de haver essa possibilidade de estranhamento dentro dos muros da cadeia, ou seja, é necessário que haja um "envolvimento pessoal" entre as partes para que as restrições da técnica não sirvam de amparo para a paralisia da mudança. É preciso que se dê um encontro, mediado pelo diálogo, para que o novo possa surgir, como afirma Davey:

*Bildung* é um processo formativo e transformador (dialógico) implícito nas dinâmicas do encontro hermenêutico. Na medida em que as partes envolvidas em um encontro hermenêutico emergem pensando diferentemente sobre si mesmas, *Bildung* é transformador.

*Bildung* é, em parte, o processo de passar a compreender o que havíamos compreendido diferentemente<sup>2</sup>. (Davey, 2006, p. 41)

É necessário, assim, que os indivíduos atuantes da psicologia busquem na relação com o outro a possibilidade de crescimento mútuo.

(...) o processo de formação (*Bildung*) diz respeito ao desenvolvimento potencial do self, graças ao fato de que requer do sujeito o desenvolvimento da racionalidade, na busca de generalidade e objetividade na interação com o texto (o outro) diverso de si. A busca de generalidade requer que o sujeito abra mão de sua perspectiva particular e imediata, para que possa chegar à compreensão do outro como categoria possível e com existência independente de si, sujeito. Mas, para além da compreensão do outro, importa mais o fato de que, vindo o sujeito a perceber que pode fazê-lo e como pode fazê-lo, alterará o sentido de si mesmo (Simão, 2010, p. 210-211)

*Bildung* nos serve, então, como fenômeno balizador entre o movimento e a estagnação: O movimento de uma psicologia criativa em constante desenvolvimento, contrariamente ao que nos aparenta hoje a expressão de uma função desprovida de vitalidade.

Herdeiro intelectual da Fenomenologia Existencial de Martin Heidegger, Gadamer se propõe a conceituar estas “interações eu-outro” pela redefinição da Hermenêutica<sup>3</sup>, através de noções como Diálogo, Tradição, História, Fusão de Horizontes, Linguagem, entre outros. Em sua obra principal, Verdade e Método (1960), Gadamer elabora um conceito de verdade que se distancia do método da ciência natural indutiva, ou seja, para ele as verdades são sempre temporárias e contextualizadas e se alcançam através do Diálogo: quando dois ou mais horizontes se fundem e criam algo novo<sup>4</sup>.

(...) o verdadeiro problema que as ciências filosóficas colocam ao pensamento é que não se consegue compreender corretamente a natureza das ciências do espírito, usando o padrão

---

<sup>2</sup>As traduções do inglês foram feitas pelo próprio autor e revisadas por um tradutor.

<sup>3</sup>Ramo da filosofia desenvolvido inicialmente como forma de interpretação de textos escritos (principalmente religiosos).

<sup>4</sup>Estes conceitos serão melhor desenvolvidos e esclarecidos ao longo do texto.

de conhecimento progressivo da legalidade (Gesetzmässigkeit). A experiência do mundo sócio-histórico não se eleva ao nível de ciência pelo processo indutivo das ciências da natureza. (...) o conhecimento histórico não aspira tomar o fenômeno concreto como caso de uma regra geral. O caso individual não se limita a confirmar uma legalidade, a partir da qual, em sentido prático, se poderia fazer previsões. Seu ideal é, antes, compreender o próprio fenômeno na sua concreção singular e histórica. (Gadamer, 2008, p. 38)

Psicoterapeutas, filósofos, historiadores e pensadores de diversas áreas e formação vêm encontrando em Gadamer indicações de caminhos para algumas inquietações bastante significativas. Essa aproximação tem trazido, assim, nova luz ao desenvolvimento de algumas áreas da psicologia e de concepções sobre saúde mental e sofrimento humano.

Veremos que, no lugar de um modelo que busca suas respostas a respeito de um objeto neutro, através de um suposto método também neutro, o olhar para o diálogo e para sua posição dentro da tradição serão a maneira para podermos dar sentido ao fenômeno apresentado. Para esclarecer a importância dessa perspectiva para nossa pesquisa, afirmamos com Gadamer:

A investigação das ciências do espírito não pode ver-se a si própria em oposição pura e simples ao modo como nos comportamos com respeito ao passado na nossa qualidade de seres históricos. Em nosso constante comportamento com relação ao passado, o que está realmente em questão não é o distanciamento nem a liberdade com relação ao transmitido. Ao contrário, encontramos-nos sempre inseridos na tradição, e essa não é uma inserção objetiva, como se o que a tradição nos diz pudesse ser pensado como estranho ou alheio; trata-se sempre de algo próprio (...). (Gadamer, 2008. p. 374)

Procuramos saber, nestes termos, se a tradição nas relações da Psicologia com o Sistema Penitenciário, aqui o brasileiro, vem ou não sendo criativamente apropriada pelas partes envolvidas nos processos decisórios relativos às vidas dos sentenciados. A avaliação criminológica, que aqui foi tomada para estudo, significa uma circunstanciação acional dessas relações. Daí seu interesse, na medida em que pode apontar para a tensão dialógica entre a transformação das práticas ou a estagnação em uma mera repetição de tarefas. Nesse caso, o uso de quesitos considerados imparciais estaria, de alguma forma, contribuindo para a justificativa

de formas de relações que geram violência no sistema penitenciário, sempre como algo “estranho ou alheio”?

Assim, uma perspectiva conectada com o diálogo e com uma maior compreensão da tradição (em constante movimento), pode se tornar um caminho relevante para uma posição de mais cuidado e maior compromisso ético da Psicologia e do Sistema Penitenciário com quem deve ser sua preocupação: a pessoa do sentenciado.

Dentro desta discussão, uma questão relacionada surge como guia para a nossa reflexão: a da suposta neutralidade do profissional, que traz consequências bastante importantes para o nosso problema de pesquisa. Procuramos saber se os psicólogos, ao fazerem uso do método de entrevista por quesitos, estariam, reflexivamente ou não, justificando e amparando suas práticas em um contexto pouco dialógico, em uma fórmula que supostamente os desconectaria da responsabilidade ética de suas ações.

Ou seja, não é apenas o instrumento que seria falho ou mal elaborado: seu uso feito pela psicologia também deve ser questionado. Estes profissionais estariam, assim, por meio de pontos pré-definidos, realizando suas tarefas de forma mecânica e sem qualquer reflexão? O cumprimento rigoroso de uma tarefa que lhes é dada lhes traria a sensação protetiva do bom desempenho profissional, ao mesmo tempo que os protegeria do envolvimento com aspectos de experiências inquietantes das relações psicólogo-sentenciado que se dão em um ambiente pouco dialógico?

A experiência inquietante, como conceito do Construtivismo Semiótico-Cultural, pode nos auxiliar a pensarmos nossa questão. A partir delas o sujeito pode se confrontar com suas incertezas e sair do campo da imobilidade, como nos afirma Simão:

Experiências inquietantes dão lugar a zonas amorfas de significado e situações ambíguas para o self. Pertencem à ordem fenomenológica dos sentimentos em relação às experiências subjetivas que tocam a pessoa afetivamente e pré-reflexivamente. Como tal, eles são vividos na primeira pessoa. (Simão, 2016a, p. 20)

Ou seja, essas experiências inquietantes, afetivas e pré-reflexivas, que podem ser despertadas pela relação do psicólogo com o sentenciado em um contexto muitas vezes ambíguo, podem trazer desenvolvimentos importantes para a psicologia dentro de um contexto de "instabilidade" e "tensão", como afirma Simão:

Experiências inquietantes criam instabilidade, tensão, perturbando ou mesmo prejudicando as expectativas da pessoa sobre sua "compreensão" de si mesma e de suas relações eu-outro-mundo, estimulando-a tanto cognitivamente quanto afetivamente a sentir, pensar e agir em direções diferentes daquelas que ela estava seguindo até então; de tal forma, a pessoa pode chegar a integrar os sentimentos despertados por essas experiências em sua base cognitivo-afetiva pessoal, que, por sua vez, também mudará. (Simão, 2016a, p. 20)

## **2. Justificativa**

O Presente trabalho se justifica pela possibilidade que traz de buscar uma compreensão sobre as relações que se dão entre a psicologia e o sentenciado do Sistema Penitenciário no contexto do Exame Criminológico. Ou seja, não se trata aqui de uma avaliação moral ou condenatória, mas, sim, de procurar uma possibilidade de compreender esta relação e talvez propor uma possível alternativa para os modelos já estabelecidos de interação, trazendo benefícios tanto para o sentenciado quanto para o desenvolvimento da psicologia.

O Sistema Penitenciário está presente nas vidas da população de forma bastante ampla e significativa. Desta forma, pensar suas particularidades e as possibilidades de transformação de sua engrenagem se mostra uma tarefa de ganho geral, quando feita de forma ética e responsabilizada. Ou seja, pensar nossas prisões pode nos trazer ganhos dos mais diversos, pois engloba questões de segurança, saúde pública, direitos humanos, psicologia, entre outros.

### 3. Objetivos da Pesquisa

Os objetivos desta pesquisa estão relacionados a dois aspectos do percurso pessoal do pesquisador: sua experiência de trabalho no Sistema Penitenciário e seu percurso de estudos, direcionado à hermenêutica filosófica e suas implicações para a psicologia.

O modelo encontrado pela psicologia para lidar com as dificuldades de sua presença dentro dos muros da prisão parece ter trazido consequências para o seu desenvolvimento e para aqueles que dependem dela nesse contexto. Assim, o objetivo deste trabalho foi formular uma *compreensão* a respeito deste fenômeno, segundo a perspectiva teórico-metodológica do Construtivismo Semiótico-Cultural e da Hermenêutica Filosófica gadameriana, através da seguinte questão: De que forma se dão, e que implicações trazem, as relações eu-outro-mundo no âmbito das relações entre psicólogos e sentenciados do sistema penitenciário no contexto do Exame Criminológico? Tentamos responder a esta pergunta circunstanciando-a no aspecto da relação laudo-questionário, utilizando a experiência do autor e de outros profissionais da mesma instituição, através de entrevistas.

## **4. Material e Métodos**

Para podermos pensar o papel da psicologia na situação do Exame Criminológico procuramos o diálogo (por meio de entrevistas) com outros profissionais psicólogos desta instituição. Através de seus relatos de experiências pudemos pensar estas relações eu-outro-mundo de forma a dar sentido às inquietações expressadas nesta pesquisa, contribuindo assim para a compreensão das relações entre Sistema Penitenciário e psicólogos, que implicam diferentes possibilidades para os sentenciados.

Este estudo foi desenvolvido por meio de análise qualitativa das entrevistas com os psicólogos funcionários da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, sobre os aspectos que consideram mais relevantes a respeito ao contexto do exame criminológico.

O autor desta pesquisa se beneficiou, para suas reflexões, de sua própria experiência de trabalho na Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo desde abril de 2011.

### **4.1. Local**

A coleta de dados da pesquisa, por meio de entrevistas, foi feita na Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, coordenadoria, esta, que cuida da administração e logística de parte da realização dos exames criminológicos, especialmente no que se refere às unidades prisionais que não possuem psicólogos suficientes em seu quadro de funcionários para dar conta da demanda judicial.

Esta coordenadoria está localizada na Rua Líbero Badaró, 600, Centro, São Paulo, SP.

A Secretaria da Administração Penitenciária, por meio do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária - CEPSAP, também aprovou a realização do presente trabalho, assim como o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São

Paulo (CEPH – IPUSP).

## 4.2. Participantes

A seleção dos participantes tomou por base os seguintes critérios: a) Ser funcionário da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo; b) Estar lotado na Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania; c) Ser psicólogo; d) Ter realizado no mínimo dez Exames Criminológicos; e) Estar formado e atuando em psicologia há no mínimo 5 anos - esta condição nos pareceu relevante, pois poderia trazer questões bastante importantes referentes à experiência do profissional em psicologia, além disso, nos parece pertinente preservar os psicólogos recém saídos da universidade de possíveis desconfortos; f) O psicólogo deve realizar os Exames Criminológicos voluntariamente e não por determinação superior - a participação na Equipe Volante, grupo que realiza Exames Criminológicos ao redor do estado pode ser voluntária, ou seja, não é necessariamente uma função imposta pelo cargo; g) O psicólogo não poderá estar a menos de cinco anos de sua aposentadoria - o fim de uma carreira é uma fase muito importante e relevante na vida de um profissional, gostaríamos, com essa condição, de evitar possíveis desgastes ao participante que se encontra neste estágio; além disso, a experiência do autor demonstra o grande descontentamento dos profissionais que atuam no Sistema Penitenciário há muito tempo e acreditamos que isso poderia trazer outras questões às entrevistas que não teríamos condição de trabalhar nesta pesquisa; h) Psicólogos que já ocuparam cargos de diretoria técnica, mas não os ocupam no momento da pesquisa, serão aceitos<sup>5</sup>.

Uma vez cumpridos estes critérios, procuramos saber por que os psicólogos se voluntariaram, buscando com isso indicações sobre o tipo de relação que este psicólogo possui com a realização destes exames.

O acesso aos participantes foi mediado pela Secretaria na medida em que esta considerou necessário, sempre procurando preservar em todos os aspectos a

---

<sup>5</sup> Compreendemos que ao delimitarmos as participações por determinados motivos, acabamos deixando de lado outros que seriam também interessantes para nossa pesquisa, como as expectativas dos recém formados ou a maior experiência daqueles prestes a se aposentar e etc.

instituição e o entrevistado.

Na ocasião da coleta de dados, foi esclarecido aos participantes sobre os procedimentos e objetivos do estudo, sendo-lhe apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE A), que foi lido, concordado e assinado antes do início da coleta de dados.

Quanto ao número de entrevistados(as), pensamos, em princípio, que 10 participantes trariam aspectos do problema em suficiente riqueza e complexidade adequados a essa pesquisa em nível de mestrado. Entretanto, pelas próprias características teórico-metodológicas da pesquisa, na área em que esta se insere, não teria sido adequada uma definição prévia definitiva do número de participantes.

Isto porque, conforme discute Duarte (2002), no decorrer das entrevistas as informações que dizem respeito ao objeto de investigação vão adquirindo maior consistência e densidade devido seu volume e qualidade. Desta forma, o número de participantes da pesquisa não deve ser determinado *a priori*, de forma rígida, em uma pesquisa que se propõe qualitativa dentro dos parâmetros teóricos que adotamos, já que a qualidade individual das entrevistas poderia exigir uma variação deste número.

Também Laskovski (2012), em pesquisa anterior, onde se utiliza desta mesma perspectiva teórico-metodológica afirma que:

a saturação do número de entrevistados, bem como de entrevistas, são identificadas pela plausibilidade do conteúdo obtido nas entrevistas iniciais, suficiência informativa nas respostas dos participantes e, também, coerência na interpretação dos dados, em sua totalidade, em virtude da questão de pesquisa e dos objetivos (p. 32).

A pesquisa se concluiu com a realização de três entrevistas. Podemos pensar em algumas razões para que o número final tenha sido consideravelmente menor do que aquele proposto ao início da pesquisa. Quando convidamos os psicólogos para participarem desta pesquisa, conversamos com 14 psicólogos, a maioria se declarou “sem tempo” para fazer a entrevista. Nossa afirmação de que a entrevista seria de no máximo uma hora e de que nos deslocaríamos até um local

escolhido pelo entrevistado não tiveram efeito para convencê-los a participar.

Ainda que “sem tempo” tenha sido o argumento consensual da negativa, algumas outras questões nos pareceram mais relevantes, e quem sabe até mais significativas. Ouvimos de pelo menos metade dos contactados dúvidas a respeito de anonimidade e preservação da privacidade do entrevistado. Ficava evidente nesses casos a preocupação destes psicólogos com a repercussão daquilo que teriam para dizer. Mesmo que tenhamos deixado clara a anonimidade da entrevista, esta parece ter sido a razão da negativa de uma boa parcela dos contatados (talvez da maioria).

Ao ouvirmos as entrevistas dos três psicólogos que aceitaram participar desta pesquisa, a razão desse receio pode ficar um pouco mais clara.

Ainda sobre este tema, podemos dizer que com as três entrevistas conseguimos refletir de maneira que consideramos relevante para as questões e objetivos da pesquisa, e então resolvemos mantê-la em andamento e comunicá-la, inclusive no que diz respeito a essa dificuldade. As entrevistas realizadas possuem riqueza e diversidade suficientes para que possamos pensar nossas questões de forma bastante completa. Além disso, a recusa de tantos psicólogo em participar de nossa pesquisa também pode ser compreendida como elemento relevante para a construção de nossa compreensão.

### **4.3. Procedimento de Coleta de Dados**

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas individuais, onde cada participante pode se expressar a respeito de suas relações com o contexto do Exame Criminológico, assim como sobre como pensa o papel da psicologia neste âmbito. Foram realizados um encontro com cada participante e cada encontro teve duração média de uma hora.

Utilizamo-nos de algumas perguntas pré-estabelecidas (ver apêndice B) para alcançar este objetivo, no entanto outras questões e formatos puderam se concretizar no momento da entrevista de acordo com aquilo que pareceu mais pertinente aos objetivos desta pesquisa, onde, por se tratar de uma entrevista

dialógica, pudemos proceder de forma a incentivar a expressão da experiência.

Tais aspectos estão de acordo com os pressupostos da psicologia cultural, assim como afirma Boesch (2007):

(...) [n]a pesquisa psicológica não se trata de uma questão de “medição”, mas de interações pessoais, que requerem muita sensibilidade e modéstia, um esforço honesto para adentrar o mundo de experiência do outro “sujeito”<sup>6</sup>. (p. 257-258)

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra para análise, orientada pela perspectiva teórico-metodológica do Construtivismo Semiótico Cultural em Psicologia.

#### **4.4. Considerações Éticas**

Atendendo à Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, a coleta e análise de dados ocorreram mediante a autorização e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Os participantes foram informados acerca da justificativa, objetivos, procedimentos da pesquisa e os possíveis riscos e benefícios esperados, através da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi esclarecido a todos os participantes o caráter voluntário da sua participação, podendo ele se recusar a participar ou desistir a qualquer momento, sem que isso lhe acarretasse qualquer prejuízo. Será garantido o livre acesso às informações coletadas e quaisquer esclarecimentos solicitados, bem como o sigilo, a fim de preservar a identidade dos participantes e das pessoas mencionadas pelos mesmos e assegurar a privacidade dos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, que serão utilizados somente para fins científicos. O consentimento foi elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo participante da pesquisa e a outra arquivada pelo pesquisador.

Não houve qualquer alteração referente à forma de coleta de dados, que

---

<sup>6</sup>Boesch irá, em seguida, questionar o termo “sujeito”, por isso o coloca entre aspas. Fica aqui apenas este apontamento, pois a discussão deste termo não cabe ao objetivo desta pesquisa e não põe em questão o argumento que aqui desejamos sustentar.

implicasse em alguma dimensão ética.

#### **4.4.1. Riscos e Benefícios**

Durante a entrevista existia a possibilidade do surgimento de certo desconforto no que diz respeito ao relato de situações que possam ter sido desagradáveis aos entrevistados no contexto do Exame Criminológico. Se tais situações se mostrassem demasiado perturbadoras a entrevista seria imediatamente encerrada e o pesquisador, como profissional de referência em psicologia, estava comprometido em garantir apoio adequado ao entrevistado, por meio de encaminhamento a um serviço de apoio psicológico na cidade que lhe fosse referência. O próprio pesquisador faria o contato com os serviços de saúde de mais fácil acesso para o participante e cuidaria para que este fosse encaminhado dentro de suas limitações geográficas, financeiras e psicológicas. No entanto, em nenhum dos casos houve necessidade de tais ações.

Por outro lado, o relato de tais experiências, no formato dialógico que propusemos como caminho para a entrevista, trouxe reflexões bastante importantes, não apenas para a pesquisa, mas para os próprios entrevistados como forma de re-significar suas experiências e poderem repensar a psicologia e sua atuação de forma geral.

#### **4.5. Procedimento de Análise de Dados**

Os dados foram analisados de forma dialógica e compreensiva, seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos do Construtivismo Semiótico Cultural em Psicologia e da Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer.

Taylor (2002, p.127) ao falar sobre as contribuições de Gadamer para as Ciências Humanas, deixa clara uma diferenciação entre *conhecer* um objeto e chegar a uma *compreensão* junto a um interlocutor (que pode ser um texto ou uma obra de arte). Conhecer um objeto é uma posição unilateral, ou seja, a nossa visão sobre um objeto que não será transformada por nós, assim como não seremos

transformados por ele. Já a compreensão assume uma bilateralidade que depende do outro e está sempre aberta para a novidade e para a revisão de suas conclusões.

(...) Gadamer não acredita que o tipo de conhecimento que produz um completo controle intelectual sobre um objeto seja alcançável, mesmo em princípio, nas questões humanas. Pode fazer sentido sonhar com isso na física de partículas, até mesmo determinar este como um objetivo, mas não quando tratamos de compreender seres humanos. (Taylor, 2002, p. 128)

Portanto, através do diálogo com profissionais desta instituição, do estudo dos textos pertinentes e da experiência do autor, uma compreensão foi elaborada para que o tema pudesse ser pensado sob o olhar do Construtivismo Semiótico-Cultural em sua particularidade e realidade histórica.

## 5. Hermenêutica Filosófica e Construtivismo Semiótico-Cultural

O marceneiro, quando desenvolve o seu projeto, calcula meticulosamente as medidas e os formatos que pretende “impor” à madeira. Faz os cortes nas medidas corretas, prega e cola cada peça em ângulos específicos, plaina e lixa suas faces para deixá-las macias ao toque e enverniza tudo ao final para dar brilho e proteger a madeira.

Acontece que a madeira possui suas particularidades e “teimosias”. Os processos de desengrosso, plaina, lixa, verniz e basicamente tudo que se faz com a madeira, devem ser, impreterivelmente, executados na direção de seus veios, no sentido do seu desenho e capilaridade. Mas quase sempre o material possui “nós” que complicam estas tarefas. Centros que distribuem os veios da peça em direções diversas e aleatórias.

Quando isso ocorre, a técnica “pausa”. Ou seja, o caminho correto designado para o trabalho, previamente desenhado, cria uma rede de bifurcações. A partir deste momento as opções se abrem e é necessário que o marceneiro dialogue com a madeira. Ela passa então a mostrar suas imperfeições e, nelas, os caminhos possíveis. O sujeito e a madeira têm que encontrar, juntos, uma nova possibilidade de percurso para que o trabalho possa ser concluído.

Aqui, portanto, devemos discordar de Michelangelo quando este afirma que não faz esculturas, mas que apenas retira o excesso de pedra das obras que já estavam lá. Em meio à Florença Renascentista, sua posição ilustra bem o conteúdo naturalista que se formulava no início da Idade Moderna. A posição hermenêutica do diálogo, no entanto, nos ampara para dizer que a obra se define ao mesmo tempo em que vai sendo concretizada. Ou seja, é através do diálogo entre o artista e sua peça em construção que esta toma forma, sempre se abrindo a novas possibilidades, mesmo depois de terminada. Ao bradar “Perché non parlí?” (por que não falas?) ao seu recém terminado Moises, Michelangelo talvez não tenha percebido que sua obra já vinha dialogando com ele desde o começo e que, depois de terminada, continuaria dialogando com aqueles dispostos a encará-la de fato.

Esta pequena ilustração não serve para dizer que madeira e pedra

adquiriram a habilidade da fala. O diálogo aqui se trata de uma abertura para o encontro com o outro num processo de criação. Assim se posiciona Gadamer em sua filosofia hermenêutica: o diálogo, sempre banhado na tradição, somente poderá se instaurar quando da abertura para a transformação - prerrogativa necessária para todas as partes envolvidas, como afirma Simão:

Qualquer compreensão de diálogos e nos diálogos passará, assim, pela negociação entre compreensões do sujeito e do outro que, na realidade, é uma negociação entre seus respectivos horizontes de compreensão. Em termos gadamerianos, o sucesso dessa negociação é a fusão de horizontes, com a emergência de um campo de significado mais amplo. (Simão, 2010, p. 215)

Portanto, a busca pelo diálogo não se dá aqui como uma jornada moral e etérea. O percurso para um desenvolvimento na relação eu-outro, quando tomada como processo dialógico, implica numa fusão de horizontes legítima, que:

(...) significa possibilidade de transformação nos horizontes dos interlocutores, como eventual alargamento que possibilite compreensão de acontecimentos que não se encaixavam (não podiam encontrar sentido) na compreensão prévia individual dos interlocutores. (Simão, 2010, p. 215)

Esta Fusão de Horizontes, conceito elaborado por Gadamer, traz várias implicações. Estes horizontes são formados pelos pré-conceitos de cada sujeito, que está sempre imerso em uma tradição. Ou seja, na relação eu-outro não existe a possibilidade de neutralidade nem de ausência de pressupostos. Trazemos, sempre, em nossas interações uma carga da história que nos constitui (linguagem, período histórico, círculo familiar, experiências pessoais, etc).

É justamente em conexão com a reabilitação das preconceções, como fato que denuncia a realidade histórica de um ser, que Gadamer também reabilita a importância da tradição, não em seu sentido de revivência que aprisiona, mas como experiência de negatividade com o passado, em tensão com o presente e balizadora do futuro. (Simão, 2010, p.193)

Desta relação dialógica, balizada sempre pela tradição como aspecto transformador e mutável, Gadamer apontará o Círculo Hermenêutico: Através do

diálogo nos transformamos e transformamos o outro com quem nosso horizonte se funde, sempre num movimento circular (ou espiralado) possibilitando a emergência do novo e a revisão de nossas preconcepções e visões de mundo, numa circularidade de interpretação e reinterpretação na relação da parte com o todo. Sobre a implicação desta questão para as ciências humanas, Fowers, Guignon e Richardson afirmam que:

A circularidade introjetada em toda questão significa que as ciências humanas não podem atingir um encerramento definitivo em seus investigações. Nossos mutantes interesses e objetivos moldam nossa compreensão sobre o objeto de estudo, enquanto os próprios objetos constantemente transformam nossa auto-compreensão e nossos objetivos. (Fowers; Guignon; Richardson, 1999, p.207)

De acordo com Charles Taylor, um importante leitor e desenvolvedor do pensamento gadameriano, a grande contribuição de Gadamer foi propor um modelo diferente para pensar as ciências humanas, superando as visões etnocêntricas e relativistas. Sobre este tema afirma:

(...) em Verdade e Método, Gadamer mostra como a compreensão de um texto ou evento, que se nos apresenta pela nossa história, deve ser uma construção, não pelo modelo de apreensão científica de um objeto, mas pelo modelo dialógico entre pares que alcançam uma compreensão (Verstandigung). (Taylor, 2002, p. 126)

É importante ressaltar que Gadamer não é um relativista. Dizer que ele se afasta do método das ciências naturais para propor uma compreensão pelo diálogo não é o mesmo que dizer que "vale tudo". Isso ele garante pela presença da tradição, ou seja, a emergência do novo está sempre presente no diálogo, mas esse diálogo está inevitavelmente inserido em uma tradição, o que limita seus destinos à realidade histórica e linguística.

Nesse sentido, é preciso compreender outro aspecto fundamental do pensamento gadameriano para a psicologia, que passa como linha costurando suas posições ontológicas: a linguagem. Como afirma em sua grande obra, Verdade e Método: "(...) a linguagem é o medium universal em que se realiza a própria compreensão. A forma de realização da compreensão é a interpretação" (Gadamer,

2008, p. 503).

Ou seja, toda a carga da tradição, da história e das pré-concepções, inevitavelmente presente em qualquer de nossas ações, está representada pela nossa linguagem e no uso dela para compreender e interpretar o mundo, o eu e o outro.

A linguagem é o que nos constitui e o que possibilita o surgimento do novo através do diálogo. Gadamer ilustra isso de forma bastante sensível:

Costumamos dizer que “levamos” uma conversa, mas na verdade quanto mais autêntica uma conversação, tanto menos ela se encontra sob a direção da vontade de um ou outro dos interlocutores. Assim, a conversação autêntica jamais é aquela que queríamos levar. Ao contrário, em geral é mais correto dizer que desembocamos e até que nos enredamos em uma conversação. (...) O que “surgirá” de uma conversação ninguém pode saber de antemão. (Gadamer, 2008, p. 497)

É deste não-saber que pode surgir a compreensão e foi desta perspectiva que partiu nossa pesquisa, inclusive no sentido metodológico do procedimento, em que não se sabe, de antemão e a rigor, que caminhos pode seguir uma entrevista. Ou seja, para compreender e formular uma verdade temporária sobre a atuação da psicologia no sistema penal foi preciso que reconhecêssemos a diferença e a presença do outro como parte fundamental para o diálogo. Sobre esta relação Davey diz que:

(...) a ênfase específica que a hermenêutica filosófica dá à compreensão diz respeito aqueles momentos de percepção reveladores, quando fica aparente que o outro *não* pensa o *mesmo* que eu ou que eu não penso mais o *mesmo* sobre uma pessoa ou texto. (Davey, 2006, p.5)

Devemos considerar estes aspectos da formulação gadameriana em sua radicalidade ética e permitir que o contato com o outro nos transforme e nos movimente. A Psicologia Cultural nos mostra que o ser humano está sob influência de "sugestões sociais", mas que não acolhe estas características como um receptor passivo. Pode assumir uma posição de atividade em sua relação com o mundo.

Como resultado, uma vez que a maior parte das ordens sociais se encontra em um estado de incompletude, algumas pessoas estão de certo modo cumprindo essas ordens, enquanto outras estão tentando resistir a essas formas emergentes, ou até mesmo trabalhando ativamente em sua demolição. Ao trabalhar constantemente com ordens sociais, as pessoas, ao assumir seus diferentes papéis sociais, vão efetivamente transformá-las. (Valsiner, 2012, p. 107)

O Construtivismo Semiótico-Cultural vê, desta forma, a possibilidade de implicação do sujeito nos destinos de suas ações e transformações. A partir desta posição, que enxerga a relação eu-outro como uma via dupla, podemos compreender os fenômenos humanos de forma menos polarizada, proporcionando possibilidades para a ampliação de horizontes previamente estáticos.

## 6. As relações entre linguagem, dialogia e emergência da novidade

O que é linguagem e como esta se dá em nossas relações com o outro e com o mundo? Ela está presente em todas as relações humanas? Existe experiência sem linguagem? Estas são algumas das principais questões que procuramos pensar no estudo da hermenêutica filosófica gadameriana. Lawn nos dará algumas pistas nesta direção ao diferenciar os conceitos de linguagem “designativa” e “expressivista”. A linguagem:

(...) foi considerada como um meio de transporte através do qual os pensamentos viajavam. Usando uma metáfora, podemos dizer seria o mesmo que considerar o pensamento como sendo a mensagem, e a linguagem o fio do telefone através do qual a mensagem viajou. (...) A maioria das teorias de significado linguístico é designativa em termos de origem. Tais teorias declaram que a linguagem é significativa porque pinta, representa ou designa o mundo. Nesta teoria, a palavra "cadeira" é significativa porque existem objetos no mundo chamados de cadeiras para os quais a palavra existe. (Lawn, 2007, p.104)

Ou seja, neste caso a linguagem nos serviria apenas como ferramenta para descrever um mundo empírico e neutro, ou ainda:

Colocando de maneira mais simples, podemos representar como o mundo é para nós, ambos, mental e fisicamente, e podemos comunicar uns com os outros porque a linguagem é, basicamente, um sistema de sinais atuando como substituto para objetos reais. (Lawn, 2007, p.104)

Como já podemos notar pela formulação do texto, esta não é a posição hermenêutica referente à linguagem. Para Gadamer (2007):

Aprender a falar não significa ser introduzido na arte de designar o mundo que nos é familiar e conhecido pelo uso de um instrumentário já dado, mas conquistar a familiaridade e o conhecimento do próprio mundo, assim como ele se nos apresenta. (p. 176)

Desta forma, fica clara a posição hermenêutica de não-instrumentalização da linguagem, ou seja, mais do que um instrumento que nos auxilia a nos comunicarmos, a linguagem é justamente o princípio para que possamos conhecer o

próprio mundo. Em algum sentido, a linguagem é o próprio mundo.

Ainda sobre a definição da teoria designativa da linguagem, afirma Lawn (2007):

A teoria designativa considera as palavras como representantes das coisas ou como objetos. Aceitando, a partir daí, as sentenças para oferecer declarações claras e indisputáveis sobre o mundo em si (isto é, além da linguagem). ( p.105)

Como veremos, ainda que nos pareça contraditório (e o continuará sendo em boa parte), não há nada além da linguagem, mas há algo além da linguagem. Continuemos com nossa discussão inicial para depois entrarmos nessa questão mais “espinhosa”. Ainda sobre a definição de linguagem, Gadamer afirma:

A linguagem não é um dos meios pelos quais a consciência se comunica com o mundo. Não representa um terceiro instrumento, ao lado do signo e da ferramenta - embora esses dois certamente façam parte da caracterização essencial do homem. A linguagem não é nenhum instrumento, nenhuma ferramenta. Pois uma das características essenciais do instrumento é dominarmos seu uso, e isso significa que lançamos mão e nos desfazemos dele assim que prestou seu serviço. Não acontece o mesmo quando pronunciamos as palavras disponíveis de um idioma e depois de utilizadas deixamos que retornem ao vocabulário comum de que dispomos. Esse tipo de analogia é falso porque jamais nos encontramos como consciência diante do mundo para num estado desprovido de linguagem lançarmos mão do instrumental do entendimento. Pelo contrário, em todo conhecimento de nós mesmo e do mundo, sempre já fomos tomados pela nossa própria linguagem. (Gadamer, 2007, p. 176)

Aqui talvez já possamos iniciar a compreender onde poderíamos “ir além da linguagem”. Gadamer deixa claro que não há “conhecimento de nós mesmo e do mundo” fora da linguagem. Mas será que o conhecimento é a única forma humana possível de se relacionar? Ficamos com esta questão em aberto por enquanto para continuarmos a explorar de forma mais detalhada a definição de linguagem:

Uma outra importante posição na tradição é, algumas vezes, referida como a visão expressivista da linguagem. Aqui, a capacidade da linguagem de representar o mundo está subordinada ao poder das palavras em expressar algo relacionado com o que significa ser humano. E isso é possível através do fato de a linguagem, no fundo, ser sustentada e autenticada, não pela designação, mas por várias formas de solidariedade linguística. Uma rede implícita e explícita de

acordos, regulando o significado e o uso da linguagem, sustenta a linguagem; e são as regras que derivam de uma grande medida de convenção social e linguística e de um consenso, que as teorias expressivas enfatizam. A linguagem é fundamentalmente, um fenômeno social, cultural e histórico, e qualquer estudo detalhado deveria começar com uma apreciação deste fato vital. (...) A atitude hermenêutica à linguagem é fundamentalmente expressivista. (Lawn, 2007, p.105-106)

Esta posição expressivista da linguagem, como podemos notar, não trata de colocar a linguagem como pura representação do mundo, sustentada por regras e cifras. Lawn deixa claro que é uma ilusão pensarmos que a linguagem se sustenta ancorada naquilo que representa. E vai além:

Poderíamos dizer que a linguagem expressivista, na realidade, constitui o mundo: o mundo humano só é possível através das solidariedades íntimas da linguagem e da vida cultural e sem estas solidariedades não existiria o mundo humano. (Lawn, 2007, p. 107-108)

Gadamer também deixa isso bastante claro, mais uma vez se referindo a pensamento, conhecimento e, ainda, consciência:

Em todos os nossos pensamentos e conhecimentos sempre já fomos precedidos pela interpretação do mundo feita na linguagem, e essa progressiva integração no mundo chama-se crescer. Nesse sentido, a linguagem representa o verdadeiro vestígio de nossa finitude. A linguagem já sempre nos ultrapassou. O parâmetro para medir seu ser não é a consciência do indivíduo. Não existe consciência individual que pudesse conter sua linguagem. (Gadamer, 2007, p. 178)

Como já foi colocado anteriormente, esta concepção pode dar a ideia de um antirealismo bastante radical. No entanto, não é esta a posição gadameriana da linguagem. Gadamer propõe sua teoria filosófica, de forma bastante transitável, justamente entre idealismos e realismos, criando assim uma tensão dialógica extremamente rica. Sobre esta posição aparentemente idealista, afirma Lawn (2007):

Com isso não queremos dizer que o mundo é feito de palavras, mas que nosso mundo é possível através da linguagem. E pelo fato de a linguagem ser um produto, ou uma condição de vida

social, nosso mundo é fundamentalmente social. (p.108)

Tentaremos mostrar agora que, de fato, há algo além da linguagem, no entanto ainda nos parece bastante obscuro este formato. O que é isto que existe além da linguagem? Como alcançar isto que está além da linguagem? É possível alcançar o que quer esteja nesta instância? E, se sim, seria interessante fazê-lo? Ou será que fora da linguagem está apenas um deserto do que se encontra fora da tradição?

Em *Verdade e Método*, sua principal obra, Gadamer sentencia de forma quase profética: "O ser que pode ser entendido é linguagem". Esta frase bastante ambígua nos traz ainda mais dúvidas sobre como encontrar o que estaria fora da linguagem e sobre a importância desta busca para a psicologia. Se o ser é linguagem e sua compreensão só pode passar por ela, o que mais poderíamos buscar? Lawn deixa claro este limite e esta abertura de possibilidades:

Tudo aquilo que conseguimos entender sobre o ser é sempre através do agente da linguagem. Isso não significa que todos os seres são compreensíveis através da linguagem; este tipo de pensamento totalizador, remanescente da antiga "ciência pura" é um anátema à posição de Gadamer. Pelo contrário, ele está se esforçando para mostrar como nosso entendimento do mundo é tentativo, provisional, e nunca está na posição de explicar e entender totalmente o ser. 'O ser que pode ser entendido é linguagem' significa que tudo que pode ser entendido sobre o ser é, necessariamente, linguístico. (Lawn, 2007, p.112)

Lawn afirma ainda que Gadamer:

(...) sugere que todas as nossas apropriações do ser, na realidade tudo que fazemos e tomamos conhecimento é através da linguagem. A linguagem está em todas as partes e domina completamente nossa visão do mundo. Sem dúvida alguma Gadamer contestaria qualquer opinião sobre o entendimento que pressupõe algo não linguístico. Por exemplo, poderíamos falar de arte e de música como formas oferecedoras de entendimento que não fazem referência à linguagem, pois elas são entendidas visualmente ou musicalmente. As expressões de dor podem ser vistas como pré-linguísticas, sem nenhum elemento linguístico ou cognitivo. Nas esferas religiosas podemos fazer referências ao místico que é precisamente aquilo que deixa a linguagem para trás e, de algum modo, apresenta uma forma de entendimento. Estas posições são insustentáveis; o que é precisamente uma forma de entendimento que

não pode ser colocada em palavras, e o que é exatamente aquilo que entendemos se não podem ser expressas em palavras? O desafio de Gadamer é produzir uma situação de entendimento que não pode ser comunicada através da linguagem, e isso é certamente impossível. E o aspecto mais filosófico da posição de Gadamer é, mais uma vez, o desafio àquela visão filosófica ubíqua de que o pensamento em si produz formas de entendimento que não precisam ser expressas através da linguagem, pois nesta visão é o próprio pensamento que torna a linguagem possível. (Lawn, 2007, p.112-113)

Esta longa citação nos pareceu relevante, pois traz elementos bastante radicais. É mais palatável aos nossos ouvidos quando dizemos que o entendimento exige linguagem, ou até mesmo a compreensão. Mas, aqui, Lawn afirma algo ainda mais radical: que a arte, a religiosidade e até mesmo a dor estão mergulhadas no mar da linguagem e que não podemos escapar dela nem nestas situações. Quando bato o dedo na quina da porta e grito “ai!”, já estou inserido em uma tradição que sente dor de uma determinada forma e que expressa essa dor de um jeito particular. Então, podemos concluir que a linguagem está de fato em tudo que nos diz respeito? E que não há nada além dela? Ainda que a contradição do tema só pareça aumentar, a resposta é negativa:

Se 'o ser que pode ser entendido é linguagem', então isso significa que não existem partes do ser que não podem ser alcançadas pela linguagem? Isso significa também que a linguagem é, basicamente, capaz de expressar tudo que pode ser expressado sobre o ser? Nada pode estar tão longe da posição de Gadamer. A linguagem esclarece aspectos do ser, isto é, torna-a compreensível à consciência humana, mas até mesmo como Heráclito percebeu, o ser constantemente supera nossa habilidade de expressá-lo. O ser é sempre ir além da nossa habilidade de expressá-lo, não somente porque a linguagem é limitada, mas também porque o ser é revelado e oculto pela linguagem. (Lawn, 2007, p.113)

Aqui chegamos a um ponto importante. Lawn deixa claro mais uma vez que para Gadamer há sim algo além da linguagem. Algo no movimento de constante transformação do ser que foge ao toque na tradição linguística justamente por estar em constante transformação dialógica. Mas se revela novamente aqui uma questão importante: Se a linguagem torna compreensíveis à consciência humana os aspectos do ser, será possível alcançarmos de alguma forma aquilo que escapa à linguagem? A psicologia possuirá as ferramentas para tanto? E, ao fazê-lo, já não

estariamos imediatamente imersos novamente na linguagem? Gadamer mais uma vez deixa claro que a linguagem está localizada:

A linguagem é, pois, o centro do ser humano, quando considerada no âmbito que só ela consegue preencher: o âmbito da convivência humana, o âmbito do entendimento, do consenso crescente, tão indispensável à vida humana como o ar que respiramos. Realmente o homem é o ser que possui linguagem, segundo a afirmação de Aristóteles. Tudo que é humano deve poder ser dito entre nós. (Gadamer, 2007, p. 182)

Nossa dúvida permanece e fica cada vez mais difícil compreender como seria possível acessar este mundo além da linguagem. De que ele existe já não temos mais dúvidas, e Gadamer deixa isso bastante claro, mas, ao mesmo tempo, em seus textos parece buscar exaustivamente argumentos para justamente dizer que nossa compreensão não poderá alcançar este aspecto da vida humana.

Mas a tese que pretendo discutir dá um passo ainda mais radical. A tese afirma que não apenas o processo do entendimento entre os seres humanos, mas também o próprio processo da compreensão representa um acontecimento de linguagem mesmo quando se volta para algum aspecto fora do âmbito da linguagem ou escuta a voz apagada da letra escrita. (...) A afirmação de que toda compreensão é linguagem não deixa de ser provocativa. Basta olhar ao nosso redor observar nossas próprias experiências para se constatar de imediato uma infinidade de exemplos que nos parecem dizer o contrário. O que então se mostra como o modo de compreender mais elevado e mais íntimo é justamente a compreensão tácita e silenciosa. Quem se esforça para auscultar a linguagem esbarra logo em fenômenos como o 'acordo tácito' ou o 'adivinhar o pensamento'. Há que se perguntar se esses fenômenos não são, em certo sentido, modos de estrutura de linguagem. Ainda espero demonstrar por que uma afirmação desse gênero faz sentido. (Gadamer, 2007, p. 2016-217)

Para podermos apreender melhor a posição da linguagem na Hermenêutica Filosófica de Gadamer, vamos tomar o caminho da apresentação do diálogo, pois, segundo Gadamer, é o próprio diálogo que cria a linguagem, ao mesmo tempo que é criado por ela. A linguagem é um efeito em constante transformação dialógica e talvez seja este o caminho para revelarmos aquilo que está além dela – ou talvez seja este o caminho que revele que este lugar é inalcançável. Segundo Lawn, Gadamer:

(...) nega que é o poder do pensamento que garante o significado linguístico e segue mostrando que ele é um produto da interação dialógica humana. Ninguém sabe como e por que a linguagem muda, ela está, de certa forma, democraticamente além da compreensão das obstinadas subjetividades humanas. A linguagem muda constantemente de acordo com as infinitas trocas dialógicas dentro do contexto da tradição e história, e estas mudanças estão além do controle dos indivíduos, dos grupos linguísticos e de qualquer agência que procure controlar o movimento da linguagem. Neste sentido, é justo dizermos que a "linguagem nos fala". As regras gramaticais, através das quais a linguagem é regulamentada, o ônus da tradição linguística, estão sempre nos seus devidos lugares bem antes que nós, como indivíduos, entremos na arena linguística. As hermenêuticas demonstram o senso no qual fazemos da linguagem a nossa própria aquisição, apesar de herdarmos uma configuração maior, em inglês ou alemão, e da qual nossa própria voz dentro da configuração maior é forjada. (Lawn, 2007, p.115)

Com isso em mente Gadamer nos auxilia a revelar a dificuldade em tratar deste tema, que sempre nos escapa e que está em constante transformação:

Se concebermos o fenômeno da linguagem não a partir do enunciado isolado, mas a partir da totalidade de nosso comportamento no mundo, o qual é por sua vez também uma vida em diálogo, poderemos compreender melhor por que o fenômeno da linguagem é tão enigmático, atrativo e fugidio. (Gadamer, 2007, p. 233)

Ao pensarmos esta dificuldade e esta enigmaticidade, poderíamos concluir que nossas possibilidades de compreensão estariam então limitadas, aprisionadas sob a ditadura da linguagem, detentora de todo o conhecimento sobre o ser. Gadamer afirma justamente o contrário e posiciona no diálogo a possibilidade de abertura e liberdade que não poderíamos encontrar em um modelo mais restrito:

O fato de nos movermos no mundo de linguagem, de estarmos inseridos em nosso mundo através da experiência pré-formada pela linguagem não restringe nossa possibilidade crítica. Ao contrário. Abre-se para nós a possibilidade de ultrapassar nossas convenções e todas as nossas experiências pré-esquemáticas, dialogando com outras pessoas, pessoas que pensam diferente, aceitando um novo exame crítico e novas experiências. (Gadamer, 2007, p. 239)

É justamente esta abertura para o diálogo que nos coloca frente ao novo e

disponíveis à transformação. A linguagem nunca é total, jamais seria onipresente e não poderia revelar tudo em nenhuma circunstância. É justamente aí que se encontra o “além da linguagem”. Além da linguagem está aquilo que permite a abertura da compreensão pela linguagem. Além dos limites da linguagem se encontra a possibilidade de transformação pelo diálogo e a mutabilidade constante da tradição. É neste “vazio que não é vazio” que reside o motor para a mudança e para a possibilidade de emergir uma verdade localizada historicamente. Sobre as possibilidades desta transformação constante, afirma Davey (2006):

Os contínuos deslocamentos e elisões de significado dentro da linguagem significam que, independentemente da natureza de nossa herança hermenêutica, enquanto ela estiver enquadrada dentro da linguagem, ela está sempre propensa a rupturas e deslocamentos por outras perspectivas. Dada a linguisticalidade de nosso ser, então, qualquer que seja a perspectiva ou tabela de valores que respeitemos, sua estabilidade será desafiada pelo jogo inerente em toda a linguagem. Os desafios não são de modo algum previsíveis. A vitalidade da linguagem não pode ser controlada: o que emerge no jogo da conversação não pode ser antecipado. Como seres linguísticos, temos de suportar e, de fato, sofrer (*passio*) as voltas disruptivas da linguagem. (...) Como no diálogo, a controvérsia, o desafio e o desacordo sustentam a vitalidade de uma tradição e possibilitam seu rejuvenescimento. (p. 219-220)

Esta discussão nos permite esclarecer algumas de nossas questões iniciais, mas muitas ainda restam abertas. Afinal, o que é aquilo que se encontra fora da linguagem? Gadamer assume que esta realidade existe, mas não parece nos dizer como encontrá-la. Seria então papel da psicologia procurar este caminho? Para responder positivamente a esta última questão talvez precisássemos nos justificar, o que revelaria outra questão: Se aquilo que pode revelar algo sobre o entendimento e a compreensão do ser está necessariamente imerso na linguagem, qual o objetivo de nos propormos a ir “além da linguagem”? Todas estas questões ficam sem resposta até o presente momento, mas as perguntas que esta discussão nos revelou podem ser ainda mais ricas do que possíveis afirmações de verdade. Como afirma novamente Davey, é justamente aí que se dá a importância do pensamento hermenêutico:

A hermenêutica não está empenhada em alcançar uma interpretação final. Ela reconhece que, não importa quão poderosa seja a inclinação subjetiva para uma dada interpretação, as razões em

apoio de uma interpretação nunca estão além do argumento. A hermenêutica filosófica não pode, em princípio, buscar a "última palavra". O que ela tenta induzir é uma mudança de perspectiva, ou seja, que enquanto conversamos sobre as virtudes das interpretações opostas, somos levados a pensar de maneira diferente sobre os pressupostos que governam nossa interpretação inicialmente preferida. A hermenêutica filosófica persegue uma postura atenta. Ela se esforça para permanecer radicalmente não-dogmática, a fim de permanecer aberta e aceitar as emoções e o sofrimento que novas percepções realizadas dentro do jogo da linguagem vão nos expor. Estamos ao mesmo tempo atraídos e preparados para afirmar a possibilidade dessa negatividade porque sabemos que no jogo da linguagem reside algo de nós mesmos que ainda temos de discernir. (Davey, 2006, p. 224)

Em nossa pesquisa, onde nos propomos a pensar os tipos de relações que se dão entre sentenciados do Sistema Penitenciário e os psicólogos que se propõem a avaliá-los para a progressão de regime, estes aspectos se mostram extremamente relevantes, pois fica cada vez mais claro para nós que a busca por uma verdade hermenêutica, seja ela sobre a linguagem ou sobre as relações profissionais de psicólogos historicamente posicionados, contará sempre com a emergência do novo, com aquilo que se constrói no contato entre os diversos e com o vazio que será preenchido pela fusão de horizontes - dispostos a se visitar constantemente.

## 7. Análises interpretativas das entrevistas

Para que possamos compreender as entrevistas realizadas de forma que nossas questões iniciais ganhem amplitude, faremos, inicialmente, uma leitura individualizada de cada interação, aproveitando a riqueza e a diversidade desses encontros.

Em seguida faremos uma análise destas entrevistas *pensando o Exame Criminológico como meio mediacional*, assim como proposto por Wertsch (1998) em *Mind as Action*, considerando que há uma relação transformadora de agente e meio mediacional durante a ação, onde poder e autoridade desempenham papel importante na decisão sobre quais ferramentas culturais podem e devem ser usadas em dada situação:

A tarefa de uma abordagem sociocultural é explicitar as relações entre a ação humana, por um lado, e os contextos culturais, institucionais e históricos nos quais essa ação ocorre, por outro. (Wertsch, 1998, p. 24)

Encarar o Exame Criminológico desta forma poderá nos trazer uma amplitude importante para que possamos pensar nosso problema, ou seja, poderemos formular uma compreensão que siga além das impressões individuais de cada sujeito para um entendimento cultural e histórico, inserido em uma tradição:

(...) um foco na dialética agente-instrumento talvez seja a maneira mais direta de superar as limitações do individualismo metodológico, a idade dos direitos autorais, a mentalidade centralizada e assim por diante. Uma apreciação de como meios mediacionais ou ferramentas culturais estão envolvidos na ação nos força a viver no meio. Em particular, nos obriga a ir além do agente individual ao tentar entender as forças que moldam a ação humana. (Wertsch, 1998, p. 24)

Os meios mediacionais, assim, através de um olhar sobre a ação do sujeito agente (no caso o psicólogo), nos proporcionam a possibilidade de vislumbrar nosso fenômeno de pesquisa sempre inserido num contexto cultural específico que não apenas influencia, mas forma sua atuação. Esses meios mediacionais, portando:

(...) fornecem uma espécie de ligação natural entre a ação, incluindo a ação mental e os contextos culturais, institucionais e históricos em que tal ação ocorre. Isso ocorre porque os meios mediacionais, ou ferramentas culturais, estão intrinsecamente situados cultural, institucional e historicamente. (Wertsch, 1998, p. 24)

Por fim, pretendemos fazer uma breve análise sobre as impressões dos entrevistados com relação a sua formação e sobre as representações que fazem de sua profissão neste contexto específico.

## **7.1. Análise individualizada das entrevistas**

### **Entrevista com A**

A primeira entrevista foi realizada com A (quarenta e três anos e formado desde 2000), psicólogo da Secretaria da Administração Penitenciária desde 2012 - começou a realizar Exames Criminológicos a partir de 2013, quando passou a fazer parte da Equipe Volante (psicólogos e assistentes sociais que se dispõem a auxiliar as unidades prisionais para cumprir as demandas judiciais). A deixa claro que aceitou o convite para participar desta equipe voluntariamente, já que para realizar este serviço receberia um adicional ao seu salário, que considera defasado.

Em sua entrevista, alguns aspectos importantes que considerávamos em nosso projeto se mostraram presentes e significativos para o que representa a psicologia no Sistema Penitenciário. A nos fala sobre dificuldades importantes que precisa enfrentar no seu cotidiano, como:

"Muitas vezes o profissional ele tem uma gama de possibilidade pra fazer o trabalho, mas existe uma própria dinâmica que o sistema penitenciário tem em termos de tempo, de trabalho e de horas que não permite haver aquela dinâmica que ele aprende na faculdade. Aquela coisa clínica e tal, tempo, horário, espaço, tudo controlado. E na penitenciária você ou se adapta àquela realidade ou se adapta".

A nos alerta ainda para o papel que a psicologia assume, no contexto do exame criminológico, de cumprimento de protocolo, tendo que responder à diversos poderes muitas vezes conflitantes, como o Conselho Federal de Psicologia, as

Resoluções da Secretaria da Administração Penitenciária, os quesitos impostos pelo Poder Judiciário e pela Defensoria Pública, entre outros. A deixa isso claro quando afirma que:

"você acaba descumprindo a resolução do conselho por uma questão da instituição. Como você no caso tenta se adequar a realidade da instituição, você vai quebrar em partes aquilo que o conselho está te colocando como profissional e ético que você tem que ser. Então você deixa de cumprir um lado ou fica muitas das vezes no meio termo. Cumpre parte daquilo que o conselho quer e cumpre parte daquilo que a Secretaria quer. Então nesse meio caminho você consegue andar, por assim dizer".

Assim, precisamos nos perguntar sobre a autonomia do profissional psicólogo na realização de suas funções. O profissional, diante de orientações e solicitações conflitantes, cria um 'meio termo' para se manter em sua função e para que possa continuar atuando sem prejuízos?

Fica evidente que a psicologia, neste contexto, se encontra ao centro de um cabo de guerra ético e constitucional entre defensores e críticos do sistema de avaliações para progressão de regime. O Conselho Federal de Psicologia, pela Resolução CFP 012/2012, deixa claros alguns limites da atuação do psicólogo no Sistema Penitenciário, limites estes que muitas vezes conflitam com as solicitações judiciais e seus quesitos:

Em seu Artigo Quarto, esta resolução afirma:

Art. 4º. Em relação à elaboração de documentos escritos para subsidiar a decisão judicial na execução das penas e das medidas de segurança:

a) A produção de documentos escritos com a finalidade exposta no caput deste artigo não poderá ser realizada pela(o) psicóloga(o) que atua como profissional de referência para o acompanhamento da pessoa em cumprimento da pena ou medida de segurança, em quaisquer modalidades como atenção psicossocial, atenção à saúde integral, projetos de reintegração social, entre outros.

b) A partir da decisão judicial fundamentada que determina a elaboração do exame criminológico ou outros documentos escritos com a finalidade de instruir processo de execução penal, excetuadas as situações previstas na alínea 'a', caberá à(ao) psicóloga(o) somente realizar a perícia psicológica, a partir dos quesitos

elaborados pelo demandante e dentro dos parâmetros técnico-científicos e éticos da profissão.

§ 1º. Na perícia psicológica realizada no contexto da execução penal ficam vedadas a elaboração de prognóstico criminológico de reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento de nexos causais a partir do binômio delito-delinquente.

§ 2º. Cabe à(o) psicóloga(o) que atuará como perita(o) respeitar o direito ao contraditório da pessoa em cumprimento de pena ou medida de segurança.

Mais do que isso, não é apenas a psicologia como conceito abstrato que se encontra ali: são psicólogos de carne e osso que precisam se preocupar constantemente com a necessidade de cumprir resoluções muitas vezes contraditórias, ou seja, para obedecer às solicitações de um dos lados muitas vezes é preciso descumprir a demanda de outro. Fica claro na entrevista o quanto isso pode afetar a qualidade deste serviço e, ainda, prejudicar o andamento do processo do sentenciado avaliado.

Junto a este aspecto, outra evidência importante é o despreparo destes profissionais para a realização deste trabalho. Segundo A, a universidade, ainda que fosse com falhas, não teve, por exemplo, uma matéria específica sobre este tema, o que de fato poderia ser excessivo, já que é uma frente de trabalho bastante específica. No entanto, seria razoável esperar que a própria instituição lhe proporcionasse algum tipo de treinamento para a realização de um trabalho tão importante e delicado. Os percalços pelos quais teve que passar são abundantes no relato de A, que, correndo riscos diversos, procurou sozinho por uma melhor formação e suporte emocional.

Os dois principais aspectos apontados como problemáticos se unem nesta fala de A:

“Você tem que saber se virar com as questões que o juiz te pede, as questões que a Defensoria, aquele que tá defendendo o próprio sentenciado, pede pra você também e o Ministério Público. Então você fica no meio desses três senhores que têm que dizer pra você o que você tem que fazer. O que eu fiz pra isso foi justamente fazer o que? Estudar. Eu fui atrás dos teóricos tanto da área do direito quanto da área da psicologia, das duas, pra saber como que eu responderia a essas questões”.

Outro aspecto que procurávamos responder ao propor a presente pesquisa parece começar a se clarificar. Ao início nos perguntávamos se seria possível a presença do diálogo, nos termos gadamerianos, nesta situação particular em que se encontram sentenciado e psicólogo. Parece ficar um pouco mais claro que a resposta seria negativa, pois como trazer a abertura necessária para o diálogo em uma relação onde as duas partes estão sob constante ameaça? O psicólogo respondendo às mais opostas solicitações e o sentenciado, pela forma como se constrói a situação, também preso a um "script" que o beneficiaria. A deixa bastante claro esse ponto ao utilizar este termo, e não podemos deixar de nos perguntar: Estariam os dois ali apenas seguindo um roteiro de faz-de-conta? Se os objetivos e limites desta situação são tão engessados, como construir uma compreensão significativa sobre a relação deste sentenciado com seus crimes e vida na sociedade? Neste caso, a gravidade do nosso problema se mostraria ainda mais severa: esta atuação serviria apenas para que, no fim, a responsabilidade sobre a vida desta pessoa recaísse sempre sobre estes profissionais, atados pela burocracia de uma balança frágil entre poderes opostos – e A se dá conta desta dinâmica de forma bastante implicada.

Este relato já pode nos indicar questões e direções importantes para nossa pesquisa. Nos parece que estes profissionais estão sujeitos a uma situação pouco favorável, onde seu trabalho pode ser questionado a qualquer hora por uma das partes que os regulam, se eles "saírem da linha".

A entrevista com A nos indica que nossas inquietações fazem parte do cotidiano destes profissionais e, desta forma, nossa pesquisa talvez possa trazer um novo olhar sobre este tema e, quem sabe, propor um modo diverso para que se dêem estas relações.

## **Entrevista com B**

Nossa segunda entrevistada, B, com quarenta e quatro anos, formada em psicologia no ano de 1996, ingressou na Secretaria da Administração Penitenciária

do Estado de São Paulo em 2001, no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Esta Unidade tem uma particularidade: Seus detentos são sujeitos que passaram por uma avaliação psiquiátrica e foram considerados inimputáveis, ou seja, perante a lei não podem ser considerados responsáveis por suas ações criminosas devido algum distúrbio psiquiátrico. Desta forma, são internados neste hospital para que possam fazer um tratamento. Isso implica que suas penas não são definidas nos mesmo termos daquelas comuns e estes sujeitos só poderão voltar ao convívio social após uma autorização da junta responsável por seu tratamento. Isso significa que na prática essas pessoas podem passar a vida toda encarceradas.

B conta que suas primeiras experiências na realização dos laudos foi amparada pela equipe em que estava inserida de forma a preservá-la, ainda que isso significasse uma limitação de sua liberdade profissional:

"O meu diretor imediato de Reintegração era uma pessoa muito boa e ele falou, olha, não vai escrevendo qualquer coisa porque já teve psicólogo que foi ameaçado, então aí ele chamou um psicólogo bem experiente de outra unidade e esse psicólogo, quer dizer, olha só, a gente não tem a liberdade de fazer o relatório conforme nós achamos, apesar que a gente não pode ser tão objetivo pela nossa profissão a gente tem que ser mais subjetivo e ele falou: "você coloca assim, você coloca assado, de uma forma bem por cima" e não colocar "é favorável", "sou favorável", "é desfavorável", então colocar indícios de que a pessoa poderia ter o benefício ou não".

B afirma que tais "ameaças" vinham por parte dos próprios sentenciados e que alguns psicólogos "chegaram até a se afastar pra poder passar um tempo". Pessoalmente diz que não sofreu ameaças significativas por parte dos sentenciados do hospital.

Algum tempo depois foi transferida para uma Unidade Prisional no interior do Estado de São Paulo, desta vez uma Unidade Penitenciária, onde não havia mais a conotação de tratamento psiquiátrico. Relata que nesta unidade se deparou com um juiz regional que solicitava laudos para grande parte dos sentenciados que tinham a possibilidade de progressão de regime, e que aí também houveram ameaças, mas dessa vez por parte do judiciário:

"[O juiz] chegou a fazer uma ameaça velada, eu não vou lembrar as palavras, apesar de que depois eu escrevi para falar com a minha mãe e com a minha irmã que é juíza do trabalho só para ter uma noção. Então, de uma certa forma, ele falou que havia uma pena e que se a gente não cumprisse poderia ser um desacato, alguma coisa meio leve, mas a gente entendeu. Então a gente tinha que fazer muito laudo".

Para sair desta relação, pediu transferência mais uma vez e foi para a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, onde faz laudos apenas como integrante da Equipe Volante, onde "tanto psicólogos quanto assistentes sociais se colocam à disposição de estar fazendo os laudos em unidades que não tem um profissional ou que não conseguiu cumprir a capacidade".

É importante ressaltar mais uma vez que a Equipe Volante se constitui de psicólogos que se voluntariam para tal função, que não constitui sua atribuição principal. Sobre esta escolha afirma:

"Na unidade você é pressionado, você tem que cumprir, então o stress é muito grande e na equipe volante você já vai para fazer menos laudos, então não tem aquela coisa de ser seu chefe, seu diretor, então você tá lá mais fazendo um favor, auxiliando, então normalmente a gente é mais bem tratado, nosso serviço é mais valorizado"

Ou seja, parece que para B a questão principal para se sentir desconfortável com os exames não é necessariamente a sua realização, mas as condições sob as quais o realiza: o contexto e a pressão de ter que produzi-los de forma constante e em volumes excessivos.

Outro aspecto abordado por ela em sua entrevista foram questões que levanta quanto à participação dos conselhos de psicologia neste contexto. Sobre este tema, B afirma que:

"Olha, eu acho assim, eu não tenho mais muito contato com o Conselho. Eu acho que o conselho não tá muito nem aí com a gente, então eu sinto que a gente não tem respaldo. Eles não vão lá, por mais que a gente chame. Eu já desisti faz tempo, não tem uma participação".

Relata que os psicólogos já solicitaram a presença do Conselho Regional de Psicologia para que ficasse ciente das condições de trabalho, mas, segundo ela, "isso acaba virando contra a gente, porque tem vários problemas".

Ainda sobre este tema, continua, afirmando que o problema não ocorre apenas no âmbito da profissão de psicólogo:

"às vezes tem algumas discussões no CRP sobre Sistema Prisional só que era blá blá blá e nada se fazia na prática, a mesma coisa com o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), sempre a gente acha que ele é mais envolvido, mas as próprias assistentes sociais falam que não é, então infelizmente a gente tá sozinho".

É importante notar que B não coloca os Conselhos como instituições que representam alguma ameaça para seu trabalho, mas apenas como um grupo que não participa para auxiliar na melhora de suas condições de trabalho.

Em seguida conversamos sobre sua visão a respeito da proposição de quesitos colocados pelo judiciário. Afirma que:

"eu coloco assim: "aparentemente sim", "provavelmente", então é isso, não dá para se colocar total, mas eu acho, eu sou uma pessoa mais livre, então eu acho que as coisas tinham que ser de uma forma mais livre. Colocar os quesitos e eu colocar, eu escrever da forma como eu acho. E se eu não quiser responder algum quesito enquanto psicólogo... mas não é porque é uma determinação do juiz".

Afirma ainda que já teve seus laudos questionados pelo judiciário quando por vezes respondeu aos quesitos de forma subjetiva

"Já aconteceu, tanto que eu tive que ir mudando meus laudos de alguma forma, porque eu sou uma pessoa muito criteriosa, sou detalhista, então eu fazia uns laudos enormes, até isso me causou um mal estar, porque eu tinha que ir diminuindo e sempre achava que ficava horrível o laudo, mas é mais ou menos como o pessoal faz, então..."

E continua, respondendo sobre se algum juiz já pediu para que refizesse algum laudo

"Já mandou, já mandou. Na época em que eu não estava entrando assim nesse estilo do "aparentemente sim", numa época em que eu deixava mais aberta ainda à questão. Então ele queria mais que a gente escrevesse com uma forma mais objetiva e eu deixava de uma forma mais aberta porque o ser humano é subjetivo, agora pro juiz entender isso, imagina... Então ele queria respostas mais objetivas, então ele fez voltar, às vezes ele não entendia alguma coisa, mas foram poucos laudos que voltaram, mas foram mais por isso, eu deixava a coisa mais aberta".

B explicita aqui a necessidade de adaptar-se, abrindo mão de um aspecto do ser humano essencial ao olhar da psicologia: a subjetividade, tanto dela, como psicóloga, como do detento, alguém "laudado por ela". Demonstra, assim, implicitamente, o seu descontentamento com a falta de autonomia imposta ao seu saber pelo judiciário e mais uma vez podemos nos perguntar: Que consequências isso poderia trazer para os sujeitos envolvidos nessa dinâmica? E que relação este psicólogo passa a ter com sua própria profissão se sua autonomia técnico-científica não é respeitada?

B nos fala então sobre como se dá sua relação com o sentenciado no momento do Exame Criminológico:

"Eu acho que pode trazer benefício para o sentenciado, inclusive porque eu vejo às vezes muito menino novo preso, até uns 23 assim, que foi por causa do vício da droga, então acaba até, não sei, dando uma de mãe, dando um conselho, coisa que psicólogo não deve fazer, mas eu to num ambiente tão diferente que eu me sinto a vontade para fazer assim, então eu acho que pode haver um benefício. Que isso não é para todos, não é, porque nem todos vão agarrar aquela oportunidade. A maioria vai retornar ao presídio, mas eu tenho que fazer minha parte.

Aqui, mais uma vez, B deixa evidente que as particularidades do Sistema Penitenciário possibilitam, permitem, ou até exigem, que se coloque de forma muitas vezes contraditória ao que se esperaria do psicólogo enquanto profissional. Buscando algum benefício para o sentenciado, se sente a vontade para deixar de lado alguns preceitos enraizados sobre a atuação profissional. Ao dizer, por exemplo, que "acaba até, não sei, dando uma de mãe", passa a se conectar com o sujeito de forma distinta daquela inserida na tradição da psicologia como profissão e ciência.

Tal aspecto também pode ser atribuído a uma questão de representação sobre a Cultura Profissional na relação com sua formação. A Cultura Profissional do psicólogo deve ser considerada abarcando características como a história e ideologia da profissão inseridas em uma tradição, as particularidades da formação profissional, a representação social da profissão e os alunos dos cursos de psicologia (Bettoi, 2003)<sup>7</sup>. Sobre sua formação, B afirma:

"Minha formação não me preparou, pra ter uma noção maior eu teria que fazer um curso voltado pra isso, mas eu não tenho a menor vontade. Eu acredito que a formação ela... a gente vai para instituição, vê as instituições e tal, mas preparação não tem, é mais uma visita, uma conversa com o profissional que trabalha lá, então acho que a pessoa que gosta, que queira ir atrás mesmo, tem que fazer um curso de especialização, porque não existe preparação".

Ainda sobre esta questão, B deixa clara a importância da construção de uma parceria com seus colegas de profissão para que algumas falhas em sua formação e na participação da instituição sejam superadas:

"No início, que foi lá no Hospital de Custódia, foi sem preparação, então eu e as outras psicólogas a gente se juntava, pensava como que a gente ia fazer, era bom, mas a gente fazia mais da nossa cabeça, mas seguia aquela tal de CTC, de passar pelo médico e etc., que eu acho importante, passar pelo médico psiquiatra, principalmente nos casos graves. E aí a única preparação que eu tive realmente foi mais ou menos em 2007-2008, em que um profissional mais antigo foi lá e me deu uns exemplos do que eu poderia fazer e tal, só que essa preparação era dada por um profissional que já estava havia muito tempo no Sistema e que sabia as intercorrências que podem ocorrer, inclusive ameaças e tal, então há muita interferência mesmo, porque você deveria ter a liberdade de fazer o laudo conforme o que você acha mesmo, se quer aplicar testes, não tem tempo pra nada... essa foi a única preparação que eu tive. Nas outras unidades eu fui vendo os outros laudos, fui pesquisando, fui conversando, nunca deixei de conversar com assistente social pra ter uma noção, gosto de trabalhar em dupla assim. Também me ajudou muito a sofrer menos com a diminuição do meu laudo, com aquela coisa mais concreta às vezes, não mais subjetiva...

Ou seja, foi preciso que abrisse mão de características que considerava importantes para a realização de seu trabalho para que pudesse de alguma forma realizá-lo. Ficar presa à formatos que considera adequados poderia fazer com que

---

<sup>7</sup> Este tema será abordado mais profundamente ao longo do trabalho.

sua atuação não fosse relevante. Assim, devemos nos perguntar: qual o limite ético deste "dever se adaptar"? Seria melhor que não tivesse se disposto a realizar os Exames Criminológicos, já que teria que abrir mão de concepções que considera fundamentais? Parece que sua resposta é outra: É possível atuar de forma ética mesmo que tenhamos que nos adaptar às solicitações de outros poderes para que mesmo assim tenhamos a possibilidade de alcançar algum tipo de transformação positiva na realidade das pessoas sentenciadas e na participação da profissão neste contexto espinhoso. B deixa claro que pode encontrar riqueza nestas relações e assim desenvolver seu trabalho sempre em parceria, contando com o apoio daqueles que vivem as mesmas dificuldades e daqueles que possuem maior experiência: "O que sobressai de positivo é a relação com o colega, a discussão, isso foi o que eu mais encontrei de positivo".

Por fim, B nos relata algumas situações que marcaram sua atuação realizando Exames Criminológicos

"Teve um que foi um sequestro bem marcante: ele disse que ele foi meio na onda dos caras, que falaram que só iam roubar um carro, mas aí acabaram pegando a pessoa que tava no carro, era um homem se não me engano, faz tempo que atendi ele, não me lembro direito, aí judiaram bastante dele, amarraram em uma árvore e ele acabou morrendo: sequestro seguido de morte. Acabou morrendo, a forma de matar eu não me lembro muito bem, mas acho que era tipo uma ferramenta, tem umas coisas horríveis que para mim já tem um caráter psicótico. De estupro também, um que ele falava que ele só foi roubar a casa aí tava as mulheres lá, aí ele estuprava e o relato dele para mim parece o contrário: ele foi estuprar. Porque que ele não roubava nada na casa depois? Ele ficava meio de olho, era uma coisa de oportunidade. Eu também conversei com a assistente social sobre isso e a gente chegou nessa conclusão: que ele ia pro estupro mesmo e como eu tava numa cadeia de PCC ele falava pros outros que era homicídio, porque não podia falar que era estuprador, se não era morto e estuprado.

Eu lembro que fiquei com muita raiva dele, então tem algumas coisas que eram difíceis... e dei negado, fiz aquele esquema subjetivo, mas que não tinha condições, que [ele] tinha que ficar um tempo mais na cadeia, só que vai sair e vai fazer tudo de novo, eu acredito. Esse tipo de pessoa que tem essa doença, estupro, essa psicopatia, dificilmente vai ter um final feliz".

Aqui B deixa clara sua dificuldade em estar diante de tais casos e em acreditar que algumas pessoas têm a possibilidade de se transformarem pela

passagem no Sistema Penitenciário e atribui tal impossibilidade a uma concepção particular sobre o que considera uma "doença". Tais situações trazem impacto ao seu cotidiano e nos conta sobre como faz para lidar com o sentimento de raiva que desenvolveu ao longo deste trabalho:

"Quando eu fazia terapia eu acabava aproveitando para falar de algum ou outro caso, não era normalmente isso que eu falava, eram mais coisas pessoais, mas existiam algumas coisas como essas que eu te contei que chocavam mais. Atualmente eu to meio afastada dos presos correntemente, mas os anteriores às vezes eu ficava com muita raiva, só que ia passando, eu não chorava, nada dessas coisas, eu ficava com raiva. Eu lembro que na rebelião de 2006 eu fiquei com tanta raiva dos presos, do que eles fizeram com os funcionários, de como eles ficaram, nessa época eu tava atendendo funcionário, que eu ficava imaginando colocar veneno na comida deles, só ficava imaginando, depois isso passou e tal. Eu reajo com raiva e inconformismo, eu acho que eu cheguei a ficar mais medrosa, ao mesmo tempo eu não fui mais a assaltada porque fiquei mais esperta, então, quer dizer... Inclusive fui assaltada bastante tempo atrás, eu já tava no Sistema, e eu bati no cara. Mas ele me bateu também, roubou meu celular e foi embora. Aí depois eu fiquei pensando: é a raiva do Sistema. Desses que eu acredito que não tem jeito".

Essa "raiva do Sistema", portanto, trouxe implicações bastante importantes para sua vida cotidiana, inclusive a colocando em risco ao reagir numa situação de assalto. A violência passa a transitar no Sistema como um todo, esse relato é bastante significativo quanto a isso.

### **Entrevista com C**

Em sua entrevista, C, psicóloga de quarenta e oito anos, formada em 1993, começa com uma frase forte que questiona os fundamentos do funcionamento do Sistema Penitenciário: "O melhor Exame Criminológico é aquele que não existe". E se posiciona desde o início criticamente com relação à tensão entre as prescrições dos Conselhos de Psicologia e as do Sistema Judiciário no que diz respeito à realização dos Exames Criminológicos:

"Na minha opinião, o conselho, na hora que ele diz 'olha, se você fizer você tá passível de processo ético' ele colocou o psicólogo na berlinda. E o psicólogo, se ele dissesse sim para o Conselho, tava passível a sofrer processo administrativo. A estratégia foi muito ruim.

O Exame Criminológico, o lugar da Psicologia em realizar esse Exame, ou ter uma ação pericial, é um lugar circunscrito pelo direito e não significa que não é questionável, é questionável, então tem que ser discutido com os operadores de direito. Então fui contrária à resolução por causa disso, primeiro colocam o psicólogo na berlinda, segundo, embora estivesse fundamentada no abolicionismo penal, concordo, mas ignorar as diversas realidades em que o psicólogo está inserido no Sistema... então imagina um psicólogo que está numa unidade privatizada, então ele diz: 'não vou fazer Exame Criminológico porque meu conselho não aceita', 'então você vai embora'. Quem paga as contas desse profissional?"

Aqui C deixa clara sua posição com relação ao Conselho Federal e sua resolução CFP 012/2012, a mesma que já comentamos na entrevista de A, sobre a qual inclusive se posicionou publicamente<sup>8</sup>. Também se posiciona com relação ao Sindicato dos Psicólogos:

"Considere que o Sindicato dos Psicólogos, porque são todos um mesmo grupo político, o "Cuidar da Profissão", o sindicato ficou sem voz, ele simplesmente ficou quieto, porque eu considero que foi um problema sindical grave e que colocou o psicólogo numa situação muito delicada, por isso que eu fui contrária à resolução".

Mais especificamente sobre o Exame Criminológico e sua implicação na atuação e funcionamento do Sistema Penitenciário, C questiona sua validade e relevância para a compreensão da situação do sentenciado:

"O Exame Criminológico tal como é utilizado nos processos de concessão de benefício e progressão de regime é um contra senso. Na verdade ele deveria ser um exame de entrada, que já é questionado porque traz aquela ideia da criminologia tradicional de classificação, então esse tipo de pensamento onde você focaliza as questões, as causas da criminalidade, no indivíduo, isso é um pensamento muito simplista, não abarca a complexidade que envolve a criminalidade. Então você pensar que o problema, vamos supor que você cometa um delito, então qual é o seu problema para poder propor alguma coisa pra você poder sair legalzinho de dentro da prisão, é negar o que a própria prisão é, é negar o que a própria prisão exerce sobre a própria personalidade do indivíduo. Então isso é reduzir um fenômeno que é muito complexo, que vai para além de quaisquer questões individuais, e esse indivíduo é um indivíduo construído socialmente, então não tá descolado do contexto social. *Então a psicologia quando fica reduzida a fazer os exames pura e simplesmente já é um limitador em termos de ação* [ênfase do autor].

---

<sup>8</sup> Não deixaremos claro onde C se posicionou publicamente para preservar sua identidade.

Segundo C, o Exame Criminológico serve para suprir uma falha na construção do modelo penitenciário, que deveria avaliar este sujeito ao longo de seu processo de encarceramento e ter como objetivo a assistência a este indivíduo.

"O certo seria você ter profissionais para darem conta da assistência, e nem haveria necessidade de Exame Criminológico se a assistência funcionasse de uma maneira que pudesse ter registros dos atendimentos, que pudesse ter atendimentos que fossem a favor da necessidade do preso, então a gente tá falando de algo muito complexo em termos de prestação de serviço. Se houvesse minimamente isso não haveria necessidade de Exame Criminológico. No momento em que fosse instaurado o processo para concessão de benefício (progressão de regime) estaria lá o relatório sobre essa pessoa, sobre as atividades que foram feitas, como essa pessoa está no momento, então seria outra coisa".

Em seguida C deixa claro que não entende tal situação apenas como uma falha administrativa, mas sim como a própria intenção do Sistema Carcerário:

"Mas eu considero que o fato de isso não acontecer é uma questão institucional, afinal de contas a prisão é feita para segregar, não tem outra função. Essa função ressocializadora é um engodo e também esse "ressocializadora" nega o que a prisão é e nega a participação que a sociedade tem no comportamento do indivíduo. Então é extremamente simplista e reducionista ver dessa maneira".

Depois de deixar clara sua posição quanto à questões institucionais e políticas envolvidas nesta prática, C nos afirma que os psicólogos precisam encarar esta realidade de forma empoderada e ética e que a realização destes laudos é necessária dentro da realidade deste contexto. O problema segundo C, não é o Exame Criminológico, e sim todas as dinâmicas que envolvem a necessidade de colocar a psicologia neste papel.

"Agora, no dia a dia, eu faço exames Criminológicos, to com uma pilha de processos, e aí na psicologia, claro, a gente usa muito a criminologia, mas também, no momento em que você tem a entrevista, se temos que fazer esse exame, eu não quero colocar o peso dizendo que o problema da psicologia é o exame. *O problema é a psicologia nas prisões. A prisão é o problema*".

C deixa clara sua posição no que diz respeito à sua autonomia com relação aos seus laudos. Ainda que reconheça as pressões sofridas pelos profissionais para que realizem os laudos de determinada maneira, muitas vezes por meio de quesitos, reafirma a autonomia do profissional técnico e sua independência respaldada por seu saber particular.

"O Exame Criminológico tal como nos é pedido não significa que a gente tem que fazer do jeito que é solicitado. Quem atua em psicologia jurídica tem que se perguntar se na ciência psicológica é possível responder às indagações que o direito nos faz. O que faz, o que indaga e como indaga. Os quesitos e os preâmbulos já vêm fazendo afirmações sobre o indivíduo: "trata-se de um criminoso perigoso que isso e que aquilo", até pra se ter uma cautela na hora de fazer a avaliação e etc. Então tem esse lugar que nos é colocado e tudo bem, faz parte do jogo. A gente deve responder os quesitos, agora, o que a gente tem que parar e pensar é se é possível responder os quesitos de acordo com o que é perguntado e como é perguntado. Isso é diferente. Quando um quesito pergunta "a personalidade é agressiva, violenta?" o psicólogo deve responder teoricamente a isso. O que é personalidade? o que é personalidade agressiva? o que é a violência?"

Assim, para C, o psicólogo deve justamente se respaldar em seu saber teórico e prático para poder realizar os exames a partir de uma postura ética, criando assim a possibilidade de enfrentar questionamentos que poderiam transformar seus laudos em meros reprodutores de um sistema que exclui esse sujeito aprisionado. Sugere, portanto, que esta resistência amparada teoricamente traria a possibilidade da criação de um diálogo entre essas forças que parecem competir, um diálogo criado na tensão.

"E outra, a postura que vem do embasamento teórico do psicólogo. Uma das críticas que se faz da psicologia fazer o Exame Criminológico é que se trata de uma psicologia positivista. Realmente. E no Sistema Penitenciário já foi dado muito treinamento pros psicólogos para que eles possam pensar dentro de uma outra vertente, pensar o preso como pessoa e pensar o preso como pessoa é fazer o Exame Criminológico de uma maneira que não nos deixe apavorados com o tanto de exame que tem pra fazer. Não ficar apavorado com o tempo. Porque você pode perder a oportunidade de travar uma relação de uma entrevista psicológica que é o instrumento da nossa avaliação. Não é a pessoa que você tá avaliando se você trata como objeto. Então eu também tenho que ficar me policiando. Tem essa coisa de "tem que entregar em 30 dias", eu sempre estouro os prazos e estouro bastante. Ninguém precisa estourar o prazo como eu estouro, não é isso, mas é preciso começar a dialogar no

sentido de forçar um diálogo".

Podemos ver assim que C confia em suas decisões teóricas e nos caminhos que escolhe para formular seus relatórios. Deixa claro, portanto, que as escolhas sobre como proceder nesta prática podem e devem ser dos psicólogos atuantes - e que a liberdade técnica deve ser respeitada. E mais uma vez afirma que o problema para o psicólogo no Sistema Penitenciário não é o Exame criminológico, e sim a instituição de forma geral, imersa em uma construção histórica, assim como sua própria formação:

"Vamos supor que ele deixe de existir (o Exame Criminológico), acabou então a ação positivista do psicólogo no Sistema? Ledo engano. Ele vai tratar o preso da maneira que trataria se fizesse o exame. Vai ver o preso como desviante, diferente, não vai ver o preso como pessoa. A instituição e a formação o impulsionam a isso".

Da mesma forma que encara o exame criminológico como parte de uma questão institucional maior e que encontra caminhos para lidar com isso de forma amparada em sua liberdade técnica e embasamento teórico, C não vê a proposição de quesitos como um problema isolado e que impediria a realização de um trabalho ético.

"Eu não vejo os quesitos como um problema. Alguns quesitos são muito difíceis, alguns, por exemplo, tem uma racionalidade jurídica que não é a mesma coisa da psicologia. Você não tem que ter a preocupação de responder o quesito exatamente como ele é perguntado, tem que definir, embasar teoricamente. Na hora que você tá fazendo a avaliação você sempre tem que obter mais informações que interessam para aquele exame. Por exemplo, você pega o exame, você aplica o HTP e observa que tem algumas questões que indicam algum comprometimento, se você não vai aprofundar essa questão, por que você vai colocar lá no laudo? Precisa tomar cuidado com isso. Porque o promotor, a finalidade dele pedir o exame, é de pegar qualquer aspecto para negar benefício para a pessoa. E aí vai pra além, não é só negar, então você escreve lá, tem um comprometimento, mas você não fala mais nada e não relaciona uma coisa com a outra. Você vê que tem um comprometimento só que tem um detalhe, outro aspecto, é isso que você tá vendo na avaliação, seja na entrevista seja aplicando teste, essa pessoa tá encarcerada. Então essas características de personalidade também têm a ver com o ambiente que ele está. Então é preciso ter um aprofundamento da avaliação e deixar claro o que você está avaliando".

C faz uma avaliação institucional bastante ampla e aprofundada. Podemos notar que se questiona sobre esse tema de maneira recorrente e que não está apenas reagindo às questões propostas pelo entrevistador, já possui reflexões prévias sobre esta questão e sobre suas implicações. É notável que percebe falhas na atuação da psicologia de forma geral e que está bastante implicada no tema de forma ativa. Mais uma vez traz para a psicologia a responsabilidade de lidar com as dificuldades apresentadas pela instituição:

"Tem muita coisa pra psicologia pesquisar. A gente não tem estudos sobre o impacto da prisionização no indivíduo, a gente não tem estudos sobre o impacto do encarceramento no resultado de testes, a gente precisa disso. É por isso que eu falo pra você, na minha forma de ver os quesitos em si são difíceis de responder, mas você vai responder de acordo com a sua ciência e o objetivo daquela avaliação e de acordo com a abordagem teórica que te orienta. Então, quando eu vejo casos de patologia que está associada ao delito, por exemplo, de um caso de um senhor de 60 anos que já tinha matado duas ex-mulheres, ele tem uma questão séria e ficou muito claro que se ele casasse com uma terceira... na época eu intercedi na hora, mas esses são casos fáceis de fazer, mas a maioria dos nossos casos não são assim, são de presos comuns que não tem um comprometimento maior. Nós temos que ter mais convicção no nosso trabalho, mais autonomia".

Ao falar sobre a questão da formação, tanto dentro da instituição quanto fora, deixa clara sua posição de que o Sistema Penitenciário deveria se aproximar das universidades para que houvesse maior interesse desses profissionais com o que está "fora". Diz ainda que a SAP deu possibilidades para que os psicólogos estudassem mais sobre o tema através de cursos.

"A Escola da Administração Penitenciária deu cursos. Eu estudo fora também. Eu acho que a gente precisa ir pra fora e eu acho bom ir pra fora. Eu acho que as nossas parcerias devem ser sempre pra fora, pra que os profissionais possam abrir a mente. *Eu vejo os meus colegas aprisionados.* Quando você vai numa unidade prisional você olha os colegas trabalhando com cadeiras rasgadas... Eu até esqueço disso, mas quando a gente fica na unidade prisional a gente vai se acostumando com aquilo. Eu trabalhei por um tempo com aquilo me incomodando, depois até esqueci daquilo. E eu vejo meus colegas assim, eles são subjugados. Ganham menos do que os Agentes de Segurança, qual a motivação que uma pessoa vai ter ganhando menos do que o ASP inicial? Eu canso de ouvir dizer que o técnico não tem motivação pra trabalhar, que não adianta motivar,

mas é claro. Você não tem um plano de carreira. Aí o diretor fala: vocês tem que me entregar esses laudos toda semana, não importa como saia. Tem que entregar. E aí depois o psicólogo que tem que se ver com o CRP, então não tem pra onde correr. Juiz nenhum tem que nos dizer que teste tem que ser usado, e não é uma mera questão de disputa de poder, mas de se saber o lugar que se ocupa".

Mais uma vez podemos notar com clareza a posição de C no que diz respeito à autonomia do profissional psicólogo. Ainda que tenha que trabalhar de forma muitas vezes precárias e com pouco respaldo tanto institucional quanto de órgãos externos, C parece nos dizer que a saúde profissional está justamente em poder afirmar sua posição, procurando sempre a interação com o que a profissão tem a oferecer fora desse ambiente institucional.

No entanto, ainda que tenha esta posição bastante firmada e mesmo que tal formato de enfrentamento tenha preservado sua saúde e posição no trabalho, reconhece as dificuldades sofridas por outros psicólogos da instituição. Sobre as consequências de descumprir as solicitações judiciais, por exemplo, afirma:

"Eu nunca sofri isso, mas já ouvi dizer que tem colegas sofrendo. Mas aí o profissional tem que deixar claro que cabe a ele a escolha dos instrumentos técnicos de acordo com o caso e se for o caso embasar o que é uma entrevista psicológica.

Eu vejo [os psicólogos] obedecendo, eu vejo eles super conflitados, não sabendo como responder e alguns tentando responder de acordo com o que é pedido. Porque o juiz tá pedindo. É preciso que a ciência psicológica se pergunte, nessa área da psicologia em interface com o direito, se é possível responder. Quando você se submete ao que o juiz está determinando você tá dizendo pra ele "você então sabe o que eu tenho que fazer então você tá dizendo como eu tenho que fazer", eu só tenho que executar então. Por isso que tem que ser bem fundamentado. Aí vem o diretor e pede dez laudos por semana e você tem que mostrar isso. Mas aí o psicólogo treme, porque é o diretor. É você que vai assinar esse laudo, não vai ser o diretor que vai ficar com a cabeça na berlinda, o juiz pode dizer que foi induzido a erro e quem vai ficar com a corda no pescoço? Então, é se empoderar, "isso não é possível por causa disso, disso e disso". Não to dizendo que é fácil, só to dizendo que é possível. Eu já vi um movimento de um juiz que tá mandando os quesitos e as respostas não tão sendo como eles querem, então eles mandam o psiquiatra fazer a avaliação. É a psiquiatria fazendo o papel dela de sempre".

Aqui C aponta para algo que talvez já esteja se formando como algum tipo de resistência por parte da psicologia. Ao dizer que há juízes solicitando avaliação psiquiátrica, e não mais psicológica, nos faz pensar que os psicólogos têm enfrentado tal situação e que nem sempre se dispõem a responder às demandas judiciais de forma impensada. Apesar de trazer este aspecto que nos parece positivo para o desenvolvimento da psicologia, a questão do diálogo entre psicologia e Judiciário sobre a vida do detento, esta situação também nos faz pensar que a psicologia ainda precisa caminhar no sentido de impor sua autonomia e que não basta substituí-la por outro saber para que o problema seja superado.

Sobre sua relação com o sentenciado na hora do exame, C também nos conta que por vezes sente a necessidade de fazer algum tipo de intervenção, ou seja, não enxerga aquele momento apenas como cumprimento de uma solicitação para avaliar o indivíduo, ainda que, como afirma, não haja respaldo para que sua intervenção possua alguma continuidade ou suporte.

"Às vezes eu faço uma intervenção, e isso você pode fazer. Se fosse num momento processual, óbvio que não daria pra fazer, mas a pessoa já está condenada, é um momento de avaliação para ela receber benefício, mas tem muitas situações em que você acaba fazendo uma intervenção porque você percebe que a pessoa precisa e aí você faz a intervenção, só que o ideal seria alguém continuar esse processo. É aí que faltam profissionais para assistência. E para a assistência a gente pensa que precisa de uma mega assistência, mas às vezes são coisas muito simples pra gente poder dar um suporte pra uma pessoa.

Quando eu faço alguma intervenção num exame eu vejo o quanto a gente pode ser útil, porque não é muita coisa que você faz. Mas na hora que eu faço isso eu sei que não tem mais respaldo, alguém pra continuar fazendo isso, fazer encaminhamentos, pegar esse indivíduo e continuar cutucando e então acolher. Não é nada extraordinário. Mas ao mesmo tempo é extremamente extraordinário pra vida daquela pessoa".

Em seguida, mais uma vez C deixa clara sua posição ao dizer que o Exame Criminológico em si não é o problema maior no que diz respeito a atuação da psicologia nas cadeias, e sim o próprio funcionamento da instituição, que muitas vezes pode até mesmo adoecer esses profissionais, com ela própria caracteriza em sua fala:

"Então, deixar de fazer Exame Criminológico pura e simplesmente, ou seja, achar que esse é o nosso problema é que se deixarmos de fazer isso acabaram os nossos problemas... nosso problema é a prisão, nosso problema é a que a prisão se destina. Nosso maior problema não é na assistência direta ao preso e ao familiar do preso, mas é nas relações de poder que se tem dentro da instituição. Então, o que da muito desgaste é a relação com o agente de segurança, com o diretor, com outros profissionais. E que numa instituição que é vertical como a nossa acaba dando um desgaste muito grande. E as pessoas também vão desistindo, porque haja energia, né? Se você pega um profissional de vinte anos de serviço... eu ainda tenho energia porque tenho muita ligação fora, atuo fora da prisão, isso recicla, mas quando eu vou na unidade prisional e vejo nossos colegas eu vejo muitos colegas desanimados, sugados, desde a aparência até o local onde trabalha. Eu já cheguei em unidade onde o local de trabalho estava sujo. Água, cândida e sabão. Não precisa coisa de primeiro mundo, mas limpo. Aí as pessoas vão adoecendo".

Outro aspecto bastante relevante para C, como já vimos, é a possibilidade de maiores parcerias entre Universidade e Prisão. C vê com bons olhos a formação e a pesquisa em psicologia e já deu aula em universidades e em cursos de formação da própria SAP.

"Atualmente a formação melhorou bastante. Isso já faz alguns anos. Como eu sempre lidei com formação eu sempre formei... Tanto no Sistema quanto fora eu sempre formei profissionais. Agora, hoje nas universidades tem possibilidades, mesmo de ter o contato com a prisão, que na minha época não era tão fácil. Estágios, visitas. As visitas são importantes, são boas não só pros alunos, mas são boas para os profissionais também. Porque elas fazem os profissionais se relacionarem com quem tá fora. E são bons também para o conhecimento da prisão, muitos alunos se apaixonam e querem trabalhar na área, mas também se indagam sobre essa realidade e começam a pensar a pessoa presa de uma maneira diferente. Isso acontece bastante. Esse estágio, essa parceria universidade-prisão tem que acontecer mais. Porque quem fica dentro da unidade prisional acaba ficando limitado, perde a energia. Esse é um dos efeitos da prisionização, com certeza. Faltam estudos sobre a prisionização. Falta muito estudo a respeito dos funcionários".

É importante ressaltar que, ainda que C tenha encontrado uma maneira de enfrentar essa questão referente às cobranças vindas de diversos poderes as vezes em oposição, isso não significa que ignore o problema. Como pudemos ver, C deixa clara a importância da psicologia nesse contexto e participa de um movimento que procura contribuir de forma positiva para o desenvolvimento da psicologia, buscando

parcerias tanto fora da instituição como dentro.

"A psicologia enquanto ciência tem muito a contribuir para a população carcerária, para os funcionários, mas a gente precisa repensar, porque esse modelinho de ficar lá na unidade, de ficar sem respaldo nenhum... não tem respaldo pelos órgãos internos da SAP, que são responsáveis pelos técnicos e não tem respaldo do Conselho. Do Conselho todo mundo treme. Tem medo de levar porrada do Conselho. Então o cara fica lá acuado. A psicologia tem que se reinventar, e repito que ela é muito importante. Muitos anos atrás a gente se reunia com o objetivo de discutir a prática, hoje ainda acho que o propósito se mantém, mas ainda não chegamos lá".

## 7.2. Exames Criminológicos como meios mediacionais

Wertsch (1998, p. 25) desenvolve dez proposições para pensarmos os meios mediacionais, dos quais utilizaremos seis, que fazem especial sentido para nosso problema de pesquisa, a saber: (5) meios mediacionais restringem ao mesmo tempo que possibilitam a ação; (6) novos meios mediacionais transformam a ação mediada; (7) a relação dos agentes para com os meios mediacionais pode ser caracterizada em termos de domínio; (8) a relação dos agentes para com os meios mediacionais pode ser caracterizada em termos de apropriação; (9) meios mediacionais são frequentemente produzidos por razões que não necessariamente facilitam a ação mediada; (10) e meios mediacionais estão associados com poder e autoridade<sup>9</sup>.

Procuraremos agora conceituar a questão do Exame Criminológico a partir de cada proposição, de forma a trazer amplitude e maiores possibilidades de compreensão para o nosso trabalho.

As críticas ao exame criminológico no formato em que possui atualmente precisam ser observadas de forma cautelosa, ou seja, não podemos partir do pressuposto de que sua extinção resolveria o problema da psicologia neste contexto, como nos afirma C. Os limites encontrados pelos psicólogos para atuar a partir desta "ferramenta cultural" devem ser encarados também como um reflexo dos limites da instituição e da tradição em que esta se insere. Desenvolver outras

---

<sup>9</sup> Decidimos numerar as proposições de Wertsch a partir do número cinco para que sigam os mesmos números do original.

formas de atuação, por novos meios mediacionais, pode ao mesmo tempo superar alguns problemas e criar novos desafios, como afirma Wertsch:

Ao tentar desenvolver novas ferramentas culturais, o foco naturalmente tende a ser sobre como elas vão superar algum problema percebido ou restrição inerente às formas existentes de ação mediada. No entanto, eu estou propondo que um dos pontos que se segue inescapavelmente a partir da visão de ação mediada é que mesmo se uma nova ferramenta cultural nos liberta de alguma limitação da perspectiva, ela introduz novas idéias próprias. (Wertsch, 1998, p. 39)

Outro aspecto importante observado pelos entrevistados nos mostra que o Exame Criminológico não se presta necessariamente a realizar uma tarefa da forma mais eficiente possível, mas atua como ferramenta cultural que responde às demandas históricas, políticas e de relações de poder da instituição.

Em muitos casos, no entanto, a razão de usar uma ferramenta cultural não está tão simplesmente ligada a níveis superiores de desempenho, mas o uso de um meio mediacional particular é muitas vezes baseado em outros fatores que têm a ver com precedentes históricos e poder e autoridade culturais ou institucionais. (Wertsch, 1998, p. 42)

Isso não quer dizer que qualquer mudança seria sempre indesejável. Como afirma Wertsch, novos meios mediacionais, no caso novos formatos de Exame Criminológico, por exemplo, poderiam transformar e abalar a ação como um todo, trazendo resultados e perspectivas diferentes e quem sabe mais próximas de nossa concepção de diálogo. Mudar os meios mediacionais pode ser uma forma de transformar não apenas a ação, mas também o agente da ação - o psicólogo.

Independentemente do caso particular ou do domínio genético envolvido, o ponto geral é que a introdução de um novo meio mediacional cria um tipo de desequilíbrio na organização sistêmica da ação mediada, um desequilíbrio que desencadeia mudanças em outros elementos como o agente e mudanças na ação mediada em geral. De fato, em alguns casos, aparece uma forma inteiramente nova de ação mediada. (Wertsch, 1998, p. 43)

E mais do que isso, ainda que muitas vezes a ação seja aparentemente a mesma, a transformação da ação mediada pode reorganizar de forma significativa

os papéis do agente e da própria ferramenta. Além disso, a ação geralmente serve a múltiplos objetivos, em interação ou em conflito entre si (Wertsch, 1998, p.32). Podemos pensar que tal situação se dá, por exemplo, quando os entrevistados fazem uso do Exame Criminológico para fazer intervenções que consideram importantes para a vida daquele sujeito, intervenções estas que não necessariamente interferem no resultado do Exame quanto à progressão de regime:

Em certos aspectos importantes, uma ação pode ser a mesma, mas a organização sistêmica de agente e ferramenta cultural muitas vezes acaba sendo bastante diferente, de fato tão diferente em alguns casos que a controvérsia emerge sobre se a mesma ação esta sendo executada ou não. (Wertsch, 1998, p. 46).

Outra proposição de Wertsch que nos pode auxiliar a compreender a relação dos psicólogos com o Exame nos diz que a relação dos agentes para com os meios mediacionais pode ser caracterizada em termos de domínio. Ou seja, podemos nos perguntar, que caminhos estes profissionais seguem para que possam não apenas dominar o instrumento, mas todas as forças que se contrapõem neste contexto. Para Wertsch, estas "habilidades" se formam pela própria ação e uso dos meios mediacionais. Nossos entrevistados deixam clara tal perspectiva ao afirmarem uma diversidade ampla de caminhos pelos quais puderam aos poucos dominar esta tarefa.

Ao discutir a materialidade dos meios mediacionais, eu toquei na questão das habilidades necessárias de um agente para usar essas ferramentas. Minha opinião foi de que essas habilidades emergem através do uso de meios mediacionais. Desde esta perspectiva, a ênfase está em como o uso de ferramentas culturais específicas leva ao desenvolvimento de aptidões específicas em vez de capacidades ou aptidões generalizadas. (Wertsch, 1998, p. 46)

O psicólogo deve ainda se apropriar desta ação. Segundo o mesmo autor, isso não se dá através de uma simples escolha, a apropriação se apresenta conforme as ferramentas que temos à mão para efetuar a ação dentro de um contexto sociocultural.

Usando as ferramentas culturais que nos são fornecidas pelo contexto sociocultural em que funcionamos, geralmente não operamos por escolha, mas, inerentemente, nos apropriamos das

telas terminológicas, dos reconhecimentos, das restrições e assim por diante associadas às ferramentas culturais que empregamos. (Wertsch, 1998, p. 55)

Aqui é importante que façamos uma distinção mais clara entre apropriação e domínio. Como C deixa claro, por exemplo, ao dizer que se depara com relatórios de outros psicólogos que precisa "desconstruir", pois estão de alguma forma enquadrados em um modelo rígido. Um psicólogo que sabe exatamente o que escrever em seu relatório para que não receba reprimendas de nenhum dos poderes envolvidos nesta transação pode ter dominado este meio mediacional, mas isso não significa que tenha se apropriado dele, no sentido de poder com ele trazer algum tipo de autonomia para sua atuação. É uma ferramenta que utilizam, mas que não lhes pertence. Talvez o entrevistado A, que demonstrou maior reticência com estas relações de poder possa se enquadrar de alguma forma nesse modelo.

"Vale ressaltar que, em muitos casos, os níveis mais altos de domínio estão positivamente correlacionados com a apropriação. No entanto, isso não precisa ser o caso. De fato, algumas formas muito interessantes de ação mediada são caracterizados pelo domínio, mas não pela apropriação de, uma ferramenta cultural. Nesses casos de ação mediada, o agente pode usar uma ferramenta cultural, mas o faz com uma sensação de conflito ou de resistência. Quando tal conflito ou resistência se torna suficientemente forte, um agente pode se recusar usar a ferramenta cultural completamente. Em tais casos poderíamos dizer que os agentes não vêem essa ferramenta cultural como pertencendo a eles. (Wertsch, 1998, p. 56)

Aqui é importante introduzirmos melhor o conceito de "apropriação", que Wertsch apresenta, desde Bakhtin (1981), para ilustrar a relação dos agentes com os meios mediacionais:

Além de caracterizar-se pelo nível de domínio, a relação dos agentes com os meios mediacionais pode ser caracterizada em termos de "apropriação". Na maioria dos casos, o processo de dominar e apropriar-se de ferramentas culturais está completamente entrelaçado, mas (...) isso não precisa ser o caso. Os dois são analiticamente e, em alguns casos, empiricamente distintos. (p. 53)

Wertsch então define apropriação como um processo que "implica em tomar algo que pertence aos outros e torná-lo seu próprio" (Wertsch, 1998, p. 53). Ou seja,

diferente do domínio, o sujeito pode fazer uso de uma ferramenta cultural de forma conflitiva e resistente, o que pode prejudicar o desempenho do agente no uso dos meios mediacionais:

(...) vale a pena notar que, em muitos casos, níveis mais elevados de domínio estão positivamente correlacionados com a apropriação. No entanto, isso não precisa ser o caso. Na verdade, algumas formas muito interessantes de ação mediada são caracterizadas pelo domínio, mas não pela apropriação de, uma ferramenta cultural. Em tais casos de ação mediada, o agente pode usar uma ferramenta cultural, mas o faz com um sentimento de conflito ou resistência. Quando tal conflito ou resistência cresce suficientemente forte, um agente pode se recusar a usar a ferramenta cultural completamente. Nesses casos, poderíamos dizer que os agentes não vêem essa ferramenta cultural como pertencendo a eles. Se os agentes ainda são obrigados a usar esses meios mediacionais, seu desempenho é muitas vezes caracterizado por formas claras de resistência, como a dissimulação. (p. 56-57)

Outra proposição de Wertsch, importante para pensarmos a relação da psicologia com o exame criminológico, afirma que os meios mediacionais são frequentemente produzidos por razões que não necessariamente facilitam a ação mediada. Ou seja, como notam muito claramente os entrevistados, o exame criminológico, no formato que assume, surge muitas vezes como resposta a questões institucionais que pouco tem a ver com uma necessidade do sentenciado ou daquele que o avalia. A entrevistada C percebe bem tais movimentos ao relatar uma tentativa, fracassada, da Secretaria de extinguir essa ação:

"Quando propuseram a retirada do Exame Criminológico eu tava bem próxima nessa época à gestão da Secretaria. Foi com a seguinte finalidade: pra tirar esse instrumento da mão do promotor, para alargar mais a porta de saída do Sistema. Foi claramente isso. A justificativa era que os laudos eram mal feitos... a questão é que o promotor pega o nosso laudo e vai ver aonde ele pode pegar alguma coisa pra negar o benefício. O secretário da Administração Penitenciária não tem controle nem da entrada nem da saída do Sistema e a entrada é larga e a saída é estreita, então fica essa coisa inchada para gerenciar. Foi aí que a gestão disse, ora, se você tira o Exame Criminológico você tira um dos instrumentos que o juiz usa pra negar os benefícios e aumenta a saída".

Para compreendermos a ação mediada precisamos levar em consideração tais aspectos socioculturais. Ou seja, os meios mediacionais não servem

necessariamente aos propósitos de quem realiza a ação.

Um dos maiores problemas que se coloca ao examinar a ação mediada apenas sob a perspectiva do consumo é que as ferramentas culturais tendem a ser vistas como emergentes em resposta às necessidades dos agentes que as consomem. Isso envolve uma espécie de perspectiva reducionista que pressupõe que os meios mediacionais que empregamos destinam-se a facilitar as formas de ação que desejamos empreender. (Wertsch, 1998, p. 58)

Wertsch vai além e nos diz ainda que nossas ferramentas muitas vezes não servem ao propósito ao qual seriam inicialmente designadas. Nossos entrevistados se dão conta disso ao dizerem, por exemplo, que o exame criminológico serve justamente para a manutenção daquilo que culturalmente julgamos como função das prisões: excluir e isolar os indivíduos sentenciados. O Exame Criminológico, na maneira como está colocado, pode, assim, servir para impedir a própria função para a qual foi criado, qual seja:

A maioria das ferramentas culturais que empregamos não foram projetadas para os propósitos a que estão sendo colocadas, mas muitas vezes surgem em resposta a forças que nada têm a ver com o projeto ideal de um meio mediacional. Poderíamos dizer que estamos em posição de sempre "usar de forma errada" os polos, as palavras, os padrões de expressão e de pensamento, e assim por diante, na realização de nossas ações. Na verdade, em muitos casos podemos estar tentando falar, pensar ou agir empregando uma ferramenta cultural que, sem o nosso conhecimento, realmente *impede* o nosso desempenho. (Wertsch, 1998, p. 59)

Por fim, mais uma vez em acordo com os relatos<sup>10</sup> de nossos entrevistados, Wertsch nos indica que não podemos desvincular os meios mediacionais das relações de poder e autoridade envolvidas na ação mediada.

Ao tentar explicar o poder e a autoridade, as perspectivas que se concentram no agente obviamente têm um grande apelo, porém, ao não levar em conta o papel dos meios mediacionais, elas falham em pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar negligenciam as formas em que o surgimento de novas ferramentas culturais transformam o poder e a autoridade. Não é como se as ferramentas culturais funcionassem como fatores causais independentes, mas pudessem ter um efeito potente sobre a dinâmica da ação humana,

---

<sup>10</sup> "Relato" aqui colocado como termo técnico, que é necessariamente interpretativo e não sinônimo de "verbalização".

incluindo o poder a relações de autoridade envolvidas nele. (...)

O próprio exame criminológico deve ser situado, assim, como produto e produtor das relações de poder que se colocam entre todas as partes envolvidas. Wertsch dá como exemplo o nascimento da mídia impressa e de como este meio teve grande efeito na reorganização dos poderes da sociedade. Da mesma forma podemos encarar o exame criminológico como um meio mediacional que reorganiza e direciona as relações de poder do sistema penitenciário.

Esta noção é importante para que possamos compreender nosso problema de pesquisa de forma socioculturalmente situada e não apenas como uma luta entre indivíduos em lados opostos de uma pura disputa de interesses, continuando a citação anterior:

Em segundo lugar, concentrando-se no agente, as análises de poder e autoridade muitas vezes reproduzem o tipo de antinomias indivíduo-sociedade delineadas por Elias (1991). Em vez de se envolver em intermináveis argumentos sobre se é o agente ou a sociedade que realmente existe e é a base do poder e da autoridade, o foco na ação mediada e os instrumentos culturais empregados nela torna possível "viver no meio" e abordar a situação sociocultural da ação, do poder e da autoridade. (Wertsch, 1998, p. 65)

### **7.3. Formação e Cultura Profissional**

Waldir Bettoi (2003), em sua tese de doutoramento, nos dá elementos importantes para que possamos pensar as impressões de nossos entrevistados sobre a questão da formação em psicologia e sobre as representações que constroem sobre a profissão.

Em sua pesquisa, busca compreender as concepções que os psicólogos têm sobre a própria profissão e traz reflexões importantes sobre a noção de Cultura Profissional:

Acreditamos que as concepções que os profissionais têm sobre sua profissão, constituem elemento fundamental de sua participação no processo de construção de sua Cultura Profissional. Coletiva e individualmente, as representações que temos de nossa profissão vão se transformando, orientando nossas ações profissionais como indivíduos e como categoria, o que, por sua vez, propiciará novas mudanças. Assim, nossa Cultura

Profissional vai se estabelecendo e transformando a cada tempo. (Bettoi, 2003, p. 2)

Bettoi nos mostra, assim, como pudemos notar nos discursos dos psicólogos da Administração Penitenciária, que a possibilidade de diálogo entre estes profissionais é uma ferramenta fundamental para a construção de uma identidade e para o desenvolvimento de suas ações nos contextos de atuação. Isso se dá de forma ainda mais evidente nos novos formatos de atuação profissional, especialmente no Serviço Público:

"(...) à medida em que ocupa novos espaços de atuação, o psicólogo vê-se frente a novos 'outros', e aumenta a necessidade de interações sociais, de natureza diversificada, para que sua atividade possa se executar". (Bettoi, 2003, p. 144)

Todos os nossos entrevistados deixaram clara a importância da relação dialógica com seus colegas para o desenvolvimento de suas práticas, assim como a necessidade de procurar formações fora da instituição e além do que a universidade lhes proporcionou.

"Consideradas dessa maneira, como relações sociais dialógicas, as interações dos psicólogos revelaram-se como uma das facetas das relações do indivíduo com sua Cultura". (Bettoi, 2003, p. 145)

Inseridos em um contexto muitas vezes inóspito e de disputas de poderes opostos no que dizem respeito à sua própria função e atuação, os profissionais que realizam o Exame Criminológico procuram em seu cotidiano suportes em diversas frentes, como terapia pessoal, formação complementar, apoio familiar e parcerias, não apenas com os outros psicólogos da instituição, mas também com outros profissionais que participam do processo, como assistentes sociais. Esse dinamismo, podemos pensar, é justamente o motor de desenvolvimento da ação concreta de realizar Exames Criminológicos.

"Estamos afirmando que a construção da Cultura Profissional é um processo dinâmico, vivo, constante e que se dá a partir da atuação concreta do psicólogo junto aos outros sociais. Essa atuação é semioticamente orientada, isto é, tem na base os sentidos

canalizados pelo balizamento a que o profissional se expõe ao longo de sua experiência pessoal e profissional e que se revelam, dinamicamente, no seu contato com os outros". (Bettoi, 2003, p. 147)

Devemos notar ainda que, por mais que tenhamos encontrado pontos de convergência entre os entrevistados, existe uma riqueza bastante diversa em seus relatos sobre os caminhos que encontram para lidar com os percalços de sua atuação. Diferentes épocas de formação, diferentes universidades e diferentes perspectivas teóricas permitem que cada um desenvolva um caminho particular de ação e reação. Isso não significa, no entanto, que deveriam procurar um ponto sempre comum para caminhar. É justamente nessa diversidade que a psicologia pode se constituir de forma múltipla e permitir o diálogo nos termos Gadamerianos, ou seja, aquele que proporciona o surgimento do novo e, com ele, a busca por uma atuação ética.

"A diversidade constitutiva da Psicologia como Ciência e Profissão poderia ser experimentada na medida em que, por exemplo, o contato com a multiplicidade de concepções teóricas, metodológicas e práticas fosse acompanhado da oportunidade de refletir sobre seus pressupostos, sobre as representações ontológicas e epistemológicas subjacentes a elas, sobre suas vinculações a matrizes históricas e culturais, e suas implicações éticas e ideológicas. Isso é particularmente importante em relação aos modelos de atuação e às representações de Homem que eles contêm". (Bettoi, 2003, p. 156)

## 8. Reflexões e questionamentos finais

"Qualquer expressão mais forte no semblante do ator principal, para quem se dirigem todos os olhos, numa cena de grande interesse, é inconscientemente imitada pelos espectadores" (Dickens, 2002, p. 91)

Em nossa pesquisa, como já mencionado, buscamos compreender de que forma as relações entre os psicólogos e os sentenciados se dão no contexto do exame criminológico. Acreditamos que os conceitos de cópia e repetição nos serão de grande valia para concluirmos esta empreitada, junto aos conceitos e perspectivas teóricas já elaboradas.

Em nossas entrevistas, alguns aspectos que antes tínhamos como hipótese puderam se esclarecer e ganharam novas facetas, entre eles a questão das dificuldades enfrentadas na elaboração dos laudos que serão encaminhados para o judiciário.

Os entrevistados deixam clara uma necessidade de autonomia para o desenvolvimento destes textos, já que possuem pouco, as vezes nenhum, treinamento específico para realizar tal tarefa. Sob esta realidade, todos nos disseram que precisam buscar de forma independente parte das referências teóricas necessárias para basear suas conclusões. Não tivemos acesso a estes relatórios, mas esta realidade nos traz perguntas relevantes: A busca individual por um formato "adequado" para a realização deste exame poderia trazer uma riqueza teórica importante para esta prática? Se sim, seria bastante interessante acessar tais laudos para podermos quem sabe identificar uma possível diversidade enriquecedora desta prática - não será o caso neste pesquisa.

No entanto, durante as entrevista pudemos perceber que estes profissionais se sentem muitas vezes encurralados em sua independência, já que respondem a solicitações e fiscalizações por vezes opostas dos conselhos de psicologia e do judiciário, ainda que lutem para se manter autônomos em suas formulações. Este é um dos aspectos mais relevantes que pudemos apreender de nossas entrevistas: o compromisso destes psicólogos com sua prática é evidente, no entanto as características institucionais e políticas envolvidas fazem com que sua liberdade

seja limitada para que ele próprio se proteja. Encontramos relatos de psicólogos que respondem a processos éticos por parte do Conselho Regional de Psicologia e outros de que recebem reprimendas bastante sérias do poder judiciário por não cumprirem com determinadas solicitações, como a resposta a quesitos, por exemplo.

Aqui, portanto, podemos incluir os conceitos de cópia e repetição para nos auxiliar a pensar tal fenômeno. Sampaio e Simão (2015), em um capítulo do livro *Temporality: Culture in the Flow of Human Experience*, discutem como tais conceitos se desenvolvem nas construções das artes cênicas em sua relação com ação no tempo, entre outras coisas.

Nossa hipótese, sobre a qual discorreremos a partir de agora, nos propõe a seguinte questão: estariam os psicólogos desta instituição de alguma forma impelidos a pensar e trabalhar pelo modelo da cópia, que não visaria o processo, mas apenas o objeto da ação, em oposição à repetição, que traz sempre o novo em suas ressignificações?

Devemos deixar claro que o texto de Sampaio e Simão (2015) não está tratando diretamente deste tema, ou da atuação da psicologia de forma geral, mas sim a partir da intersecção possível entre artes cênicas e psicologia. Ainda assim, entendemos que tal transposição seja possível por se tratarem de caminhos desenvolvidos para uma maior compreensão sobre o conhecimento e sobre as ciências humanas. Neste momento é importante que tais termos sejam melhor definidos.

Sampaio e Simão afirmam que:

Nessa perspectiva, tomar a repetição como parte do fenômeno teatral, requer que se compreenda o que separa uma cópia de uma reprodução. Uma cópia busca tornar-se idêntica ao original: o sujeito no ato de copiar procura a possibilidade de o original ser reconhecido na cópia. Portanto, o sujeito que copia procura assegurar que a cópia é capaz de lembrar os outros e o sujeito daquilo que levou o sujeito a copiar (ou seja, o original). Portanto, a copiadora não parece mostrar qualquer interesse em estabelecer qualquer forma de processo autoral em relação à obra de arte, mas sim mostrar interesse pelo objeto que está sendo copiado. Pelo contrário, parece que a coisa mais importante para a copiadora é demonstrar suas habilidades técnicas na criação da cópia. (Sampaio e Simão, 2015, p. 385)

Como podemos notar, aquele que copia parece querer se eximir de qualquer tipo de autoria com relação ao seu "produto", no nosso caso o exame criminológico. Desta forma este sujeito estaria "protegido" em uma certa neutralidade não-criadora, fazendo uso apenas de "habilidades técnicas" para decidir sobre o destino deste outro. Ou seja, não seria uma construção autoral e própria, como nos esclarecem Sampaio e Simão:

"O sujeito que copia, portanto, não busca construir, como na repetição, uma história com um passado se movendo em direção a um futuro que está completamente fora de alcance, mas sim, construir os meios para estar o mais próximo (reconstruir totalmente) possível de uma experiência no passado que, muitas vezes, nunca foi vivida pelo sujeito em questão. Isso significa que o contato que o sujeito que copia tem com o passado, com a obra original, não busca qualquer forma de transformação substancial do presente em que "vivem", tanto a cópia e o sujeito. A cópia não estabelece qualquer forma de conflito entre a origem de algo dentro das artes ou da história e, portanto, além de quaisquer questões técnicas no ato de copiar, não força o sujeito a enfrentar qualquer barreira ou fronteira (Boesch, 1991) que possa causar qualquer forma de reorganização do seu potencial de ação simbólica ". (Sampaio e Simão, 2015, p 386)

Assim, a tentativa de produzir algo como cópia (sempre tentativa, já que a cópia "pura" não é possível), evita a presença do conflito, aspecto essencial para a transformação e emergência do novo. O sujeito, portanto, não se depara com as barreiras e fronteiras teorizadas por Boesch: a barreira seria uma área difícil de ultrapassar que, uma vez superada, não altera a ação de forma significativa; a fronteira se coloca como separação de duas áreas distintas em possibilidades e particularidades, exigindo assim uma adaptação da ação. Ou seja, a cópia não permitiria que tais movimentos se realizassem. A repetição, por outro lado, age de forma a possibilitar a emergência do novo e da ação de forma original:

"A repetição, tomada aqui como um original, representa a possibilidade de o processo, o trabalho, ser apresentado em uma série de maneiras diferentes, incluindo a esfera da improvisação como uma mudança inerente ao caráter festivo do fenômeno. O sujeito, na repetição das artes performáticas, está pronto para lidar com a imprevisibilidade do futuro do processo de constituição da apresentação, por exemplo. Duas representações da mesma peça teatral serão sempre duas apresentações diferentes da mesma obra. Portanto, ações simbólicas que o sujeito criativo executa durante o processo de repetição da criação estão, de alguma forma, constantemente focados na dimensão de algo que não pode ser entendido -

a alteridade em sua essência ". (Sampaio e Simão, 2015, p. 389)

Assim, para que o fenômeno possa ser interpretado, estudado ou criado em direção ao novo, o processo de cópia precisa dar lugar ao processo de repetição, onde o artista, o pesquisador ou o psicólogo devem estar dispostos a lidar com o caráter imprevisível do processo e do outro.

Em nossas entrevistas pudemos ver que os psicólogos muitas vezes transitam entre estes dois modos de apreender o conhecimento. Às vezes necessitando fazer o uso da cópia para de alguma forma se preservar e, noutras, se permitindo encarar o novo e suas vicissitudes por meio de uma ação de repetição.

Tais aspectos se mostram relevantes também quando pensamos as ciências humanas de forma mais geral, o que certamente deve ser questionado nas relações entre avaliados e avaliadores no contexto prisional, já que tais profissionais deverão, a partir de uma interação com outro sujeito, formular um texto que contenha aspectos teóricos suficientes para embasar qualquer que seja sua posição. Ou seja, a ética da pesquisa e a ética de sua atuação estão inevitavelmente conectadas. Ao discutir a pesquisa nas ciências humanas Sousa e Albuquerque afirmam:

A intenção, assim, é pensar a ética na pesquisa centrada na responsabilidade do pesquisador, uma vez que o ato de pesquisar pode ser entendido como um acontecimento único: inicialmente a partir do ato singular entre o pesquisador e seu outro e, em seguida, consolidando-se no ato da escrita do texto. Nesses dois momentos o que está em jogo é a *responsabilidade do pesquisador por aquilo que pensa em um dado momento, ou seja, a assinatura do seu ato de pensar*. (Sousa e Albuquerque, 2012, p. 117)

Esta "assinatura do seu ato de pensar" é algo central para nossa pesquisa, quando nos perguntamos: com que autonomia e segurança o psicólogo do sistema penitenciário pode "assinar" suas percepções e teorizações sem ter que se preocupar com a disputa entre dois poderes dispostos e preparados para puni-lo? A entrevistada C se mostra bastante confiante com relação a isso, mas os relatos de A e B deixam evidente também o outro lado desta moeda.

Nossas conclusões nos vêm apontando para uma resposta interessante: a de

que estes profissionais raramente se encontram polarizados no campo da ética de sua atuação, ou seja, estão todo o tempo buscando adaptar suas perspectivas teóricas e técnicas aos diversos campos de exigências a que têm de responder, agindo assim de forma bastante criativa e inventiva, ainda que por vezes naturalizando suas limitações e adversidades. Ou seja, se frequentemente procuram se defender atrás de uma suposta cópia fidedigna de um processo seguro, ainda mais vezes se permitem ocupar o espaço da singularidade e do conflito para poderem desenvolver suas ideias num campo de ação.

A arte, portanto, nos auxilia para que possamos pensar o modelo das ciências humanas e sua atuação em diversas áreas. Como nos afirma Gadamer, esta relação compreensiva é de grande importância para que possamos apreender conceitos fundamentais que, assim como na arte, não podem ser simplesmente copiados em sua imagem:

Em meu próprio esforço para desenvolver uma filosofia hermenêutica, procurei validar a reivindicação da arte à verdade e mostrar o significado disso para as ciências humanas. Em conexão com isso, entre outras coisas, também tentei refutar a idéia de que a imagem artística é uma mera cópia de algo. (Gadamer, 2006, p. 58)

Assim, tanto na arte quanto na atuação da psicologia, a experiência da ação não se dá através da cópia, mas sim pela possibilidade de visitar um mesmo fenômeno de forma particular, permitindo a emergência do novo e de conflitos que impulsionam nossas relações e construções teóricas. Como nas artes, talvez devamos nos deixar absorver mais pelos fenômenos com os quais nos deparamos, para que uma certa demora, algum tipo de absorção, um "tardar", nos permitam também receber do outro aquilo que ele pode nos oferecer. Gadamer ilustra este processo de forma bastante poética:

Uma experiência de arte é assim: não é uma mera cópia de algo. Em vez disso, alguém é absorvido nela. É mais um tardar que espera e preserva de tal maneira que a obra de arte se permite vir adiante do que é como algo que nós tenhamos feito. Mais uma vez, podemos ouvir a linguagem: dizemos que o que vem adiante "se dirige a nós" então a pessoa a quem algo foi endereçado está como dentro de uma conversa com o que se apresenta. Isso se mantém ao vermos uma obra de arte, assim como ao ouvirmos ou lermos um trabalho onde alguém tarda com a obra de arte. Tardar não é perder tempo. Estar no modo de tardar é como uma intensa conversa que

vai-e-vem, que não é interrompida, mas dura até que seja encerrada. Sua totalidade é uma conversa na qual, por um tempo, alguém está completamente "absorto na conversa", e isso significa que alguém "está completamente lá dentro". (Gadamer, 2006, página 71)

A marcenaria moderna, frequentemente e cada vez mais, se depara com a seguinte questão: É possível que o trabalho artesanal seja substituído, e até superado, pela qualidade, rapidez e eficiência do trabalho das máquinas? Muitos marceneiros tradicionais se precipitam em responder que não, que a *qualidade* do trabalho manual jamais poderá ser superada por máquinas e que elas jamais poderão replicar a poeticidade do trabalho manual, inclusive por este trabalho conter falhas que muitas vezes se tornam parte essencial da beleza do produto. Refletindo sobre o tema nos termos que vimos discutindo, poderíamos dizer que a máquina seria capaz apenas de copiar um conceito, mas nunca de o repetir de forma resinificada e dialógica.

No entanto, vamos supor aqui por um momento, que eventualmente as máquinas sejam capazes de replicar até mesmo essa diversidade de um mesmo projeto, produzindo de forma aleatória as nuances e as pequenas falhas que caracterizam parte da beleza do trabalho manual. Isso poderia significar o fim da importância e relevância do trabalho artesanal?

Acreditamos que não, pelo seguinte motivo: O processo também deve ser considerado como parte do produto. Mesmo que, apenas para efeito de discussão, as máquinas possam aprender a produzir algo de forma poética e reflexiva, não é apenas o resultado que deve ser fruto de interesse. A beleza de um objeto também se encontra na percepção de que ele foi fruto de um trabalho árduo e cuidadoso. No cuidado que o artesão tem com suas ferramentas, na atenção que tem para não se ferir ou na sua insistência em utilizar uma técnica às vezes mais difícil e demorada do que outra que não lhe permite sentir a textura e o cheiro da madeira. O passado da ação importa. Passado este que traz consigo a tradição, um contexto histórico revisitado e o prazer pelo trabalho.

Nossa pesquisa se propunha a responder a seguinte indagação: De que forma se dão, e que implicações trazem, as relações eu-outro-mundo no âmbito das

relações entre psicólogos e sentenciados do sistema penitenciário no contexto do Exame Criminológico? Esta ilustração pode nos ajudar a compreender nosso problema de pesquisa, junto aos dados que pudemos colher a partir das entrevistas realizadas e das perspectivas teóricas estudadas para embasar nossos questionamentos.

Os psicólogos da Secretaria da Administração Penitenciária que realizam o exame criminológico percebem em seu cotidiano a importância de encarar sua ação de forma dialógica, respeitando, ao mesmo tempo que subvertendo, cada um à sua maneira, os aspectos culturais e históricos que fazem parte desta tradição. Como o marceneiro que compreende a importância do seu processo, ou como o artista cênico que vê na repetição a possibilidade de criar sempre algo novo, esses psicólogos não buscam apenas o resultado esperado para seus laudos (pelo judiciário, pelos conselhos ou por seus diretores), mas enxergam neles a possibilidade de enriquecer sua profissão e as vidas dos sentenciados justamente nas tensões criadas pelas várias partes envolvidas nesse *processo*.

Se nossa intenção com a presente pesquisa era, além de desenvolver uma compreensão sobre tais relações, propor uma possibilidade de superação das dificuldades encontradas no Exame Criminológico pela presença de uma participação mais dialógica da psicologia, podemos dizer que isso de alguma forma já se dá com bastante intensidade. Todos os psicólogos entrevistados, assim como aparentemente seus colegas, buscam uma construção constante de novos saberes que os auxiliam a lidar com as tensões encontradas - uns mais que outros, evidentemente. Da mesma forma podemos dizer que, ainda que muitas vezes encontrem limitações para o diálogo na relação com o sentenciado, ou por questões pessoais ou teóricas ou institucionais, procuram de alguma forma o encontro com o sujeito a sua frente.

É claro que questões pessoais, institucionais, históricas e culturais limitam suas ações e podemos também notar que as particularidades do Exame Criminológico muitas vezes serve como modo de desimplicar o psicólogo da ação realizada. O caminho para amenizar estes problemas pode se encontrar em uma maior compreensão da importância destas relações dialógicas. Tradição, para

Gadamer, não é algo estático. Sua definição pressupõe sempre movimento, tensão e emergência de novidade. Desta forma, compreender o Exame Criminológico como parte de uma tradição específica pode ser um caminho para enfrentá-lo e utilizá-lo de forma ética. Negar sua importância e se recusar a participar desta ação pode justamente trazer o efeito contrário e perpetuá-lo como ferramenta punitiva, aprisionando a psicologia numa cópia constante de si mesma.

Neste momento nos parece interessante reintroduzir o conceito de Bildung, este processo de formação que nos proporciona um "sair de si e voltar a si mesmo" transformados. Em direção semelhante à que percorre Bettio, Gadamer nos propõe a importância de pensarmos a formação não apenas em termos de self como instância isolada. Segundo Simão (2005, p. 555) "Bildung envolve as idéias de formação, educação, instrução e cultura intelectual pessoal".

É no encontro com o outro que essa formação pode ocorrer como processo de ação e de transformação:

(...) Gadamer propõe Bildung como um processo interior de formação, em constante desenvolvimento, no qual há uma apropriação transformadora pelo indivíduo do material que recebe através da experiência com o outro. (Simão, 2005, p.565)

Em nossa pesquisa nos questionamos sobre como a formação destes psicólogos se faz presente e influencia seu contexto de trabalho. E, ainda, do que este processo necessitaria para que esses profissionais pudessem permitir o surgimento de algo novo, que os impulsionasse na direção de uma atuação menos engessada e limitante. Acreditamos que um processo de formação nestes termos gadamerianos, pautado no diálogo e no compartilhamento, seria um caminho bastante interessante, pois leva em consideração aspectos que podem questionar nossos pressupostos, Segundo Simão:

Nesse sentido, o surgimento do novo na compreensão hermenêutica não resulta da supressão dos preconceitos, quer do eu ou do outro, mas de sua eventual transformação e reconstrução seletiva no confronto permanente do diálogo. Assim, permitir que o self seja aberto ao outro não significa um processo em que a perspectiva do self seja substituída sem crítica por aquela do outro. Em vez disso, significa um processo de adaptação transformadora que, ao mesmo tempo que altera a perspectiva do eu, também a preserva. Este é o processo envolvido no Bildung. (Simão, 2005, p.557)

A pergunta que se revela agora é: Através de nossas entrevistas, podemos dizer que esse tipo de formação se faz presente nas vidas dos psicólogos que atuam no sistema penitenciário realizando exames criminológicos?

Nos arriscaremos a responder a esta pergunta assumindo também o risco de antever os possíveis próximos passos e possibilidades para o contexto de nossa pesquisa, com base no que pudemos compreender deste fenômeno a partir de Wertsch e Bettoi: O processo de Bildung, assim como o diálogo nos termos gadamerianos, não pode se fazer presente em todas as nossas interações. É preciso que o busquemos através uma postura de ação que esteja aberta para tanto. Nossa pesquisa nos revela que estes psicólogos estão, sim, posicionados como agentes reflexivos e dispostos a crescer nesse conflito.

Bettoi (2003) nos deixa bastante claro, assim como nossos entrevistados, que a busca por parcerias nas relações sociais dos psicólogos são dialógicas e parte fundamental de sua formação, tanto dentro quanto fora dos muros da universidade. E nos mostra ainda que a grande diversidade nas formações e perspectivas teóricas desses profissionais é parte do que proporciona tamanha riqueza tensional. As adversidades encontradas por esses profissionais são justamente a possibilidade que têm para se desenvolver no contexto que aqui estudamos.

Wertsch (1998) nos aponta para outra questão fundamental: os meios mediacionais (em nosso caso o exame criminológico) não servem necessariamente aos propósitos de quem os realiza e nem ao menos ao propósito para que foram criados. Isso, a princípio, poderia nos parecer bastante problemático, mas ao ouvir os psicólogos entrevistados podemos encontrar nessa realidade a possibilidade da mudança. A pressão que sofrem em várias frentes que tentam limitar suas ações faz com que estes profissionais se mantenham ativos e engajados em sua atuação. E podemos ver nessa realidade a busca constante que fazem para chamar o outro para o diálogo. Reside aí o que podemos antever de mais positivo: a possibilidade de transformação.

Por fim, nossa pesquisa certamente deixou mais perguntas do que

apresentou respostas e acreditamos que isso não tenha sido uma falha, justamente o contrário: essas perguntas poderão abrir um novo caminho para diálogos possíveis entre as partes envolvidas nestas diversas tensões que pudemos constatar. Uma interação que parte da exposição de certezas jamais poderá ser dialógica e ficará sempre presa num embate onde apenas aquele com maior poder terá a última palavra.

## 9. Referências

BAKHTIN, M. M. *The dialogic imagination: Four essays by M. M. Bakhtin*. Ed. M. Holquist; trans. C. Emerson and M. Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

BETTOI, WALDIR. *Natureza e construção de representações sobre a profissão na Cultura Profissional dos psicólogos*. São Paulo, 2003, 273p. Teses (Doutoramento). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2003.

BOESCH, E. E. *Symbolic Action Theory and Cultural Psychology*. Berlin: Springer-Verlag, 1991.

BOESCH, E. E. *Discovering cultural psychology: a profile and selected readings of Ernest E. Boesch*. Charlotte, North Carolina: IAP, 2007.

DAVEY, N. *Unquiet Understanding: Gadamer's philosophical hermeneutics*. SUNY (series in contemporary continental philosophy), 2006.

DICKENS, C. *Um conto de duas cidades*. Ed. Nova Cultural, 2002.

DUARTE, R. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, 115, pp. 139-154, 2002.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

FOWERS, B. J., GUIGNON, C. B. & RICHARDSON, F. C. ***Re-envisioning psychology: moral dimensions of theory and practice***. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1999.

GADAMER, H.-G. ***Artworks in Word and Image : 'So True, So Full Of Being!'*** (Goethe) (1992). *Theory, Culture and Society*, Vol. 23(1): 57-83, 2006.

GADAMER, H.-G. ***Verdade e método II: Complementos e índice***. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GADAMER, H.-G. ***Verdade e método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica***. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

JOBIM E SOUSA, S. & PORTO E ALBUQUERQUE, E. D. ***A pesquisa em ciências humanas***. *Bakhtiniana*, São Paulo, 7 (2): 109-122, Jul./Dez, 2012.

LASKOVSKI, L. ***Por que ir à Fisioterapia? Um estudo microgenético de expectativas de pacientes e adesão ao tratamento***. Dissertação de mestrado não publicada. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LAWN, C. ***Compreender Gadamer***. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ROSA, JOÃO GUIMARÃES. ***Grande Sertão: Veredas***. São Paulo, Editora Nova Fronteira, 2008 (1956).

SAMPAIO, J. C. DE C. E SIMÃO, L. M. ***Repetition, duration and persistence: Temporality in the Performing Arts.*** Em: L. M. Simão, D. S. Guimarães e J. Valsiner (Orgs.) *Temporality: Culture in the Flow of Human Experience*, Charlotte, N. C.: Information Age Publishing, 381-411, 2015.

SIMÃO, L. M. ***Beside rupture - disquiet; beyond the other - alterity.*** *Culture & Psychology*, 9, 449–459, 2003.

SIMÃO, L. M. ***Bildung, culture and self: A possible dialogue with Gadamer, Boesch and Valsiner?*** *Theory & Psychology*, v. 15, 549-574, 2005.

SIMÃO, L. M. ***Ensaaios dialógicos: compartilhamento e diferença nas relações eu-outro.*** São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

SIMÃO, L. M. ***Culture as a Moving Symbolic Border.*** In: *Integrative Psychological and Behavioral Science*, v. 50, 14-28, 2016a.

TAYLOR, C. ***Gadamer on the Human Sciences.*** In: *The Cambridge Companion to Gadamer.* Edited by Robert J. Dostal. Cambridge, 2002.

VALSINER, J. ***Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida.*** Porto Alegre: Artmed, 2012.

WERTSCH, J. V. ***Mind as action.*** New York: Oxford University Press, Inc, 1998.

## APENDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O lugar do diálogo e da psicologia no Sistema Penitenciário” realizada na Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Os objetivos da pesquisa abarcam: analisar a que relações eu-outro-mundo corresponde a prática do Exame Criminológico e quais suas possíveis implicações para as relações das pessoas sentenciadas com a sociedade e qual o papel da psicologia neste contexto. A sua participação é muito importante e ela se dará através de uma entrevista, na qual o pesquisador fará perguntas acerca da sua experiência como psicólogo(a) desta instituição no contexto específico do exame criminológico. As suas perguntas e respostas serão gravadas por um aparelho gravador e, depois, suas falas serão transcritas em forma de texto, exatamente como foram ditas. Os arquivos de áudio gravação serão descartados após sua utilização na tese de mestrado e eventual artigo científico a ser publicado e, portanto, ficarão em posse do pesquisador por aproximadamente 5 (cinco) anos até serem definitivamente eliminados. As gravações serão feitas em um gravador de áudio digital comum, que não grava vídeo e não poderá ser um aparelho celular. Durante todo o período da pesquisa, até a eliminação definitiva das gravações, este material permanecerá na residência do pesquisador, guardado em local adequado de único e exclusivo acesso deste. O áudio não será compartilhado por qualquer meio eletrônico e não será transferido para qualquer computador. Serão realizados no máximo dois encontros com cada participante e cada encontro terá duração máxima de duas horas. Caso você se sinta desconfortável com o relato de alguma experiência, poderá solicitar ao pesquisador a interrupção da entrevista, o descarte do material áudio gravado, ou mesmo desistir de participar da pesquisa, retirando seu consentimento, a qualquer momento e sem qualquer prejuízo.

É importante esclarecer que os dados serão utilizados somente para fins científicos

e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade, bem como das pessoas por você mencionadas na entrevista. Lembramos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto lhe acarrete qualquer ônus ou prejuízo.

Informamos que você não pagará nem será remunerado por sua participação. Este estudo não apresenta nenhum risco previsível ou prejuízo a sua integridade.

Em caso de maiores dúvidas, você pode entrar em contato ou com o pesquisador responsável, Ricardo da Silva Lucante Bulcão, através do telefone 11 99903-1281 ou e-mail: bulcao.ricardo@gmail.com. Você também poderá acessar o Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos do Instituto de Psicologia da USP para eventuais dúvidas e esclarecimentos referentes, exclusivamente, a questões éticas do projeto de pesquisa ao qual irá participar: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2o andar, sala 27. CEP 05508-030 –Cidade Universitária - São Paulo/SP. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 14h às 16h. Recomenda-se agendar seu atendimento por e-mail e/ou telefone. E-mail: ceph.ip@usp.br -Telefone: (11) 3091-4182. Você também poderá acessar o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo: Rua Líbero Badaró, 600, 5º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01008-000. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h00min às 17h00min. Recomenda-se agendar seu atendimento por e-mail e/ou telefone. E-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br - Telefone: (11) 3775-8108. Você poderá, ainda, ter acesso ao conteúdo/relatório de pesquisa assim que este estiver finalizado.

Você receberá e assinará duas vias deste termo; uma das vias ficará com você e a outra ficará em posse do pesquisador responsável, que deverá arquivá-lo.

Tendo em vista as informações acima, eu,

\_\_\_\_\_,  
declaro ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim,  
sobre o estudo. Concordo voluntariamente em participar deste estudo, sabendo que poderei  
retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo,  
sem penalidades ou prejuízos a minha pessoa.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Assinatura do Participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A entrevista terá início com a seguinte pergunta reflexiva: Quais você considera que são os principais desafios na realização do Exame Criminológico pela a psicologia no Sistema Penitenciário?

Ao longo da narrativa, questões serão realizadas pelo pesquisador, a fim de esclarecer dúvidas levantadas pelo relato ou complementar informações que estão relacionadas aos objetivos da pesquisa. Neste sentido, as questões elencadas abaixo não terão uma ordem fixa ou obrigatoriedade de serem todas abordadas. As possíveis questões a serem formuladas de maneira dialógica são:

1. Como você vê a proposição de quesitos para a realização do Exame Criminológico, em função do Laudo que será dado a partir dele?
2. Você poderia contar um pouco sobre como vê a relação entre você e o sentenciado durante o Exame Criminológico?
3. Quais elementos da sua formação em psicologia você considera que estão presentes nesse contexto? E quais você considera que deveriam estar presentes, mas não estão?
4. Você pode contar sobre algum Exame Criminológico que te ficou na memória por algum motivo?

## Anexo 1

ENTREVISTA COM A:

**Entrevistador:** Quais você considera que são os principais desafios na realização do exame criminológico no sistema penitenciário?

**A:** Os principais desafios acredito estar relacionados à dedicação. Muitas vezes o profissional ele tem uma gama de possibilidade pra fazer o trabalho, mas existe uma própria dinâmica que o sistema penitenciário tem em termos de tempo, de trabalho e de horas que não permite haver aquela dinâmica que ele aprende na faculdade. Aquela coisa clínica e tal, tempo, horário, espaço, tudo controlado. E na penitenciária você ou se adapta àquela realidade ou se adapta.

**Entrevistador:** Me descreve um pouquinho como é essa realidade, na prática.

**A:** A realidade na prática seria: eu vou, no caso, ao local, eu tenho já estipulado pela minha própria Secretaria uma quantidade de pessoas a serem atendidas, normalmente seis pessoas, mas de acordo com a demanda, ou o acordo que é feito naquele local, eu posso fazer muito mais que seis pessoas de atendimento. E muitas das vezes há profissionais que atendem um número que vai de dez, quinze, até vinte pessoas em um dia só.

**Entrevistador:** Qual foi o máximo que você já atendeu num dia?

**A:** O máximo que eu já atendi em um dia foram dez.

**Entrevistador:** Mas tem gente que faz mais...

**A:** Tem gente que faz mais com menos qualidade de trabalho, com um maior risco de não ouvir aquela pessoa , ou seja, não ser psicólogo, ser apenas um executor de laudo.

**Entrevistador:** E se a pessoa se recusa a fazer tem alguma implicação?

**A:** Normalmente quem recusa a fazer vai depender, no caso, de quem faz. Quem faz, no caso o psicólogo ou o profissional em si, muitas das vezes ele não conhece como funciona a constituição, que é aquela pessoa como sujeito de direito. Se ele não quiser fazer o exame ele não pode fazer, porque ele não vai criar prova contra si mesmo. E além disso você vai trabalhar com a intimidade daquela pessoa e você vai jogar, muitas das vezes, vai dar isso pra todo mundo. Então o profissional em si ele não fala isso no começo da entrevista, "olha, o senhor esta pra fazer um exame criminológico" e vai fazer pergunta x, y, z... então não há esse setting, não há essa entrevista inicial por assim dizer pra preparar ele para o exame. Se faz o exame, e se ele se nega, o psicólogo muitas das vezes leva para o lado pessoal aquela situação. Fazendo com que "ah, ele ta negando então vou negar seu beneficio", também se coloca como juiz. Então esses podem ser uns dos desafios na medida em que ele também se coloca como sujeito que está no poder, ele não percebe esse poder que ele tem, e ele no caso faz aquilo que tem que ser feito por alguém que está por detrás dele, ele não percebe esse controle. "Você vai lá vai fazer os exames e vai embora". Porque no final o que existe, o que eu preciso realmente, é aquilo que estão me oferecendo: um dinheiro a mais. Vou lá, faço uma, duas, três, quatro, cinco, vou ajudar todo mundo, aí que que cê fez tá tchau. Então o psicólogo muitas das vezes ele só é um psicólogo figurado, ele não é o psicólogo em si comprometido em fazer um trabalho com aquele cidadão, que tá tentando

também sobreviver àquela situação. Então o desafio pode ser o papel que esse psicólogo faz naquele local, um outro desafio seria toda uma briga que existe entre os próprios conselhos, que não sabem a posição a ser dada referente a essa situação, temos lá a ação civil publica temos a nota técnica e as duas brigando entre si. A nota técnica fala de todo o desnecessário que é o exame criminológico, mas ela não tem força...

**Entrevistador:** Nota técnica de quem?

**A:** O que que aconteceu: no ano passado apareceu uma ação civil publica a respeito de que o psicólogo, como funcionário publico e disposto ali pra fazer o trabalho que o juiz precisa, por que ele, vamos dizer assim, ele não tem conhecimento técnico, ele não vai dar nenhuma prova sem saber, então foi dado de que ele vai ter que fazer o exame criminológico, vendo que havia alguns buracos na resolução para o psicólogo que trabalhava na penitenciária.

**Entrevistador:** Resolução da SAP?

**A:** Não. Resolução do CFP. Havia alguns buracos ali e desses buracos foi visto que o psicólogo como funcionário do executivo, porque a gente no caso faz parte desse, a gente só executa, então como ele executa ele que tem que fazer esse trabalho no caso da periculosidade e todos esses estereótipos que se tem do preso. Aí o conselho gerou uma nota técnica, isso as regionais, não o conselho regional, que o conselho regional não soube o que fazer, então ele gerou uma nota técnica referente a que? Reclamando, falando assim “olha, não tem, assim, infelizmente é isso mesmo, toda a questão descontextualizada que era o exame criminológico, mas se você tem que fazer faça com aquilo que você tem de

conhecimento, fazendo um trabalho bem feito com teste, fundamentando” só que dentro da dinâmica da penitenciária, a toque de caixa, você não tem essa possibilidade de fazer esse trabalho. Ou seja, você acaba descumprindo a resolução do conselho por uma questão da instituição. Como você no caso tenta se adequar a realidade da instituição, você vai quebrar em partes aquilo que o conselho está te colocando como profissional e ético que você tem que ser. Então você deixa de cumprir um lado ou fica muitas da vezes no meio termo. Cumpre parte daquilo que o conselho quer e cumpre parte daquilo que a Secretaria quer. Então nesse meio caminho você consegue andar, por assim dizer.

**Entrevistador:** Tem uma resolução da SAP também sobre isso não? Você sabe me dizer mais ou menos o que ela diz?

**A:** A resolução, é a resolução 47, ela fala a respeito de que o psicólogo ou no caso o técnico em si ele vai compor a CTC, de modo que ele possa fazer esse julgamento pra que ele possa dizer se ele esta apto ou não pra progressão de regime.

**Entrevistador:** O que é CTC?

**A:** Comissão Técnica de Classificação. Então, só que o que acontece, a SAP 47 tem também alguns furos porque coloca o psicólogo diretamente fazendo parte, compondo a comissão técnica de classificação como alguém que tem o total poder de decidir sobre a vida do preso sem conhecer a sua realidade. Então se ele faz parte da equipe volante, que é aquela realidade que fala que o psicólogo que consta ali na penitenciária seria uma pessoa de referencia, e você vê uma grande demanda de pedidos judiciais, é formado esse grupo pra ir lá, então eles vão

compor essa CTC dentro de uma unidade e vai manter esse poder em si. Só que diante dessa realidade o psicólogo muitas das vezes se considera, vamos dizer assim, um deus no sentido de que já que ele tem todo esse poder de decidir sobre a vida da pessoa ele usa tanto esse seu egoísmo ou ele também usa de recursos vamos dizer assim. Um outro desafio que eu posso dizer, o psicólogo muitas das vezes não tem conhecimento técnico até mesmo pra fazer uma entrevista. Então quando ele está diante de uma pessoa ele não sabe, mesmo na entrevista, quais seriam os instrumentos técnicos pra se averiguar naquele momento aquela pessoa. Então eu posso usar testes psicológicos apenas por aquilo que eu já sei na faculdade. E não vou atrás do conhecimento dos teste pra fazer uma avaliação mais apurada daquela pessoa e fazer a contextualização. Então outro desafio que eu posso dizer é a não contextualização da situação que o preso está. Eu vou lá, faço a entrevista com a pessoa, muitas das vezes o psicólogo que tem a formação de base da universidade, normalmente a psicanálise, então coloca como fundamentação a psicanálise, mas o texto em si corrido não tem psicanálise não tem uma análise no caso daquela situação. Ou ele não sabe a teoria ou ele vai colocar, ninguém vai ver mesmo, aquela resposta, então faz novamente a questão do toque de caixa. Então, diante dessa situação, em vez de fazer um trabalho contextualizado que demandaria muito mais tempo pra uma demanda que é sempre crescente, então é preferível fazer apenas o burocrático que é , no caso, as mesmas frases, as mesmas falas, já que do outro lado eu tenho o preso que é sempre o mesmo script eu também vou colocar o mesmo script nos relatórios, descontextualizando aquela situação toda.

**Entrevistador:** Me fala um pouquinho do seu histórico com relação a isso.

Você entrou na Secretaria quando, você lembra?

**A:** Eu entrei em 2012, fui trabalhar na CPMA, central de penas e medidas alternativas, só que eu não me habituei ao trabalho na época por ser burocrático. Aí recebi um convite para fazer parte da equipe volante, pra fazer exame criminológico. No principio eu penei muito porque não sabia como fazer. Mas a cada percepção que eu tenho das mudanças do trabalho que eu faço eu percebo que eu ainda tenho que mudar muito mais. Então, se antes eu seguia, por exemplo, a SAP 88, que fala sobre o modo que tem que ser feito o relatório psicológico de acordo com quase 14 ítems a respeito da vida da pessoa, antes eu fazia dessa forma, as vezes sem orientação, mas a medida que eu fui fazendo isso eu fui percebendo que o seu jeito desaparecia diante dos textos. Diante das referências bibliográficas e dos autores eu só tinha um sujeito do que o autor me falava, não o sujeito em si. Então eu fui percebendo isso e criando outras alternativas de entrevista mais humanizadas. Não atendendo tantas pessoas, atendo um numero hoje muito menor, no máximo cinco, seis pessoas, hoje eu posso fazer uma entrevista com mais tempo com a pessoa. E principalmente utilizo de uma entrevista motivacional. Faço a entrevista da pessoa e tento trazer alguma motivação.

**Entrevistador:** Então você começou a fazer laudo em 2012 mesmo?

**A:** Não. Em 2013.

**Entrevistador:** Em média, no auge, você fazia quantos por semana?

**A:** No auge, em média, 20 por semana.

**Entrevistador:** E hoje em dia?

**A:** Hoje em dia, assim, inicialmente eu acredito que o exame criminológico ele tem uma faceta na sua dinâmica, ele tira um pouco da individualidade da pessoa e faz com que você não se perceba também. Você faz uma entrevista de uma pessoa que não se percebe naquela situação toda, você tentar ser um Deus e muitas das vezes você se coloca naquela situação, mas se você fizer uma releitura daquela situação, daquele quadro onde você tá, você também se perde naquela situação, você se descaracteriza. Então, muitas das vezes eu fazia avaliação por uma questão financeira, um retorno pra mim, devido aos baixos salários que existem no poder público. Mas diante desse fato, eu percebi que a minha qualidade de trabalho também caía. Então eu diminuí um pouco mais esse ritmo de trabalho. Hoje no máximo eu faço quatro avaliações com qualidade e tendo um pouco mais de saúde mental pra mim. Não fico tão contaminado por essas projeções que o próprio preso manda, que se você não tiver um pouco desse conhecimento, que seria necessário desde o começo, você pode ter uma vida um pouco mais saudável fora dos muros prisionais.

**Entrevistador:** Deixa eu te perguntar mais uma coisa: Como você vê a proposição dos quesitos pra realização do exame? E me fala um pouquinho sobre quem propõe e como que esses quesitos são propostos. E como que você lida com isso.

**A:** Os quesitos eles são formulados... assim... a história que nos é contada é que os quesitos são formulados pelos juízes, porque boa parte dos relatórios são mal escritos. Então algumas pessoas ou copiam e colam ou algumas pessoas têm problema na denotação ou conotação básico da interpretação de texto, algumas pessoas não conseguem fazer, por exemplo, uma análise de discurso, e muitas das

vezes aquele texto pra os operadores de direito que prezam muito essas questões cria-se brechas para que possa se desejar ser mais específico. Então inicialmente os relatórios eram por si só, mas tinha muitas dúvidas, diante dessas dúvidas foram criados os quesitos. Pra cada região de São Paulo no caso cada comarca tem quesitos específicos, mas quase todos os quesitos visam apenas o foco do sujeito e aquilo que ele é. Não o seu contexto. Então as perguntas são muito bem formuladas, algumas perguntas eu posso dizer que são tinosas, e as perguntas sempre dizem respeito à responsabilização dele.

**Entrevistador:** Do sentenciado?

**A:** Do sentenciado. A culpa sempre vai cair sobre ele.

**Entrevistador:** Então tinosas tem qual sentido?

**A:** O tinoso no sentido dessa responsabilização mesmo, ou seja, tá muito bem arquitetado a pergunta e se você não percebe o teor daquela pergunta você vai no vácuo daquela questão, você faz aquilo que realmente é necessário pra ele ficar cada vez mais preso pra se criar estereótipos, pra se criar, no caso, aquela condição, por exemplo, do negro, do pobre, do miserável, que vai cometer... se ele comete 1, 2, 3, crimes ele vai fazer de novo. Então muitas das vezes o psicólogo está desatento a essas questões como é de corre... assim, normal... o que é dito pela Secretaria.. de que você tem que responder. A medida que você responde, você não se torna crítico em relação as questões por um medo do judiciário, você... o judiciário no caso, a figura do juiz ... é criado uma pessoa que não se agrada muito de respostas que não tão de acordo com o que ele quer, então se cria esse fantasma dessa pessoa que pode tudo, vê tudo e quer tudo naquele momento.

Então você às vezes se sujeita àquela situação e responde como eles querem responder. Em alguns casos você pode responder se a pessoa está apta ou não, mas tenta colocar alguma frase que tire você da situação caso aconteça algum processo mais lá na frente. Mas poucos psicólogos fazem isso, os poucos que fazem não divulgam essas informações, não tornam públicas pra que todos possam se precaver da situação, ou basicamente quando já se sabe que o juiz não vai mais persegui-lo então eu crio respostas padronizadas. É a mesma situação, se eu tenho um sujeito que tem o mesmo script eu vou ter um relatório com o mesmo script e vou ter também um quesito com o mesmo script.

**Entrevistador:** E você lida como com os quesitos na hora de fazer o relatório?

**A:** Inicialmente eu ficava com muito medo dos quesitos, porque isso fez com que eu pudesse me dedicar um pouco mais a minha escrita. Minha escrita tava muito pobre até então quando eu vim pra cá e quando os quesitos vieram pra ser algo mais objetivo, conciso, e que tenha no caso uma informação que seja densa, que tenha todas as possibilidades de resposta, eu ficava muito nervoso e às vezes até com medo. Como eu não tinha o respaldo das pessoas que eram superiores a mim eu tive que criar essas respostas por mim mesmo. Então como é que eu resolvia essas questões? Apenas respondendo de maneira contextualizada, em vez de fazer o relatório por completo contextualizado com fundamentação teórica, eu colocava esse texto diretamente nas respostas dos quesitos. Então eu colocava um autor que eu entendi como é que ele estava naquela situação e a minha opinião. Então eu fui fazendo esse tipo de resposta. Depois eu percebi que não poderia fazer isso, eu deveria ser um pouco mais conciso, então eu colocava minha opinião

baseada em um determinado autor. Se acaso viessem me perguntar a respeito eu tinha lá a base de dados. Você tem que saber se virar com as questões que o juiz te pede, as questões que a defensoria, aquele que ta defendendo o próprio sentenciado, pede pra você também e o Ministério Público. Então você fica no meio desses três senhores que têm que dizer pra você o que você tem que fazer. O que eu fiz pra isso foi justamente fazer o que? Estudar. Eu fui atrás dos teóricos tanto da área do direito quanto da área da psicologia, das duas, pra saber como que eu responderia a essas questões.

**Entrevistador:** A Secretaria te deu algum tipo de treinamento pra você começar a fazer os laudos?

**A:** Não. O treinamento em si foram informações já institucionalizadas que se caso eu fosse um desatento ou aceitasse tudo que a instituição me desse eu faria como muitos fazem, ainda o burocrático. Ao perceber ali que havia, que eu deveria ser um pouco mais crítico com relação àquilo que tava sendo me dado então eu tentei, tentei não, acho que seria a melhor palavra foi... eu fui atrás de me libertar do que estava sendo dado. Como diria Foucault, de toda essa tecnologia que é fornecida, no caso, pra saber o que é, como é que é, onde vai ser, todo o passado presente futuro de uma determinada pessoa então eu busquei nos autores como responder e desses autores eles próprios, por assim dizer, me libertaram de um certo cinismo que existe no trabalho do exame criminológico.

**Entrevistador:** Como é que se da a relação entre você e o sentenciado na hora do exame mesmo? Como é que você vê essa relação? Quando você ta sentado lá, de frente pra ele.

**A:** A relação, normalmente, é assim: Como, praticamente, nesses três anos, eu estou fazendo atendimento com alguns perfis de criminosos, então, perfis de álcool e drogas, perfis que são de traficantes, perfis de ladrões, por assim dizer, eu posso dizer de que forma?... inicialmente a minha relação era o que que eu posso esperar de uma pessoa que já está presa? O que que ele vai me falar? A medida que eu fui percebendo nesse script alguma coisa naquele script ele tinha que me falar. Esse é um ponto, o outro ponto é assim: normalmente essa pessoa que vem até você, a relação, ela pode ser imatura, ela pode ser controlada, ela pode ser, como que eu posso dizer?, me fugiu a palavra... Ela pode ser tudo aquilo que o sentenciado quer e tudo aquilo que o psicólogo quer naquela relação. Se você não consegue perceber as forças envolvidas dentro daquela relação você segue aquilo que é mais fácil, então você pode ter um problema na sua contratransferência de modo que você, aquilo que está sendo passado até você, você pode se sensibilizar ou não, normalmente é uma comunicação que o sentenciado está te passando, e quando vem até você você pode realmente aceitar ou não aceitar. A relação normalmente, ela é... Hoje ela é aceita, aceita como um sujeito que está ali diante de mim que também cometeu o seus erros dentro de um determinado contexto. Mas quando é percebido questões de doença mental, então eu tento da melhor forma possível ficar um pouco resguardado, pra saber se aquilo foi do contexto, se aquilo foi da estrutura dele, se aquilo foi situacional dele, e pra que eu possa então me guiar como é que eu vou fazer essa entrevista. É lógico, a gente sempre fala que a entrevista, no caso, é fechada, já que temos todas as perguntas a ser feitas. Evita eu ficar muito tempo numa questão só, e da pessoa ficar viajando.. eu posso focar. Mas normalmente não funciona assim, a pergunta normalmente é o mais aberta possível, só que ela é... eu posso dizer que é semi-aberta, por que?, é aberta até

onde eu quero que vá a entrevista. Eu posso querer que a entrevista vá pra eu saber realmente que ele é o culpado e respondo os quesitos, eu posso querer saber se ele vai confirmar os estereótipos que criaram em relação àquela pessoa, já tenho um viés, ou eu posso realmente ficar aberto pra que ele me diga quem é aquela pessoa. Só que o outro lado é perceptível que não existe essa cooperação, como ele vai ser somente o seu amigo se você estiver fazendo uma... ajudá-lo a fazer o benefício pra progressão de pena dele, só se trona amigo quando há, quando existe esse acordo. Não existindo, ele ali é um sentenciado que vai ter uma fala, dessa fala eu vou ter um determinado comportamento e nós dois vamos olhar juntos de mãos dadas sem um interromper o outro. Então, ainda assim consta como uma relação de poder, uma relação em que eu posso ter poder na minha ignorância ou não como na ignorância dele ou não. Eu posso tanto ser pai, posso ser mãe, posso aquele que vai querer ajudar “poxa o cara é um coitadinho, tal”, mas se eu não perceber essas comunicações inconscientes ali, eu vou fazer aquilo que ambos querem. Ou eu faço uma entrevista de acordo com o que eu quero, e quando eu for fazer o relatório vai aparecer muito mais de mim lá do que o preso, ou vice-versa.

**Entrevistador:** Quanto tempo mais ou menos dura cada entrevista? Cada exame?

**A:** Olha, meus atendimentos eles duram em media uns 70, no máximo 90 minutos, porque as vezes você pede ao... e mesmo assim você ainda perde oportunidade de fazer uma entrevista bem feita...

**Entrevistador:** Não existe a possibilidade de entrevistar essa pessoa mais de uma vez?

**A:** Quando existe um pedido do juiz referente a uma determinada pessoa, é possível você entrevistar mais de uma vez aquela pessoa porque há, vamos dizer assim, uma certa especificidade do tipo de crime que ele fez. Se ele faz parte por exemplo do crime organizado, se ele é vamos dizer assim um criminoso que teve grande repercussão na mídia, você pode se dar a a fazer esse trabalho... de ficar mais tempo com aquela pessoa para ter informações adicionais no seu relatório. Só que se de um lado eu tenho o sentenciado, que vai dar a informação que ele acha melhor pra ele, e do outro eu tenho o psicólogo, que se estiver fazendo uma boa entrevista, ele vai ficar com mais curiosidade da situação do que fazer a entrevista eu não sei se... assim, vai aparecer algo a mais com mais entrevistas. Então, se eu fizer bem estruturada e ele responder de acordo com o que eu quero, ótimo. Se ele responder e tiver alguns pontos que estão, vamos dizer assim, ofuscados, eu posso sim fazer uma nova entrevista, mas aí é que tá, não vai ter uma boa continuação pra tudo aquilo que tava ofuscado. Eu me encontro com você, tiro umas dúvidas, a gente conversa de novo, só pra te tirar, só pra te arrancar mais coisas pro meu relatório que vai ser muito bem feito, que vai dizer quem é aquela pessoa. Na verdade é uma mentira, comparado aos minutos, por exemplo, se eu faço uma entrevista de 60 minutos, comparado ao total de minutos que aquela pessoa viveu na vida dela, eu vou ter uma vinheta ínfima de quem é aquela pessoa. E tudo aquilo vai dizer realmente quem é ela, ou seja, 0,04% da vida da pessoa me diz que ele é 100% daquilo que eu to percebendo, daquilo que ele como ser pessoal na penitenciária não é, todas as respostas vão ser iguais, a vida é igual, então ele merece ficar aí mesmo... então a relação fica meio...

**Entrevistador:** Você já chegou a entrevistar alguém duas ou mais vezes?

**A:** Não. Só assim, já cheguei a entrevistar de um ano pro outro quando houve a necessidade de progressão de regime e o sentenciado foi ... dois pedidos diferentes ... só que, assim, eu fiz três entrevistas, uma em cada ano diferente, 2013, 14, 15. Todas elas eu fiz avaliação psicológica, fiz dois testes, um teste de estrutura, fiz os Pfister e um teste situacional, fiz o Zulliger, e em todos eles houve uma mudança, uma mudança pra, entre aspas, pior, não houve uma mudança significativa naquela pessoa. Como você não esta presente, você só vê ele uma vez por ano, ou quase não vê, se eu pegar somente o resultado do teste a penitenciária só piorou a pessoa. Diante disso você tem uma pergunta: houve elemento de ressocialização? Aí você... como é que você vai criar uma resposta pra isso? É naquela relação, naquele quesito, se você no caso for um psicólogo que sabe tudo, conhece e tal, você deixa de ser humano pra ser técnico, um técnico mais frio.

**Entrevistador:** Você já falou um pouco disso, mas só pra voltar pra esse tema, na sua formação em psicologia existem elementos que estão presentes nesse contexto? Você acha que a sua formação te auxiliou a poder trabalhar onde você trabalha hoje, com isso que você trabalha? E você acha que teve coisa que faltou na sua formação pra realizar esses exames com qualidade?

**A:** Quando eu me formei numa faculdade particular, ela deu, acredito que isso exista em quase todas as universidades, uma formação generalista. Então ela deu uma formação em psicologia comunitária, clínica, escolar e organizacional. Cada uma das matérias que eu tive durante os quatro anos se direcionava pra essas quatro linhas de trabalho. De uma maneira geral, se eu for pensar no racional da pergunta, a universidade não me deu aquilo que eu tenho que fazer hoje, eu tive que juntar o útil ao agradável daquilo que a formação me deu como sendo um

sujeito independente e com responsabilidade. Então, se eu vou fazer uma entrevista, por exemplo, com um sentenciado onde eu preciso ver questões de aprendizagem, lá em psicologia escolar, lá em psicologia do desenvolvimento, eu vou ter respostas ou vou ter atributos pra poder fazer um relatório. Então, não, a universidade não me deu, mas o que ela me deu foi essa autonomia de buscar nesses teóricos, nessas disciplinas, um muro, por assim dizer, onde eu vou colocar os tijolos a respeito do que eu vou encarar diante desse desconhecido, desconhecido é o exame criminológico. Então o que eu tenho de formação e o que eu preciso me formar ou me aperfeiçoar com aquilo que foi me dado.

**Entrevistador:** Você acha que tinha alguma coisa que deveria estar presente e que não esteve? Ou você acha que nesse sentido foi...?

**A:** Olha, eu acho que o que deveria estar presente, eu poderia pensar em alguma matéria de psicologia jurídica, por exemplo, mas eu acho que o que faltou realmente foi pesquisa, porque estar como pesquisador você vai atrás dessas informações pra acrescentar ao seu trabalho que deveria ser essencial também na faculdade. Mas como a faculdade em si não tem como dar toda essa gama de possibilidades só uma pincelada e dessa pincelada você tem que ir atrás daquilo que você quer. Nunca quis psicologia jurídica ou penitenciária, mas quando eu entrei tive que me adaptar, então eu fui atrás independentemente de uma pesquisa, que é aquilo que a faculdade não me deu, que faltou, então eu fui pesquisar informações a respeito de como é um atendimento judiciário, o que é um exame criminológico, como é que esta em outros locais fora de São Paulo a realidade com o preso. Então, se a faculdade tivesse tido essa preocupação em formar pesquisadores eu acho que me beneficiaria mais.

**Entrevistador:** Pra finalizar então eu queria te fazer uma pergunta, se você pode contar de algum exame específico que tenha ficado na sua memória por algum motivo, de uma pessoa específica. Algum exame que tenha te marcado.

**A:** Eu tenho alguns exemplos sim, mas... mas tudo bem, vamos lá. É assim: teve uma vez que eu estava em uma penitenciária do estado, ali na cidade de Guareí, e eu vi por meio de um boletim informativo todas as passagens que o preso já teve. Nessas passagens, existiam, praticamente, mais de nove reincidências. O sentenciado tinha de certa forma passado por dificuldades na vida dele onde a única opção que ele tinha era em roubos de bicicleta ou em furtos pequenos. Diante desse quadro, eu lembrei de situações que aconteceram na minha infância, então eu tive uma identificação aí. Diante daquela identificação que aconteceu, eu fiquei sensibilizado ante a situação e pedi, num período de 40 minutos de entrevista, eu interrompi a avaliação e pedi que ele fosse embora, porque eu já tinha feito a avaliação dele e falei pra ele assim “vou montar seu benefício e vou ajudá-lo”. A pessoa sai, o assistente social que estava do meu lado se impressiona com a situação, eu peço pra me retirar e vou embora. E eu choro diante daquela situação, pela situação daquela pessoa. A noite fui fazer o relatório a respeito, convicto de toda aquela situação do contexto daquela pessoa, do social daquela pessoa, sem ver as outras coisas que estavam no meio daquele imbróglio. No dia seguinte, eu estava me arrumando pra voltar novamente pra penitenciária, e quando eu fui tomar banho, veio novamente a situação, mas veio talvez uma luz falando assim: “o sentenciado brincou tanto com os teus sentimentos por quê? Por que que você se identificou tanto com aquela pessoa? Por que você está chorando? Será que ele não te enganou?” Aí me caiu a ficha, de que o sentenciado tenta colocar por baixo

das situações da vida dele quem ele é, se você está desatento aquela situação aquela sedução, aquela forma de fala, aquela forma de vida dele, você coloca ele como um camarada, dá um tapinha nas costas e "vamos juntos trabalhar juntos pra você sair disso". Então eu percebi ali aquela manipulação, aquele controle. Ou mesmo a minha permissividade, eu permiti que aquilo acontecesse. Então eu precisava, nesse trabalho que eu estava fazendo muito freqüente, de fazer várias avaliações diárias, uma que me tocou bastante foi essa, essa coisa de que no meio dessa relação você é controlado e você vira amigo da pessoa e não profissional que está fazendo um trabalho consistente, um trabalho técnico, praquela pessoa, pra você mesmo e praquilo que foi solicitado. Então eu estava ali "olha, eu vou ajudar você, você vai passar". Então essa foi "o quanto eu estou fraco com relação a conhecimento". Então eu fui atrás desse conhecimento, atrás de informações que possam dizer o que aconteceu ou mesmo a terapia pessoal. A terapia pessoal acredito ser importante nessas doses de atendimento que você faz, muitas vezes você entra no automático e não se percebe. Você tá trabalhando sempre em situação limite, então a terapia é importante pra você pelo menos clarificar um pouco as idéias.



## Anexo 2

### ENTREVISTA COM B:

Entrevistador: Quais você acredita que são os aspectos mais relevantes, tanto negativos como positivos, na realização do Exame Criminológico pela psicologia?

B: Positivos eu penso no seguinte, mais pra gente conhecer o psicólogo, conhecer um pouco mais do universo do sentenciado, dizer assim um parecer. É uma forma da gente tá colocando um pouco do que a gente tá vendo, e, se realmente fosse feito assim de uma forma correta, várias entrevistas, eu acredito que tendo várias entrevistas e testes e ter material, ter um local adequado para fazer, assim seria melhor, então esse também pode pegar com um ponto negativo, porque em penitenciária, CDP, não existe esse local adequado e não existem essas possibilidades também por causa da superlotação e também às vezes por não considerarem o trabalho do psicólogo como algo importante no Sistema Prisional.

Entrevistador: Me conte um pouco da sua história com relação à realização dos exames.

B: Eu entrei em 2001 no Sistema, a primeira unidade que trabalhei foi o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, ainda essa unidade era uma que tava se formando e nessa época ainda era feito o exame pelo psicólogo, assistente social e o psiquiatra, era tipo uma junta mesmo. Então me dava a impressão de que era algo mais concreto, mais bem feito, que era melhor.

Entrevistador: Isso era particular do Hospital de Custódia ou você acha que o Sistema todo funcionava assim?

B: Funcionava. Não sei se com a parte médica, mesmo porque não daria pra todos acreditar, mas era uma tal de CTC, que eles chamavam, então eles além de utilizar o relatório do médico, do psicólogo e do assistente social, eles também colocavam uma coisa que eu acho muito importante: o aval do diretor de produção, do pavilhão escolar e do diretor de disciplina, mas na época eles eram feitos separados eu acho, tudo bem fazer separado, mas eu acho que teria que ter uma reunião conjunta para haver uma discussão.

Entrevistador: O que quer dizer CTC?

B: Comissão técnica eu acho que é de criminologia, não tenho certeza, mas aí durou só no máximo dois anos. Ficou um tempão sem, aí voltou acho que mais ou menos em 2007, aí o que acontece com o Exame Criminológico: quando voltou, por aí mais ou menos, o hospital era em Franco da Rocha, eu já tinha mudado para Campinas e tava na Penitenciária 3 de Hortolândia e o meu diretor imediato de reintegração era uma pessoa muito boa e ele falou, olha, não vai escrevendo

qualquer coisa porque já teve e psicólogo que foi ameaçado, então aí ele chamou um psicólogo bem experiente de outra unidade e esse psicólogo, quer dizer, olha só, a gente não tem a liberdade de fazer o relatório conforme nós achamos, apesar que a gente não pode ser tão objetivo pela nossa profissão a gente tem que ser mais subjetivo e ele falou: “você coloca assim você coloca assado de uma forma bem por cima” e não colocar “é favorável”, “sou favorável”, “é desfavorável”, então colocar indícios de que a pessoa poderia ter o benefício ou não.

Entrevistador: E essas ameaças seriam de quem?

B: Por parte dos presos. Tiveram alguns psicólogos, poucos que eu saiba, que sofreram isso. Chegaram até a se afastar pra poder passar um tempo, mas eu não me lembro de ter uma ameaça, também porque eu sou uma pessoa mais tranquila, calma, respeito o preso por mais que às vezes tenha aquelas confusões na cabeça de “o que eu to fazendo aqui?”, mas eles sempre se sentiram mais à vontade comigo. Ameaças eu tive um pouco no Hospital de Custódia, que eram pacientes psiquiátricos, mas nunca chegou a ser muito efetivo, sempre deu tudo certo. E daí por diante eu fui fazendo Criminológico. Teve unidades que vinham poucos, tinha eu e outra psicóloga, então vinham uns cinco por mês, então dava tranquilo pra levar e a gente conseguia fazer isso e conseguia fazer trabalhos extras, que é muito mais legal. E aí a última unidade que eu tava, que era de Guareí, ela pedia muitos laudos. O juiz pedia laudo para todo mundo, para todos os sentenciados, então no caso era muito difícil, não tem como cumprir, extrapolava prazo, inclusive nessa de Guareí o juiz ele era tanto para Penitenciária de Guareí, pra Itapetininga e pra Capela do alto, o mesmo, ele era uma pessoa que pedia os laudos todos e que chegou a fazer uma ameaça velada, eu não vou lembrar as palavras, apesar de que depois eu escrevi para falar com a minha mãe e com a minha irmã que é juíza do Trabalho só para ter uma noção. Então, de uma certa forma, ele falou que havia uma pena e que se a gente não cumprisse poderia ser um desacato, alguma coisa meio leve, mas a gente entendeu. Então a gente tinha que fazer muito laudo. E aí eu vim para cá e aqui eu só faço laudos na equipe volante, que eu faço parte da Equipe Volante.

Entrevistador: Como funciona a Equipe Volante?

B: A equipe volante é assim: tanto psicólogos quanto assistentes sociais se colocam à disposição de estar fazendo os laudos em unidades que não tem um profissional ou que não conseguiu cumprir a capacidade. Então equipe volante é interessante por causa disso, não que eu goste de fazer laudo, porque é aquilo que eu falei, acho que faltam muitos elementos, mas eu gosto de ir para as outras unidades, de poder ter essa mobilidade de conhecer outras pessoas, conhecer os sentenciados que são às vezes bem diferenciados de penitenciária. Então eu me coloquei nessa equipe e faço tanto região metropolitana quanto às vezes surge lá tem Guareí e vou lá e faço.

Entrevistador: Me conte um pouco mais sobre como você decidiu fazer parte dessa equipe, porque quando você está na unidade você tem que fazer os laudos

solicitados pelo juiz, mas você escolheu fazer, escolheu participar da equipe volante. Por quê?

B: Na unidade você é pressionado, você tem que cumprir, então o stress é muito grande e na equipe volante você já vai para fazer menos laudos, então não tem aquela coisa de ser seu chefe, seu diretor, então você tá lá mais fazendo um favor, auxiliando, então normalmente a gente é mais bem tratado, nosso serviço é mais valorizado e também pela coisa que eu comentei de conhecer outros presídios, outras dinâmicas de sentenciado. Eu sou uma pessoa também que não gosta muito de rotina, então isso me faz sair um pouco e fazer esses laudos.

Entrevistador: E fora isso você faz o que hoje na SAP?

B: Eu trabalho na Célula de Referência Técnica, que faz parte do CRT, Centro de Referências Técnicas. Tem uma parte que eu não gosto de fazer, que é uma parte burocrática mesmo, não relatório, isso é tranquilo para mim, mas a gente tem que preencher tudo que fez no dia, é uma coisa muito chata, mas as coisas que eu gosto são, por exemplo, fazer as visitas técnicas que nós vamos nas unidades, conversamos com os técnicos de lá. É interessante, por mais que eles estejam cansados da unidade prisional do Sistema Prisional, pelo menos ali ele tem uma identificação, uma conversa, um alento. Também são feitos os grupos de estudos que tá sendo bem gostoso, então os técnicos também vêm aqui uma vez por mês e eles escolhem o tema a ser discutido e a gente vai ajudando com textos, às vezes palestrantes, então o grupo de estudos é muito gostoso, inclusive existe uma participação muito grande deles, não tanto em número, mas em empenho mesmo; eles não veem a hora de chegar o grupo de estudos. E coisas voltadas mesmo à lei da Psicologia, a parte da Saúde, como liberar um preso do Hospital de Custódia, como liberar alguém que não tenha família, então tem coisas assim muito interessantes que surgem.

Entrevistador: Esse aspecto da lei que você tá falando, voltando agora para questão dos laudos, do Exame Criminológico: Como você vê a participação dos conselhos o Federal e o Regional de Psicologia?

B: Olha, eu acho assim, eu não tenho mais muito contato com o conselho. Eu acho que o conselho não tá muito nem aí com a gente, então eu sinto que a gente não tem respaldo. Eles não vão lá por mais que a gente chame. Eu já desisti faz tempo, não tem uma participação.

Entrevistador: Você chama pra que?

B: Já chegamos a chamar para realmente verem as condições em que a gente trabalha, só que isso acaba virando contra a gente, porque tem vários problemas, mas às vezes tem algumas discussões no CRP sobre Sistema Prisional só que era blá blá blá e nada se fazia na prática, a mesma coisa com o CREAS, sempre a

gente acha que ele é mais envolvido, mas as próprias assistentes sociais falam que não é, então infelizmente a gente tá sozinho.

Entrevistador: Como você vê a proposição dos quesitos para fazer os exames criminológicos?

B: Bom, como normalmente eu coloco na página inicial o histórico do sentenciado, coloco uma análise, mas uma análise bem resumida: se ele tá bem, como tá o humor, como é que ele se apresentou, uma coisa muito básica, então eu vejo os quesitos como algo a mais só que eu acho que não deveria ter obrigatoriedade em responder, eu acho que a gente poderia utilizar de uma forma que a gente se colocasse. Então como que eu faço com os quesitos quando vem, eu coloco assim: “aparentemente sim”, “provavelmente”, então é isso, não dá para se colocar total, mas eu acho, eu sou uma pessoa mais livre, então eu acho que as coisas tinham que ser de uma forma mais livre. Colocar os quesitos e eu colocar, eu escrever da forma como eu acho. E se eu não quiser responder algum quesito enquanto psicólogo... mas não é porque é uma determinação do juiz.

Entrevistador: E quando você responde os quesitos dessa forma, alguma vez o juiz já retornou o laudo pra você, já reclamou?

B: Já aconteceu, tanto que eu tive que ir mudando meus laudos de alguma forma, porque eu sou uma pessoa muito criteriosa, sou detalhista, então eu fazia uns laudos enormes, até isso me causou um mal estar, porque eu tinha que ir diminuindo e sempre achava que ficava horrível o laudo, mas é mais ou menos como o pessoal faz, então... E assim, ai desculpa, esqueci a pergunta...

Entrevistador: Se algum juiz já pediu pra você refazer...

B: Ah tá. Já mandou, já mandou. Na época em que eu não estava entrando assim nesse estilo do “aparentemente sim”, numa época em que eu deixava mais aberta ainda à questão. Então ele queria mais que a gente escrevesse com uma forma mais objetiva e eu deixava de uma forma mais aberta porque o ser humano é subjetivo, agora pro juiz entender isso, imagina... Então ele queria respostas mais objetivas, então ele fez voltar, às vezes ele não entendia alguma coisa, mas foram poucos laudos que voltaram, mas foram mais por isso, eu deixava a coisa mais aberta, Então, aí depois que eu fui colocando esse “aparentemente sim”, “provavelmente” e etc., aí ele ficou satisfeito.

Entrevistador: Me conta um pouco sobre como se dá a relação entre você e o sentenciado na hora do exame.

B: Eu acho que pode trazer benefício para o sentenciado, inclusive porque eu vejo às vezes muito menino novo preso, até uns 23 assim, que foi por causa do vício da droga, então acaba até, não sei, dando uma de mãe, dando um conselho, coisa que psicólogo não deve fazer, mas eu to num ambiente tão diferente que eu me sinto a

vontade para fazer assim, então eu acho que pode haver um benefício, que isso não é para todos, não é, porque nem todos vão agarrar aquela oportunidade. A maioria vai retornar ao presídio, mas eu tenho que fazer minha parte. Não é com todo mundo que eu dou um conselho, mas eu tento ser uma pessoa educada, ter respeito por eles, porque às vezes isso não acontece com outros profissionais e eu acho que isso faz muita diferença, tanto na hora de falar alguma coisa para mim, confiar mais. É o que eu falo, to fazendo a minha parte, agora ele vai ter que fazer a dele.

Entrevistador: Quais os elementos na sua formação em psicologia que você considera que estão presentes nesse contexto? E quais não estão? Você considera que sua formação te preparou pra isso?

B: Não. Minha formação não me preparou, pra ter uma noção maior eu teria que fazer um curso voltado pra isso, mas eu não tenho a menor vontade. Eu acredito que a formação ela, a gente vai para instituição, vê as instituições e tal, mas preparação não tem, é mais uma visita, uma conversa com o profissional que trabalha lá, então acho que a pessoa que gosta, que queira ir atrás mesmo, tem que fazer um curso de especialização, porque não existe preparação. Tudo bem que faz tempo que eu to formada, mas que eu me lembre não existe preparação.

Entrevistador: Você se formou em que ano?

B: Me formei em 1996.

Entrevistador: Então quando você começou a fazer os exames você fez sem nenhuma preparação ou a Secretaria te deu algum tipo de suporte?

B: No início, que foi lá no Hospital de Custódia, foi sem preparação, então eu e as outras psicólogas a gente se juntava, pensava como que a gente ia fazer, era bom, mas a gente fazia mais da nossa cabeça, mas seguia aquela tal de CTC, de passar pelo médico e etc., que eu acho importante, passar pelo médico psiquiatra, principalmente nos casos graves. E aí a única preparação que eu tive realmente foi mais ou menos em 2007-2008, em que um profissional mais antigo foi lá e me deu uns exemplos do que eu poderia fazer e tal, só que essa preparação era dada por um profissional que já estava havia muito tempo no Sistema e que sabia as intercorrências que podem ocorrer, inclusive ameaças e tal, então há muita interferência mesmo, porque você deveria ter a liberdade de fazer o laudo conforme o que você acha mesmo, se quer aplicar testes, não tem tempo pra nada... essa foi a única preparação que eu tive. Nas outras unidades eu fui vendo os outros laudos, fui pesquisando, fui conversando, nunca deixei de conversar com assistente social pra ter uma noção, gosto de trabalhar em dupla assim, e também aprendi muito em Guareí com a assistente social de lá. Também me ajudou muito a sofrer menos com a diminuição do meu laudo, com aquela coisa mais concreta às vezes, não mais subjetiva...

Entrevistador: Então foi uma formação muito mais pela parceria entre profissionais do que institucionalizada?

B: Exatamente. Não houve nada institucionalizado. Foi mais colega mesmo.

Entrevistador: Você pode me contar de algum exame que te marcou?

B: Negativo teve mais de um, mas mais ligados a estupro, a latrocínio, a homicídio, então esses daí, mas não todos, por exemplo homicídio. Às vezes o indivíduo ele vai se defender, sei lá, como eu se fosse defender minha família não ia pensar duas vezes. Teve um que foi um sequestro bem marcante: ele disse que ele foi meio na onda dos caras, que falaram que só iam roubar um carro, mas aí acabaram pegando a pessoa que tava no carro, era um homem se não me engano, faz tempo que atendi ele, não me lembro direito, aí judiaram bastante dele, amarraram em uma árvore e ele acabou morrendo: sequestro seguido de morte. Acabou morrendo, a forma de matar eu não me lembro muito bem, mas acho que era tipo uma ferramenta, tem umas coisas horríveis que para mim já tem um caráter psicótico. De estupro também, um que ele falava que ele só foi roubar a casa aí tava as mulheres lá aí ele estuprava e o relato dele para mim parece o contrário: ele foi estuprar. Porque que ele não roubava nada na casa depois? Ele ficava meio de olho, era uma coisa de oportunidade. Eu também conversei com a assistente social sobre isso e a gente chegou nessa conclusão: que ele ia pro estupro mesmo e como eu tava numa cadeia de PCC ele falava pros outros que era homicídio, porque não podia falar que era estuprador, se não era morto e estuprado. Eu lembro que fiquei com muita raiva dele, então tem algumas coisas que eram difíceis... e dei negado, fiz aquele esquema subjetivo, mas que não tinha condições, que tinha que ficar um tempo mais na cadeia, só que vai sair e vai fazer tudo de novo, eu acredito. Esse tipo de pessoa que tem essa doença, estupro, essa psicopatia, dificilmente vai ter um final feliz.

Entrevistador: E como você lida pessoalmente com essas situações que te afetam?

B: Então, por exemplo, eu to sem terapia agora. Quando eu fazia terapia eu acabava aproveitando para falar de algum ou outro caso, não era normalmente isso que eu falava, eram mais coisas pessoais, mas existiam algumas coisas como essas que eu te contei que chocavam mais. Atualmente eu to meio afastada dos presos correntemente, mas os anteriores às vezes eu ficava com muita raiva, só que ia passando, eu não chorava, nada dessas coisas, eu ficava com raiva. Eu lembro que na rebelião de 2006 eu fiquei com tanta raiva dos presos, do que eles fizeram com os funcionários, de como eles ficaram, nessa época eu tava atendendo funcionário, que eu ficava imaginando colocar veneno na comida deles, só ficava imaginando, depois isso passou e tal. Eu reajo com raiva e inconformismo, eu acho que eu cheguei a ficar mais medrosa, ao mesmo tempo eu não fui mais a assaltada porque fiquei mais esperta, então, quer dizer... Inclusive fui assaltada bastante tempo atrás, eu já tava no Sistema, e eu bati no cara. Mas ele me bateu também,

roubou meu celular e foi embora. Aí depois eu fiquei pensando: é a raiva do Sistema. Desses que eu acredito que não tem jeito. Não tem como saber né? Mas temos uma base histórica e científica. O que sobressai de positivo é a relação com o colega, a discussão, isso foi o que eu mais encontrei de positivo.

### Anexo 3

#### ENTREVISTA COM C:

Entrevistador: Como você vê a participação da psicologia dentro do contexto do Exame Criminológico e quais aspectos você considera mais relevantes, tanto negativos quanto positivos, na realização do Exame Criminológico, pela psicologia no Sistema Penitenciário?

C: O melhor Exame Criminológico é aquele que não existe. Nós, como categoria profissional, como Trabalhadores do Sistema, não só os psicólogos, mas pensando nos trabalhadores do Sistema Penitenciário, assistentes sociais, psiquiatras, que são raros, o Exame Criminológico, tal qual dispõe a Lei de Execução Penal, deveria ser de entrada e acaba sendo feito para avaliação dos benefícios penais. Não é a melhor opção para a atuação do psicólogo, agora, eu não sou da opinião de que o psicólogo não deva participar desse processo, abrir mão disso, ou melhor, simplesmente se negar a fazer, também não vejo o que a gente poderia acrescentar em termos da questão Penitenciária, da questão da assistência ao preso, da questão da Psicologia nas prisões, tá? Então por isso que eu fiz um posicionamento claro contra a resolução do Conselho Federal de Psicologia, não porque tava defendendo a permanência de Exame Criminológico, mas porque considerei que aquela resolução colocava o psicólogo numa situação muito delicada.

Entrevistador: Você poderia desenvolver um pouco mais sobre essa questão com o Conselho?

C: Na minha opinião, o conselho, na hora que ele diz “olha, se você fizer você tá passível de processo ético” ele colocou o psicólogo na berlinda. E o psicólogo, se ele dissesse sim para o Conselho, tava passível a sofrer processo administrativo. A estratégia foi muito ruim. O Exame Criminológico, o lugar da Psicologia em realizar esse Exame, ou ter uma ação pericial, é um lugar circunscrito pelo direito e não significa que não é questionável, é questionável, então tem que ser discutido com os operadores de direito. Então fui contrária à resolução por causa disso, primeiro colocam o psicólogo na berlinda, segundo, embora estivesse fundamentada no abolicionismo penal, concordo, mas ignorar as diversas realidades em que o psicólogo está inserido no Sistema, então imagina um psicólogo que está numa unidade privatizada, então ele diz: “não vou fazer Exame Criminológico porque meu conselho não aceita”, “então você vai embora”. Quem paga as contas desse

profissional? Considere que o Sindicato dos psicólogos, porque são todos um mesmo grupo político, o “Cuidar da Profissão”, o sindicato ficou sem voz, ele simplesmente ficou quieto, porque eu considero que foi um problema sindical grave e que colocou o psicólogo numa situação muito delicada, por isso que eu fui contrária à resolução. O Exame Criminológico tal como é utilizado nos processos de concessão de benefício e progressão de regime é um contra senso. Na verdade ele deveria ser um exame de entrada, que já é questionado porque traz aquela ideia da criminologia tradicional de classificação, então esse tipo de pensamento onde você focaliza as questões, as causas da criminalidade, no indivíduo, isso é um pensamento muito simplista, não abarca a complexidade que envolve a criminalidade. Então você pensar que o problema, vamos supor que você cometa um delito, então qual é o seu problema para poder propor alguma coisa pra você poder sair legalzinho de dentro da prisão é negar o que a própria prisão é, é negar o que a própria prisão exerce sobre a própria personalidade do indivíduo. Então isso é reduzir um fenômeno que é muito complexo, que vai para além de quaisquer questões individuais, e esse individual é um individual construído socialmente, então não tá descolado do contexto social. Então a psicologia quando fica reduzida a fazer os exames pura e simplesmente já é um limitador em termos de ação. O certo seria você ter profissionais para darem conta da assistência, e nem haveria necessidade de Exame Criminológico se a assistência funcionasse de uma maneira que pudesse ter registros dos atendimentos, que pudesse ter atendimentos que fossem a favor da necessidade do preso, então a gente tá falando de algo muito complexo em termos de prestação de serviço. Se houvesse minimamente isso não haveria necessidade de Exame Criminológico. No momento em que fosse instaurado o processo para concessão de benefício estaria lá o relatório sobre essa pessoa, sobre as atividades que foram feitas, como essa pessoa está no momento, então seria outra coisa. Mas eu considero que o fato de isso não acontecer é uma questão institucional, afinal de contas a prisão é feita para segregar, não tem outra função. Essa função ressocializadora é um engodo e também esse “ressocializadora” nega o que a prisão é e nega a participação que a sociedade tem no comportamento do indivíduo. Então é extremamente simplista e reducionista ver dessa maneira. Agora, no dia a dia, eu faço exames Criminológicos, to com uma pilha de processos, e aí na psicologia, claro, a gente usa muito a criminologia, mas também, no momento em que você tem a entrevista, se temos que fazer esse exame, eu não quero colocar o peso dizendo que o problema da psicologia é o exame. O problema é a psicologia nas prisões. A prisão é o problema. Agora, o Exame Criminológico tal como nos é pedido não significa que a gente tem que fazer do jeito que é solicitado. Quem atua em psicologia jurídica tem que se perguntar se na ciência psicológica é possível responder às indagações que o direito nos faz. O que faz, o que indaga e como indaga. Os quesitos e os preâmbulos já vêm fazendo afirmações sobre o indivíduo: “trata-se de um criminoso perigoso que isso e que aquilo”, até pra se ter uma cautela na hora de fazer a avaliação e etc. Então tem esse lugar que nos é colocado e tudo bem, faz parte do jogo. A gente deve responder os quesitos, agora,

o que a gente tem que parar e pensar é se é possível responder os quesitos de acordo com o que é perguntado e como é perguntado. Isso é diferente. Quando um quesito pergunta “a personalidade é agressiva, violenta?” o psicólogo deve responder teoricamente a isso. O que é personalidade? o que é personalidade agressiva? o que é a violência? E outra, a postura que vem do embasamento teórico do psicólogo. Uma das críticas que se faz da psicologia fazer o Exame Criminológico é que se trata de uma psicologia positivista. Realmente. E no Sistema Penitenciário já foi dado muito treinamento pros psicólogos para que eles possam pensar dentro de uma outra vertente, pensar o preso como pessoa e pensar o preso como pessoa é fazer o Exame Criminológico de uma maneira que não nos deixe apavorados com o tanto de exame que tem pra fazer. Não ficar apavorado com o tempo. Porque você pode perder a oportunidade de travar uma relação de uma entrevista psicológica que é o instrumento da nossa avaliação. Não é a pessoa que você tá avaliando se você trata como objeto. Então eu também tenho que ficar me policiando. Tem essa coisa de “tem que entregar em 30 dias”, eu sempre estouro os prazos e estouro bastante. Ninguém precisa estourar o prazo como eu estouro, não é isso, mas é preciso começar a dialogar no sentido de forçar um diálogo. Então quando eu responder alguma coisa, se eu tenho conhecimento teórico eu fundamento. Fala pros nossos colegas pegarem uma boa avaliação de um bom profissional da vara de família. Eles conseguiram convencer, e não foi convencer pedindo, mas foi mostrando “olha, não da pra responder desse jeito”. Mas na instituição prisão as relações são hierárquicas e diálogo é o que falta, então vem “ah tem que fazer”, como tem que fazer? não é bem assim. “Ah tem que usar tal teste”, não tem que usar tal teste. Eu não sei porque que os psicólogos tremem. É chegar e fundamentar. Tá no código civil, o perito tem liberdade técnica. Qualquer profissional tem que ter liberdade técnica porque é ele que tem o conhecimento técnico pra dizer “vou usar tal coisa e vou usar outra coisa”. E é ele que vai falar, não é o juiz, não é o promotor, não é nenhum diretor e não é o secretário da Secretaria.

Entrevistador: Ou seja, é preciso se amparar bastante pra ter que evitar reprimendas?

C: Se amparar e ter ousadia. Porque não adianta ficar com medinho de responder quesito, tem que responder o quesito. Nem que a resposta seja “prejudicado”, “sim”, “não”. Eu não entendo porque que os psicólogos têm medo disso. Eu não consigo entender. Eu to fazendo um laudo que eu tive que responder doze quesitos do Ministério Público e mais seis quesitos da Defensoria Pública. E o defensor público me perguntava a base científica daquilo e eu coloquei as bibliografias que eu utilizei. É um tipo de laudo que no mínimo você demora trinta dias pra escrever. Só aquele laudo. E merecia isso. Nós precisamos ter o Exame Criminológico, eu concordo que

ele deixe de existir, vamos supor que ele deixe de existir, acabou então a ação positivista do psicólogo no Sistema? Ledo engano. Ele vai tratar o preso da maneira que trataria se fizesse o exame. Vai ver o preso como desviante, diferente, não vai ver o preso como pessoa. A instituição e a formação o impulsionam a isso.

Entrevistador: Você já falou disso, mas conta um pouco mais sobre como você vê as proposições de quesito pros exames.

C: Eu não vejo os quesitos como um problema. Alguns quesitos são muito difíceis, alguns, por exemplo, tem uma racionalidade jurídica que não é a mesma coisa da psicologia. Você não tem que ter a preocupação de responder o quesito exatamente como ele é perguntado, tem que definir, embasar teoricamente. Na hora que você tá fazendo a avaliação você sempre tem que obter mais informações que interessam para aquele exame. Por exemplo, você pega o exame, você aplica o HTP e observa que tem algumas questões que indicam algum comprometimento, se você não vai aprofundar essa questão, por que você vai colocar lá no laudo? Precisa tomar cuidado com isso. Porque o promotor, a finalidade dele pedir o exame, é de pegar qualquer aspecto para negar benefício para a pessoa. E aí vai pra além, não é só negar, então você escreve lá, tem um comprometimento, mas você não fala mais nada e não relaciona uma coisa com a outra. Você vê que tem um comprometimento só que tem um detalhe, outro aspecto, é isso que você tá vendo na avaliação, seja na entrevista seja aplicando teste, essa pessoa tá encarcerada. Então essas características de personalidade também têm a ver com o ambiente que ele está. Então é preciso ter um aprofundamento da avaliação e deixar claro o que você está avaliando. Tem muita coisa pra psicologia pesquisar. A gente não tem estudos sobre o impacto da prisionização no indivíduo, a gente não tem estudos sobre o impacto do encarceramento no resultado de testes, a gente precisa disso. É por isso que eu falo pra você, na minha forma de ver os quesitos em si são difíceis de responder, mas você vai responder de acordo com a sua ciência e o objetivo daquela avaliação e de acordo com a abordagem teórica que te orienta. Então, quando eu vejo casos de patologia que está associada ao delito, por exemplo, de um caso de um senhor de 60 anos que já tinha matado duas ex-mulheres, ele tem uma questão séria e ficou muito claro que se ele casasse com uma terceira... na época eu intercedi na hora, mas esses são casos fáceis de fazer, mas a maioria dos nossos casos não são assim, são de presos comuns que não tem um comprometimento maior. Nós temos que ter mais convicção no nosso trabalho, mais autonomia.

Entrevistador: Você teve algum tipo de treinamento para a realização dos exames.

C: Já estou no Sistema faz tanto tempo que... Mas a Escola da Administração Penitenciária deu cursos. Eu estudo fora também. Eu acho que a gente precisa ir pra fora e eu acho bom ir pra fora. Eu acho que as nossas parcerias devem ser sempre pra fora, pra que os profissionais possam abrir a mente. Eu vejo os meus colegas aprisionados. Quando você vai numa unidade prisional você olha os colegas trabalhando com cadeiras rasgadas... Eu até esqueço disso, mas quando a gente fica na unidade prisional a gente vai se acostumando com aquilo. Eu trabalhei por um tempo com aquilo me incomodando, depois até esqueci daquilo. E eu vejo meus colegas assim, eles são subjugados. Ganham menos do que os Agentes de Segurança, qual a motivação que uma pessoa vai ter ganhando menos do que o ASP inicial? Eu canso de ouvir dizer que o técnico não tem motivação pra trabalhar, que não adianta motivar, mas é claro. Você não tem um plano de carreira. Aí o diretor fala: vocês tem que me entregar esses laudos toda semana, não importa como saia. Tem que entregar. E aí depois o psicólogo que tem que se ver com o CRP, então não tem pra onde correr. Juiz nenhum tem que nos dizer que teste tem que ser usado, e não é uma mera questão de disputa de poder, mas de se saber o lugar que se ocupa.

Entrevistador: Hoje quando um juiz solicita determinado teste e você não cumpre isso tem consequências?

C: Eu não sei porque eu nunca sofri isso, mas já ouvi dizer que tem colegas sofrendo. Mas aí o profissional tem que deixar claro que cabe a ele a escolha dos instrumentos técnicos de acordo com o caso e se for o caso embasar o que é uma entrevista psicológica. Como eu faço Exame Criminológico, às vezes eu faço uma intervenção, e isso você pode fazer. Se fosse num momento processual, óbvio que não daria pra fazer, mas a pessoa já está condenada, é um momento de avaliação para ela receber benefício, mas tem muitas situações em que você acaba fazendo uma intervenção porque você percebe que a pessoa precisa e aí você faz a intervenção, só que o ideal seria alguém continuar esse processo. É aí que faltam profissionais para assistência. E para a assistência a gente pensa que precisa de uma mega assistência, mas às vezes são coisas muito simples pra gente poder dar um suporte pra uma pessoa. Então, deixar de fazer Exame Criminológico pura e simplesmente, ou seja, achar que esse é o nosso problema é que se deixarmos de fazer isso acabaram os nossos problemas... nosso problema é a prisão, nosso problema é a quem a prisão se destina. Nosso maior problema não é na assistência direta ao preso e ao familiar do preso, mas é nas relações de poder que se tem dentro da instituição. Então, o que da muito desgaste é a relação com o agente de segurança, com o diretor, com outros profissionais. E que numa instituição que é

vertical como a nossa acaba dando um desgaste muito grande. E as pessoas também vão desistindo, porque haja energia, né? Se você pega um profissional de vinte anos de serviço... eu ainda tenho energia porque tenho muita ligação fora, atuo fora da prisão, isso recicla, mas quando eu vou na unidade prisional e vejo nossos colegas eu vejo muitos colegas desanimados, sugados, desde a aparência até o local onde trabalha. Eu já cheguei em unidade onde o local de trabalho estava sujo. Água, cândida e sabão. Não precisa coisa de primeiro mundo, mas limpo. Aí as pessoas vão adoecendo. Então um núcleo de psicologia no Sistema eu acho fundamental porque a gente tem que estar onde está o homem, onde está a subjetividade. Então se a gente vai sair da prisão a gente vai sair das empresas e dos postos de saúde também. Então a gente sai de todos os lugares e vai trabalhar em marte, porque lá a gente não vai entrar em conflito.

Entrevistador: Na sua formação de graduação você sente que tem elementos que te ajudaram a lidar com o contexto que você enfrenta hoje?

C: Atualmente a formação melhorou bastante. Isso já faz alguns anos. Como eu sempre lidei com formação eu sempre formei. Tanto no Sistema quanto fora eu sempre formei profissionais. Agora, hoje nas universidades tem possibilidades, mesmo de ter o contato com a prisão, que na minha época não era tão fácil. Estágios, visitas. As visitas são importantes, são boas não só pros alunos, mas são boas para os profissionais também. Porque elas fazem os profissionais se relacionarem com quem tá fora. E são bons também para o conhecimento da prisão, muitos alunos se apaixonam e querem trabalhar na área, mas também se indagam sobre essa realidade e começam a pensar a pessoa presa de uma maneira diferente. Isso acontece bastante. Esse estágio, essa parceria universidade-prisão tem que acontecer mais. O psicólogo não pode ficar reduzido a esse papel de realizar os Exames Criminológicos, mas isso traz muita coisa pra conversar, a gente vê muitas situações. Por exemplo, eu pego casos da pessoa que já está em livramento condicional há dois anos e o promotor agrava porque ele não fez o Exame Criminológico. Aí o fulano vai fazer o exame. O que representa uma pessoa estar em livramento condicional há dois anos sem cometer delito? O que isso indica? Isso indica que essa pessoa provavelmente não tá mais cometendo delito porque dois anos são suficientes pra ele ter entrado em cana de novo. Agora você imagina a situação dessa pessoa que volta pra prisão e aí pra fazer o exame demora mais um ano a dois, e enquanto isso ela está num Centro de Detenção Provisória, no regime semiaberto. Ela já saiu três vezes, foi e voltou três vezes pra casa. O que você quer mais, quando vê uma situação dessas? Quando eu vejo casos assim eu não tenho dúvida do que eu vou fazer, porque pra mim é muito claro que se a pessoa está na condição de liberdade custodiada, ainda sob custódia do

Estado, e durante dois ou três anos não cometeu delito nenhum, não foi processada, pra quem ta no mundo do crime esse tempo é suficiente pra acontecer alguma coisa, a gente sabe disso pela experiência. Você imagina o que significa isso, essa pessoa ter que voltar - e ela volta. Ela volta e fica esperando um ano pra fazer o tal do Exame Criminológico, então são três anos, né? Nesse ano que ela ficou esperando ela já fez três saídas temporárias. O que é o regime semiaberto? O que significa psicologicamente essa possibilidade de sair e voltar? Do ponto de vista jurídico e disciplinar é ótimo, do ponto de vista psicológico é algo extremamente exigente pro indivíduo. O cara vai ter que renunciar qualquer desejo que ele tenha de continuar a usufruir da liberdade. Esse cara já fez isso nessa condição três vezes, então, quando você pega um caso desses é diferente de você pegar qualquer outro caso que as situações não sejam as mesmas. Não da pra gente fazer como se tudo fosse igual, copia e cola, mas se a gente ficar submetido a gente não vai prestar atenção nessas coisas e aí a gente vai reproduzindo os laudinhos...

Entrevistador: E você vê isso acontecer bastante?

C: Algumas situações eu vejo, quando eu pego alguns exames, por exemplo, dá a impressão que o psicólogo quer escrever o menos possível pra não se comprometer. E aí às vezes eu vou avaliar o mesmo fulano alguns anos depois, se tiver exame anterior, eu olho e falo "nossa, vou ter que desconstruir esse exame". Quando propuseram a retirada do Exame Criminológico eu tava bem próxima nessa época à gestão da Secretaria. Foi com a seguinte finalidade: pra tirar esse instrumento da mão do promotor, para alargar mais a porta de saída do Sistema. Foi claramente isso. A justificativa era que os laudos eram mal feitos... a questão é que o promotor pega o nosso laudo e vai ver aonde ele pode pegar alguma coisa pra negar o benefício. O secretário da Administração Penitenciária não tem controle nem da entrada nem da saída do Sistema e a entrada é larga e a saída é estreita, então fica essa coisa inchada para gerenciar. Foi aí que a gestão disse, ora, se você tira o Exame Criminológico você tira um dos instrumentos que o juiz usa pra negar os benefícios e aumenta a saída. Melhorando a assistência, não existe a necessidade de Exame Criminológico, mas a gente também precisa reinventar essa assistência. Essa proposta de parceria com a universidade é uma boa, dá um gás, né? Porque quem fica dentro da unidade prisional acaba ficando limitado, perde a energia. Esse é um dos efeitos da prisionização, com certeza. Faltam estudos sobre a prisionização. Falta muito estudo a respeito dos funcionários. A psicologia enquanto ciência tem muito a contribuir para a população carcerária, para os funcionários, mas a gente precisa repensar, porque esse modelinho de ficar lá na unidade, de ficar sem respaldo nenhum... não tem respaldo pelos órgãos internos da SAP, que são responsáveis pelos técnicos e não tem respaldo do Conselho. Do

Conselho todo mundo treme. Tem medo de levar porrada do Conselho. Então o cara fica lá acuado. Quando eu faço alguma intervenção num exame eu vejo o quanto a gente pode ser útil, porque não é muita coisa que você faz. Mas na hora que eu faço isso eu sei que não tem mais respaldo, alguém pra continuar fazendo isso, fazer encaminhamentos, pegar esse indivíduo e continuar cutucando e então acolher. Não é nada extraordinário. Mas ao mesmo tempo é extremamente extraordinário pra vida daquela pessoa. Claro que tem outra questão também do crime organizado. A gente não pode dizer que isso não existe e que não intervém na nossa prática. Se você chamar o preso várias vezes eles já vêm questionar “por que você tá conversando com funcionário?”. Eu já passei por situações de presos parados do lado pra ouvir o que o outro tava falando pra gente. A gente fingia que o cara não tava lá, mas não ia ficar forçando... Não sei se eu tô te respondendo... Mas a psicologia tem que se reinventar, e repito que ela é muito importante. Muitos anos atrás a gente se reunia com o objetivo de discutir a prática, hoje ainda acho que o propósito se mantém, mas ainda não chegamos lá. E a gente não pode ter um conselho que nos persiga. Essas questões, por exemplo, quando você faz uma avaliação de uma pessoa que você vê claramente que a pessoa já estava em liberdade, já está numa condição boa e você conversa com familiares e levanta indicativos de que ela pode seguir em outra direção. Mesmo que você tenha experiência e conhecimento, toda a vez que eu vou fazer um laudo é um inferno, porque teoricamente você pensa de um jeito e isso na hora ali na prática entra em conflito, não é bem assim, e tem que fundamentar nossas escolhas. Por que um perito na área cível é assim e com a gente seria diferente? Porque é o Sistema Penitenciário? Não. Temos liberdade técnica.

Entrevistador: E você vê os psicólogos fundamentando seus laudos?

C: Não. Eu vejo eles obedecendo, eu vejo eles super conflitados, não sabendo como responder e alguns tentando responder de acordo com o que é pedido. Porque o juiz tá pedindo. É preciso que a ciência psicológica se pergunte, nessa área da psicologia em interface com o direito, se é possível responder. Quando você se submete ao que o juiz está determinando você tá dizendo pra ele “você então sabe o que eu tenho que fazer então você tá dizendo como eu tenho que fazer”, eu só tenho que executar então. Por isso que tem que ser bem fundamentado. Aí vem o diretor e pede dez laudos por semana e você tem que mostrar isso. Mas aí o psicólogo treme, porque é o diretor. É você que vai assinar esse laudo, não vai ser o diretor que vai ficar com a cabeça na berlinda, o juiz pode dizer que foi induzido a erro e quem vai ficar com a corda no pescoço? Então, é se empoderar, “isso não é possível por causa disso, disso e disso”. Não tô dizendo que é fácil, só tô dizendo que é possível. Eu já vi um movimento de um juiz que tá mandando os quesitos e as

respostas não tão sendo como eles querem, então eles mandam o psiquiatra fazer a avaliação. É a psiquiatria fazendo o papel dela de sempre.